Diário de Lisboa

FUNDADOR JOAQUIM MANSO DIRECTOR A. RUELLA RAMOS

SEXTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1973 N.º 18262 — ANO 53.º — PREÇO 1$50

BOM TEMPO

DIZ A IMPRENSA DO CAIRO

KISSINGER AMEAÇOU A UNIÃO SOVIÉTICA

risco de conflito nuclear por causa do Médio Oriente

O secretário de Estado Henry Kissinger, ao declarar, na conferência de Imprensa de ontem, que os E. U. A. se opunham ao envio, por qualquer grande potência, de tropas para o Médio Oriente. (Telefoto UPI/Telimprensa/DL).

CAIRO, 26-(F.P.) — A Imprensa egípcia consagra esta manhã as primeiras páginas à atitude dos dois «super-grandes» e remete para segundo plano os relatos sobre a situação militar no Canal do Suez e no Golan.

«Risco de conflito nuclear entre as duas superpotências por causa do Médio Oriente» lê-se, em título, no influente «Al Ahram». O jornal acentua, nomeadamente, que Moscovo pôs Washington de sobreaviso de que a União Soviética faria «tudo» para honrar os seus compromissos e fazer respeitar o cessar-fogo. Chamando a atenção para o estado de alerta das tropas americanas, «Al Ahram» faz notar que Kissinger ameaçou publicamente a União Soviética.

Por seu lado, a sra. Golda Meir, primeiro-ministro de Israel, aludindo à eventualidade de uma intervenção militar soviética no Médio Oriente, ao lado dos países árabes, declarou ontem: Escapámos a um grande perigo».

O primeiro-ministro, que falava numa reunião da direcção do Partido Trabalhista, afirmou que «a ameaça de que Israel foi objecto nos últimos dias ultrapassa pela sua gravidade aquelas que proferiram Bulganine e Kruchtchev em 1956 (quando da Operação Suez), com a diferença de que desta vez os Estados Unidos estão do nosso lado».

Golda Meir não poupou os elogios ao Governo dos EUA e exprimiu a sua gratidão ao povo americano e ao presidente Nixon.

Observadores da O.N.U. estão já a chegar às linhas de cessar-fogo no conflito israelo-árabe. Na telefoto, alguns desses observadores a caminho da frente Sul egípcia. (Telefoto UPI/Telimprensa/DL).

Regulamentado o Registo Nacional de Identificacão

O diploma que regulamenta a Lei n.º 2/73, publicada em Fevereiro e que instituiu o número nacional de identificação, foi hoje publicado, nele se estabelecendo as sanções aplicáveis pela violação das normas legais relativas à matéria e ainda normas destinadas a assegurar a confidencialidade.

O Registo Nacional de Identificação tem por objectivo a atribuição do número nacional individual, mediante a constituição e gestão de um ficheiro central da população e de um ficheiro central de pessoas colectivas e entidades equipadas. Para além do nome, sexo, filiação, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, residência e número nacional de identificação, o registo individual de cada cidadão pode ainda conter os seguintes elementos: grupo sanguíneo, altura, fórmula dactiloscópica, habilitações escolares ou profissionais, situação de emancipado ou adoptado, nomes do cônjuge ou ex-cônjuge e dos filhos, nomes dos avós, sinais particulares, alcunhas ou nomes usados em alternativa, data de emissão e validade do bilhete de identidade, números que ao titular do registo tenham sido atribuídos em documentos oficiais e referência ao assento de nascimento e a quaisquer outros documentos ou fontes em que tenham sido obtidos os elementos constantes do registo. Pode ainda ser autorizada, em portaria do ministro da Justiça, a inclusão de outros dados de carácter público ou cuja prova seja, por lei, atribuída a serviços públicos.

O seguro escolar abrangerá o ensino primário

Os riscos de acidentes escolares dos alunos do ensino primário oficial passarão a ser cobertos, já durante este ano lectivo, pelo Fundo Nacional do Seguro Escolar, de acordo com um despacho do secretário de Estado da Juventude e Desportos.

Para fazer face aos novos encargos criados, o Instituto de Acção Social Escolar inscreverá no seu orçamento para 1974 a verba de dez mil contos, que entregará ao referido Fundo, à disposição do qual porá, por outro lado, as instalações necessárias para os serviços e o pessoal competente para a acção a empreender.

A data de entrada em vigor desta medida será fixada em novo despacho e comunicada a todas as escolas, logo que se verifiquem as formalidades atrás referidas. Desta forma se alarga ao ensino primário o seguro escolar oficial.

Comunicação ao País

O Presidente do Conselho, prof. Marcello Caetano, faz hoje, às 22 horas, através da Rádio e da Televisão, uma comunicação ao País.

FIM DE UM PESADELO PARA A HUMANIDADE?

Médicos do Instituto de Oncologia afirmam que haverá antes de 1980 vacinas contra certas espécies de Cancro

A propósito da jornada de solidariedade nacional a favor da luta contra o cancro que decorrerá no nosso País em 31 de Outubro e 1, 2 e 3 de Novembro próximo, médicos do Instituto Português de Oncologia, membros da direcção da Liga Portuguesa Contra o Cancro, declararam ontem. numa conferência de Imprensa, que se espera produzir, antes de 1980, as primeiras vacinas contra algumas espécies de cancro de modo a proteger o homem desse terrível flagelo. O mesmos médicos afirmaram ainda que investigações americanas demonstraram que o cigarro está a ser abandonado a taxas sempre crescentes e que 50 por cento dos fumadores actuais deixarão de o ser em 1975, data em que os ex-fumadores excederão os próprios fumadores. «Esta esperança — escreveram os médicos portugueses no documento que distribuiram aos jornalistas — é animadora e será eficaz se cada um de nós lhe der o seu inteiro apoio».

Estavam presentes, além da presidente do Núcleo Regional do Sul da Liga Portuguesa Contra o Cancro, duquesa de Palmela, o dr. Francisco Gentil Martins, secretário-geral da Liga Portuguesa Contra o Cancro, o dr. Silveira Botelho, tesoureiro da mesma Liga e o dr. José Cunha, vogal para as relações públicas da Direcção Regional do Sul.

LUTA DE TODA A HUMANIDADE

«A luta contra o cancro não compete apenas aos Governos mas a toda a Humanidade pois trata-se de uma doença que constitui um desafio colectivo e que só colectivamente pode ser combatida» — disse entretanto ao «Diário de Lisboa» um dos médicos do Instituto Português de Oncologia. A presidente do Núcleo Regional do Sul da Liga Portuguesa Contra o Cancro, disse que esta instituição é um organismo de iniciativa particular, com estatutos idênticos aos de instituições semelhantes existentes em todos os países do Mundo Ocidental. Segundo um médico presente, só nos países de Leste não há ligas contra o cancro mas que a ideia começa também ali a desenvolver-se estando já os húngaros a promover a criação de uma entidade de fins altruistas para ajudar os médicos na sua luta contra o terrível flagelo.

Continua na pág. 20

Um aspecto da reunião no Instituto Português de Oncologia.

32 PÁGINAS INCLUINDO "MESA REDONDA"

DL/GERAL

"TESTEMUNHAS DE JEOVÁ" CONDENADAS

PORTO, 26 — Doze indivíduos de ambos os sexos foram ontem julgados no Tribunal de Polícia, por terem sido surpreendidos a ler textos bíblicos, na cave da residência de Belmiro Moreira, de 38 anos, casado, do lugar da Gandra, S. Cosme, Gondomar. Apurou-se, depois, que pertenciam a uma seita denominada «Testemunhas de Jeová».

Foram julgados por se constituirem numa seita cujas actividades são contrárias «à organização social do país», participando, ainda, numa reunião que não «estava devidamente autorizada como impõe o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-Lei 22.468 de Abril de 1973» — segundo a acusação.

O julgamento foi presidido pelo juiz dr. Miguel Montenegro e a defesa esteve a cargo do dr. Vasco de Almeida e Silva. O participante, Manuel Teixeira de Castro, chefe da P. S. P., ao ser interrogado, afirmou ter constatado que os réus liam textos bíblicos e todos «estavam com porte ordeiro, sendo o barulho que faziam proveniente somento do tom de voz em que liam, barulho esse que só era audível para quem estivesse à porta da casa». Aquando da sua intervenção «todos se mostraram educados, submissos e compreensivos, nenhum deles tendo manifestado qualquer reacção de má vontade».

Posso afirmar «por conhecimento pessoal que são gente de bem e nem de outra forma poderia ser porque senão não poderiam ser «Testemunhas de Jeová», afirmou uma testemunha de defesa, que confessou ser, também, da mesma seita.

«Não se provara que, na reunião, além daquelas leituras se discutissem ou tratassem questões de outro género, pelo que a actividade dos réus era simplesmente de culto» — lia-se em determinada altura da sentença. E mais adiante: a reunião, «no entanto, não estava autorizada conforme o artigo 8.º/DO n.º 3 da Constituição política e artigo 46.º do mesmo diploma».

Os arguidos acabaram por ser condenados cada um em 1.500$00 de multa, 200$00 de Imposto de Justiça e mínimos de procuradorias. No entanto, devido ao bom comportamento anterior dos réus, a pena foi-lhes suspensa pelo espaço de dois anos.

O advogado de defesa interpôs recurso para o Tribunal da Relação.

Jornadas Internacionais de Perinatologia

Sete especialistas nacionais e estrangeiros do maior renome no campo da parinatologia estão a tomar parte nas Jornadas Internacionais de Perinatologia de 1973, promovidas por uma comissão organizadora constituída pelos médicos da Maternidade Alfredo da Costa drs. Elísio Montargil, Tibério Antunes e J. M. Ramos de Almeida, e destinadas a promover uma troca de conhecimentos científicos e a facilitar a aquisição de uma informação moderna e actualizada por parte dos pós-graduados daquela Maternidade.

Na sessão realizada ontem e esta manhã, o anfiteatro da Maternidade Alfredo da Costa encheu-se completamente de médicos de vários ramos daquela especialidade da Medicina, os quais ouviram os encarregados das conferências e trocaram com ele impressões. À sessão inaugural presidiu o dr. Raposo de Sousa, em representação do secretário de Estado da Saúde e Assistência, tendo o dr. Tibério Antunes usado da palavra em nome dos seus colegas da comissão organizadora, para pôr em relevo o grande interesse científico das jornadas. «Toda esta obra» — disse — «que procura coadunar a letra do nosso Estatuto Hospitalar com o espírito que anima o corpo clínico desta casa, destina-se a converter esta Maternidade, simultâneamente num hospital central de assistência especializada e num centro de investigação e formação pós-graduada, tanto médica como de enfermagem».

O dr. Tibério Antunes chamou depois a atenção para o renome dos especialistas dr. Kratochwil e prof. Hoffbauer, grandes vultos da perinatologia europeia. Em relação a este, disse: «Esperamos todos enriquecer-nos com a palavra e o saber deste mestre da ecografia que nos habituámos a encontrar nos congressos alemães de medicina perinatal como chefe de fila na investigação deste novo método de diagnóstico.»

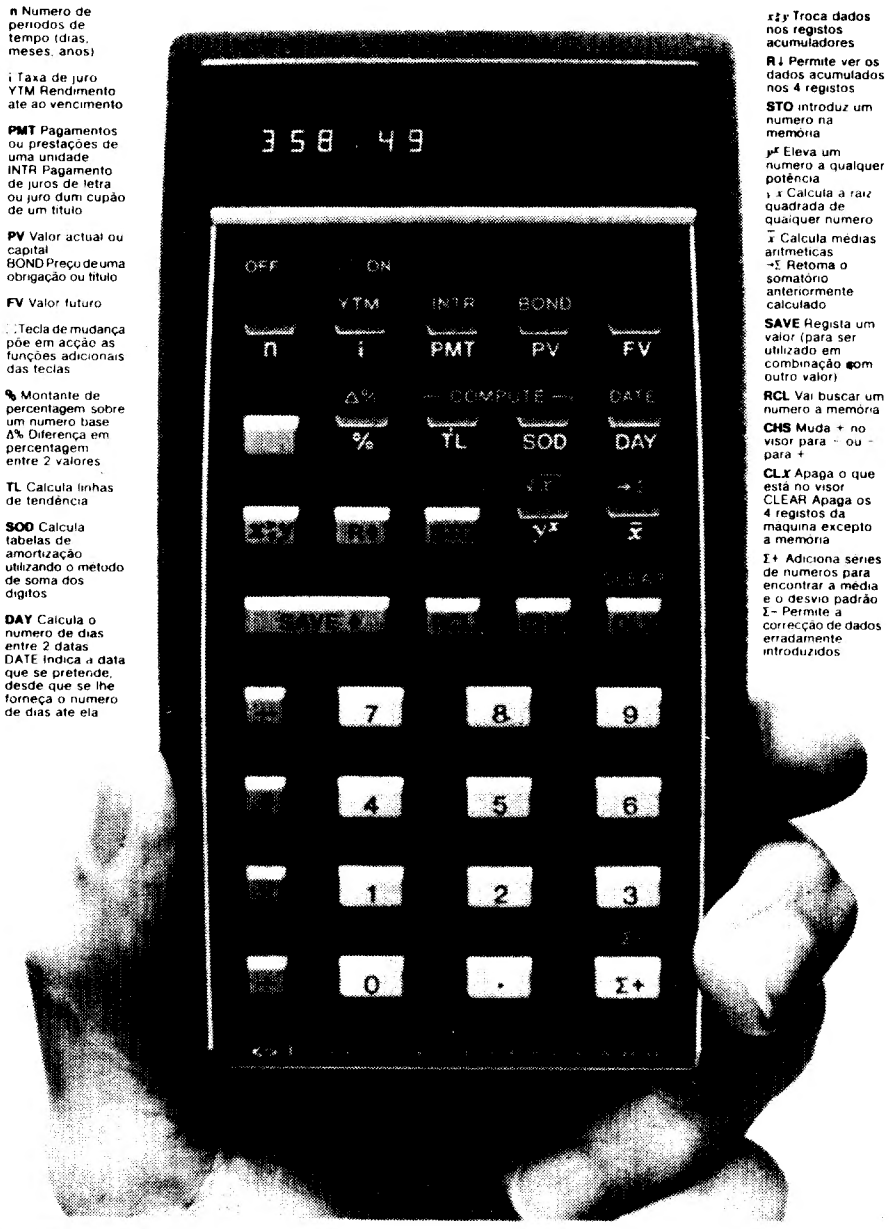
As jornadas têm como tema «Os ultrassons em perinatologia — métodos de diagnóstico e de terapêutica», nelas participando o prof. Hoffbauer, da Universidade de Berlim, e o seu assistente dr. Manfred Hinzmann; o prof. Kratochwill, da Universidade de Viena; dr.ª Hélia Botas, da Faculdade de Medicina de Lisboa; e os drs. Álvaro Malta e Simões Carrelo, especialistas da Maternidade Alfredo da Costa.

..As jornadas continuarão nos dias 8, 9, 22 e 23 de Novembro com a presença de outros especialistas nacionais e estrangeiros.

..Esta manhã foi discutido um método ultrasónico intrauterino para definição exacta do comprimento e peso do feto e projectado um filme comentado pelo prof. Hoffbauer sobre movimentos activos do embrião.

Hewlett-Packard anuncia a mais revolucionária ferramenta financeira do nosso tempo: o HP-80

O primeiro calculador de bolso no mundo que faz 36 operações diferentes



o revolucionário **HP-80** faz as 4 operações aritméticas possíveis como os calculadores de bolso vulgares e ainda mais 36 operações diferentes, todas programadas, possibilitando resolver longos e complicados problemas, com o simples carregar de um botão.
Acabaram os trabalhos fastidiosos com tabelas de cálculo. O **HP-80** dá-lhe preços e rendimentos de obrigações, juros compostos, análises de hipotecas e suas antecipações de pagamento, taxas de rendimento, juros acumulados, letras descontadas, valor real do rendimento anual, conversões de taxas em percentagens anuais, linhas de tendência, médias, desvio padrão, e outras valiosas informações.

Calendário de 200 anos incluido
O **HP-80** pode dizer-lhe qualquer dia da semana entre 1900 e 2099. Dado o número de dias, terá qualquer data, presente ou futura, entre os referidos anos e ainda lhe poderá indicar o número de dias entre duas datas.

Facilidade de interpretação, funcionamento simples
O **HP-80** é desenhado tão logicamente que qualquer pessoa o poderá usar com pleno rendimento poucos minutos depois de o ter na mão pela primeira vez.
O Guia Rápido de Referência mostra exactamente como resolver qualquer problema financeiro e carregando num botão recebe a resposta exacta até 6 casas decimais.

Vai para todo o lado consigo
O **HP-80** mede 124 mm × 94 mm e pesa 340 grs. – custo Esc. 18 500$00 incluindo o envio. Utiliza baterias recarregáveis, ou corrente eléctrica. Fabricado pela Hewlett-Packard, o maior fabricante de instrumentos científicos, é a mais valiosa peça de equipamento portátil até agora inventada para Banqueiros, Corretores da Bolsa, Concessionários, Comerciantes, Contabilistas e Negociantes de todos os ramos. Peça hoje pormenores completos.

HP-80 a TELECTRA Empresa Técnica de Equipamentos Eléctricos, S.A.R.L. **RA**
LISBOA – R. Rodrigo da Fonseca, 103 Telefs. 68 60 72/3/4/5
PORTO – R. Jose Falcão, 15-4.°, Dt.°

Agradeço que me seja proporcionada justificação (grátis e sem compromisso) da capacidade do **HP-80** como meio auxiliar para poupar tempo e dinheiro

NOME _____
CARGO _____
FIRMA / INSTITUIÇÃO _____
MORADA _____

HEWLETT hp PACKARD

EMPRESA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS, SARL
TELECTRA LISBOA – R. Rodrigo da Fonseca 103 – Tels. 68 60 72/3/4/5 – PORTO – R. Jose Falcão, 15-4 – Dt.

SE NÃO TEM TEMPO

para ler, recortar, coleccionar todas as leis, decretos, portarias, despachos e circulares sobre a matéria fiscal que convém saber, o Dicionário Jurídico-Fiscal — 4.000 páginas, 4 volumes, que acaba de ser publicado, resolve o problema. Consulta fácil e pronta. Uma obra indispensável em qualquer escritório bem organizado. Jornal do Fundão, Editora — Fundão.

ATÉ 31 DE OUTUBRO
NO RESTAURANTE DO CASINO AS 23H. E 1H.
GRUPO C-M/14 ANOS
O ESPECTACULAR DUO
SÉRGIO WONDER & MADY NELSON
SURPREENDENTE
AMBROISE
O BALLET
DAYGO DANCERS
E O CONJUNTO DE
MÁRIO DE JESUS
COM A CANTORA INGLESA
JAY SOUTH
SALA DE MÁQUINAS – Acesso livre a m/ de 21 anos
SALA DE JOGOS – DIÁRIAMENTE DAS 17 ÀS 3 H.
PENINA – Telefone (0082) 23141
CASINOS DO ALGARVE

ERNESTO FERREIRA DA COSTA

Comendador

FALECEU

Maria de Lourdes dos Santos Costa Leitão Martins e seu marido; Carlos Manuel dos Santos Costa e sua esposa; Sara Ferreira da Costa e mais família, participam o falecimento do seu muito querido pai, sogro, irmão e parente e que o funeral se realiza hoje, pelas 15 horas, do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, Largo do Barão de Quintela, para jazigo de família no cemitério dos Prazeres. Às 13 horas será celebrada missa de corpo presente.

A Funerária Lisbonense
Telef. 844547

O VINHO DO PORTO VAI FALTAR NO MERCADO PORTUGUÊS?

«Por este andar chegamos à época do Natal e não há vinho do Porto para vender ao público» __ disse-nos um comerciante do Porto, a propósito da actual situação do problema.

Um outro comerciante confessou-nos que os fornecimentos não lhe têm sido cortados mas, em contrapartida, o seu preço tem aumentado gradualmente, desde há vários meses, com o correspondente agravamento do preço de venda ao público.

Que se passa, afinal, com o vinho do Porto? O seu preço quer para exportação, quer para venda interna, irá sofrer aumento considerável? O que (e quem) está por detrás da crise que se esboça?

Pela voz de um exportador soubemos também que as quantidades e o preço do vinho, para consumo interno, irão sofrer decisiva alteração, sendo causa de tudo isso o facto de não se ter benificiado vinho em quantidade suficiente para compensar o aumento da exportação verificado nos últimos anos. Uma outra entidade, ligada ao problema, afirmou-nos que os exportadores se retraem não satisfazendo as encomendas, porque se preparam para subir as tabelas.

Parece, portanto, haver concordância dos vários sectores quanto a um aspecto: a subida, que antevê considerável, do preço de comercialização do vinho do Porto.

Pode-se perguntar se essa subida de preço, mais do que consequência de um conjunto de factores ligados à produção e comercialização do vinho do Porto, não será, também, um objectivo por parte de muita gente com interesses no problema, agindo então esse facto como mais uma causa da actual crise.

Entretanto, a avaliar pelas palavras de um proprietário médio de vinhas da região demarcada do Douro, muito embora este ano o preço pago por pipa tenha atingido somas inéditas (e inesperadas) os problemas de base da esmagadora maioria dos agricultores do Douro continuam à espera de solução («de salvação» __ para usar as suas próprias palavras).

UMA NOVA SOCIEDADE

Das conversas tidas com algumas pessoas e entidades ligadas ao problema, podemos, para informação dos nossos leitores, adiantar alguns dados recentes que poderão contribuir para um mais completo conhecimento da actual situação.

O Cartório Notarial de Peso da Régua fez publicar num matutino portuense, em 20 de Setembro último, os estatutos de uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Central Vinícola da Régua, Limitada», outorgada naquele cartório em 10 do mesmo mês, por Maria da Glória Teixeira Pinto, residente na Quinta da Rede, Santa Cristina, Mesão Frio, Augusto Eduardo Baptista Marques dos Santos, residente na Quinta de Santa Isabel, Loureiro, Peso da Régua, dr. Manuel de Almeida Marta, residente em S. Gonçalo, Santa Marta de Penaguião, Margarida Rosa Nogueira de Almeida Marta e Manuel Pedro Coutinho Nogueira Marta, menores de 16 e 17 anos, representados por seu pai, dr. Almeida Marta, antes referido, Manuel Pinto Marques, residente na citada Quinta da Rede, Maria Alzira Teixeira Pinto Marques Bangy e dr. António Teixeira Pinto Marques, naturais de Vila Maria, Mesão Frio e residentes em Lisboa.

Com capital de 5000 contos, já integralmente realizado, a sociedade tem por objectivo o comércio de vinhos generosos, ou outro ramo de comércio que os sócios, em assembleia geral resolvam explorar.

Esta sociedade uma vez constituída, propôs à Casa do Douro a realização de um leilão para arrematação do vinho dos produtores de adegas cooperativas da região. Com excepção de três ou quatro, as adegas compareceram e aquela companhia arrematou todo o vinho, que foi pago a preço superior, em alguns milhares de escudos por pipa, em relação aos preços tradicionais e correntes nos anos anteriores. Por seu turno, essa companhia vendeu o vinho à Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal (antiga Real Companhia Velha). Grande parte da produção do ano corrente ficou assim em poder desta companhia.

Por seu turno, outros exportadores apressaram-se também a comprar no Douro o vinho restante, da produção, pagando por pipa um preço ainda superior ao já inédito preço pago no leilão pela nova sociedade da Régua. Segundo nos disseram, alguns produtores durienses teriam recebido já cerca de 16 mil escudos por pipa de vinho, o que significa terem, pelo menos, triplicado os preços em relação aos anos anteriores.

Sucedeu inclusivamente que alguns agricultores e proprietários começaram a receber, inesperadamente, importâncias correspondentes a cerca de 500$00 por pipa referente ao vinho vendido já no ano anterior, e enviadas pelos exportadores e compradores a título de compensação pelo facto desse mesmo vinho ter sido, afinal, comercializado a preço substancialmente mais alto do que o que se previra.

Curiosamente, em 20 do corrente, o semanário «Notícias do Douro», que se publica na Régua, divulgava uma carta do Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto, dirigida ao Grémio dos Bancos e Casas Bancárias, em que aquele organismo corporativo manifestava a sua apreensão pelo facto de estarem a ser concedidos, pelos bancos, amplos créditos «a algumas entidades ligadas à produção e (ou) à exportação». E mais adiante, afirma essa carta: «Assiste-se a um excesso de liquidez posto à disposição de alguns com fins puramente especulativos...»

A carta não especifica sobre a origem desses créditos postos «à disposição de alguns». Mas parece evidente o desacordo do mesmo Grémio em relação aos créditos concedidos a alguns dos seus membros. Quais? Porquê? Que banco ou bancos concedem esses créditos?

OS BENEFÍCIOS DOS NOVOS PREÇOS

Estes preços significam, no dizer de um proprietário do Douro, um inegável benefício para a tão depauperada economia da região. Todavia, observava ainda, todo este processo que leva à concentração de grandes quantidades de vinho nas mãos de alguns, se desenrola à margem da compreensão e do controlo de milhares de pequenos e médios agricultores do Douro. Estes apenas sabem que o vinho lhes foi, este ano, muito mais bem pago __ o que alegra profundamente __ mas, integrados no estreito horizonte dos socalcos do Dou-

Continua na pag. 4

Nazis

Um tribunal de crimes de guerra deslocou-se da Alemanha Ocidental para o Canadá a fim de ouvir depoimentos contra um homem que se alega ter sido um oficial de alta patente da Gestapo na Polónia durante a segunda guerra mundial.

Gerhard Kaschmieder está a ser submetido a julgamento em Transtein, Baviera, pelo alegado papel que representou em execuções em massa e brutalidades indescritíveis no campo de concentração nazi de Majowka, perto de Starachowice, na Polónia.

Todo o tribunal __ três juízes, seis jurados e advogados de defesa e acusação __ se deslocou de Transtein para o consulado alemão em Toronto para ouvirem os depoimentos de três pessoas que, devido a doença e outras razões de peso, preferem prestar testemunho no Canadá.

Os três depoentes são Arnold Finkler, sua mulher Leona e Ben Lant, todos residentes em Toronto.

Finkler, polaco de nascimento, cuja primeira mulher, filhos, irmãos e irmãs morreram no citado campo de concentração de maneira violenta, disse na sessão de ontem: «Só o facto de ter que prestar testemunho perante este tribunal me faz adoecer de emoção, depois da minha grande dor e miséria estar quase esquecida depois de todos estes anos passados. Sei que é um dever que tenho que cumprir para com a memória da minha família massacrada por um bando de assassinos tenebrosos, mas mesmo assim, depois de todo este tempo, continua a ser uma terrível experiência».

Finkler jurou que as «execuções foram imensas» e que quando algum dos prisioneiros tentava escapar «executavam um grupo de judeus para espalhar o terror e como forma de disuasão».

Finkler forneceu um quadro geral da maneira mais do que desumana como se processavam as execuções e pormenores sobre as penosas condições quotidianas dos prisioneiros, frisando:

«Na sua maioria eramos todos judeus e fazíamos parte das forças de trabalho de uma fábrica de munições. Todavia, aparentemente necessitando de nós para trabalhar, continuo a não compreender porque é que os nazis nos tratavam tão mal, tão depauperantemente, tão selvaticamente, com um total desprezo pela nossa natureza humana, como se fôssemos bichos sarnentos, parasitas e não homens. Assisti a cenas incríveis, cenas que se me fossem contadas talvez me recusasse a acreditar. Finalmente fui libertado em 1944. Pura questão de sorte, uma lotaria que tivesse sobrevivido até chegarem os russos. Creio que fomos pouquíssimos os que sobrevivemos».

Finkler disse ainda que viveu na Alemanha por um breve período depois da guerra e que finalmente se fixou no Canadá em 1948, no âmbito de um programa dos refugiados.

Quando um dos magistrados lhe perguntou se gostaria de voltar à Polónia, Finkler mostrou o pulso, onde ainda se pode ver o seu número de ordem como prisioneiro escrito a tinta indelével, ainda que já um pouco sumido, respondeu: «Isto marcou-me para sempre, teria que andar sempre de cabeça baixa. De resto penso que não, que não gostaria de voltar à Polónia, teria a impressão de que todo aquele solo está empapado de sangue. E depois perdi tudo o que tinha na Polónia, família, amigos, bens, tudo... com excepção da mais terrível experiência da minha vida, das abominações que foram praticadas contra mim e contra os da minha raça. O nazismo foi mais do que um flagelo, foi uma monstruosidade».

Exclusivo «Le Monde»/«DL» Por CHANTAL BEANCOURT

O CAPITAL SIBERIANO

AS conversações que Tanaka, primeiro ministro japonês, teve em Moscovo, conduziram à preparação laboriosa de um tratado de paz entre a U.R.S.S. e o Japão, mas, também, à cooperação económica. Os industriais nipónicos foram, com efeito, convidados a participar muito activamente na valorização da Sibéria. Os homens de negócios estrangeiros estão seduzidos pela importância dos contratos que lhes são oferecidos, mas interrogam-se, por vezes, sobre as possibilidades e os riscos de um tal empreendimento.

A política **de calma** estabelecida entre o Leste e o Oeste passa pela valorização dos recursos da Sibéria com a cooperação das potências ocidentais. É impossível estudar o problema sempre agudo do aprovisionamento **petrolífero** ou prever as disponibilidades mundiais de hidrocarbonetos sem ter em conta as reservas e a produção siberianas. Por outro lado, é impossível apreciar a evolução das **relações sino-soviéticas**, esquecendo as fronteiras comuns e as reivindicações territoriais mais ou menos latentes da China.

As opções políticas e económicas que implica, para a U.R.S.S., a exploração intensiva das riquezas siberianas são muito significativas.

O tema da valorização da Sibéria está na moda. No entanto, os recursos desta região são enormes mas pouco explorados, o povoamento é difícil e a mão-de-obra é insuficiente; o custo da infra-estrutura, ligado a condições de exploração particularmente difíceis, é elevado.

A U.R.S.S. possui perto de dois quintos dos terrenos petrolíferos e gasíferos do mundo e calcula-se actualmente que as suas reservas geológicas de gás natural representem cerca de metade das reservas mundiais. Em 1971, a União Soviética forneceu 16 por cento da produção mundial de petróleo bruto e 19 por cento da de gás natural, mas enquanto que possui 60 por cento das reservas nacionais de hidrocarbonetos, a parte da Sibéria não era senão de 6 por cento da produção soviética de gás e de 10 por cento da de petróleo.

Os recursos em hulha da U.R.S.S. estão avaliados em 77 por cento das reservas mundiais; em 1971, forneceu 22 por cento da produção nacional de hulha.

Dois terços destes recursos encontram-se em território siberiano, porém, estas regiões não contribuem com mais de um quinto da produção soviética.

As ordens de grandeza, no que diz respeito aos recursos florestais, à produção de madeira e à repartição destes recursos são quase análogas. Se é impossível determinar com precisão as reservas de minerais não ferrosos e raros, sabe-se, pelo menos, que elas são consideráveis. A U.R.S.S. coloca-se num dos primeiros lugares no mundo no que respeita a recursos em minério de cobre, e possui os mais variados minérios: de níquel, chumbo, zinco, estanho, alumínio, volfrâmio, platina, ouro e diamantes. Ora, 70 a 90 por cento destes recursos encontram-se na Sibéria.

Desde agora, esta participa largamente na produção de metais raros: mais de 80 por cento dos diamantes naturais de que a URSS é o terceiro produtor mundial, vêm de Iakutie, e os seus jazigos estão em plena exploração. A Sibéria é igualmente um dos principais fornecedores de prata da União Soviética, quarto produtor mundial. Três quartos da produção de ouro e de platina provêm das regiões siberianas, graças aos quais a U.R.S.S. é o maior produtor de platina do mundo.

Em contrapartida, se a U.R.S.S. fornece 15 por cento da produção mundial de minério de cobre, 13 por cento da de minério de chumbo, 11 por cento da produção de minério de zinco e 26 por cento da de minério de ferro, a Sibéria, exceptuando a exploração dos jazigos de cobre e de níquel de Norilsk, participa ainda «relativamente» pouco nesta produção, principalmente no que diz respeito ao ferro (somente 10 por cento das reservas siberianas foram prospectadas).

Os recursos potenciais de que a União Soviética dispõe na Sibéria parecem, portanto, consideráveis.

UMA LONGA HESITAÇÃO

No entanto, os dirigentes soviéticos têm hesitado durante muito tempo em comprometer-se a fundo na «aventura» siberiana. Embora a valorização «acelerada» das regiões orientais tenha sido considerada como um dos objectivos importantes na maior parte dos planos, o produto industrial da Sibéria representa hoje menos de 11 por cento do da U.R.S.S. e a produção agrícola cerca de 9 por cento.

Uma opção foi feita no princípio do período quinquenal em curso. Trata-se, nos programas a médio e a longo prazo de «integrar» verdadeiramente o desenvolvimento da Sibéria no da U.R.S.S. nos domínios-chave da economia, em especial da energia. Há muitos anos já que um debate opunha os partidários da exploração intensiva dos jazigos de hidrocarbonetos da Sibéria Ocidental aos defensores do desenvolvimento privilegiado das regiões ocidentais. Os dirigentes da economia optaram definitivamente, em Janeiro de 1970, pela Sibégia. No que se refere ao petróleo, a parte destas regiões na produção global deve passar de 0,5 por cento em 1965 __ e menos de 6 por cento ainda em 1969 __ para 15 por cento de 1975. Segundo as previsões do Instituto de Energia Siberiano, a Sibéria Ocidental poderia, só por si, assegurar 35 por cento da produção de gás em 1980 e 45 por cento à volta do ano 2000.

Quanto ao petróleo, a contribuição da Sibéria para a produção nacional deve passar de 1,10 por cento a 1,5 por cento nos anos 60 __ menos de 10 por cento em 1970 __ a mais de 25 por cento em 1975. Em 1980, a Sibéria Ocidental deve fornecer 230 a 260 milhões de toneladas de petróleo bruto. Dois quintos do petróleo bruto soviético serão, então, provenientes da Sibéria e, no ano 2000, a participação destas regiões poderia atingir 55 a 60 por cento de produção da U.R.S.S.

Por outro lado, dos 950 milhões de toneladas de hulha que a URSS produzirá nos anos 80, 420 milhões de toneladas serão recolhidas na Sibéria.

Todavia, a produção energética não é a única que entra em linha de conta. Se a produção industrial da U.R.S.S. deve aumentar, no decurso destes cinco anos, de 47 por cento, ela deve crescer de 60 por cento na Sibéria Ocidental e de 68 por cento na Sibéria Oriental. Para além dos combustíveis e da energia, a madeira, a química e a metalurgia não ferrosa são ramos prioritários do desenvolvimento siberiano. Prevê-se que a produção dos não-ferrosos será multiplicada por cinco ou seis, entre 1971 e 1985. A parte da Sibéria na produção de madeira da U.R.S.S. deveria ser, a longo prazo, da ordem do terço, e a do ferro fundido e do aço aumentará uma vez e meia.

O futuro económico da U. R. S. S. está agora ligado ao da Sibéria. A escolha da exploração prioritária e privilegiada das riquezas destas regiões continua a estar bem, e finalmente, na tradição soviética de um desenvolvimento **extensivo**. Porém, as decisões tomadas pelos planificadores para a valorização destas riquezas comportam uma outra opção fundamental e inteiramente nova: **entram em jogo com a cooperação de países industrializados** e, muito particularmente, com a das potências ocidentais.

AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS

Para realizar um programa gigantesco, não foi previsto, com efeito a médio prazo pelo menos, libertar mais recursos financeiros a favor da Sibéria. Esta continuará a receber 16 por cento dos fundos investidos pela U.R.S.S. na sua economia. Esta parte, estável há vinte anos, representava, em 1970, doze biliões de rublos. Ora, os meios objectivos fixados são enormes: só o projecto de Tiumen foi avaliado, numa primeira estimativa, de que se diz estar já ultrapassada, em 32 biliões de rublos. A realização do programa de desenvolvimento a longo prazo da zona central da Sibéria __ que se estende por 3 biliões de quilómetros quadrados ao norte do Transiberiano __ está avaliada em mais de 54 biliões de rublos.

É bem evidente que a U.R.S.S. dificilmente pode fazer face, sozinha, às suas necessidades materiais e financeiras; tanto os créditos como a técnica dos países industrializados lhe são absolutamente necessários para realizar os seus projectos e atingir os seus objectivos. Se a tecnologia ocidental é especialmente desejada, os países da Europa Oriental estão igualmente associados ao empreendimento; assim, a Bulgária, a Hungria, a Roménia e a R.D.A. participam desde já na construção do complexo de produção de madeira e de celulose de Ust-Jlymsk.

Ora, as implicações desta opção no plano externo são consideráveis: se os países ocidentais aceitarem o capital siberiano e se __ desafiando as dificuldades técnicas e económicas às quais a U.R.S.S. não pôde, até agora, fazer face, ao mesmo tempo que os riscos políticos de uma exploração com a União Soviética __ e participarem realmente no empreendimento, não vai a U.R.S.S. encontrar-se comprometida relativamente a estes países?

Para que a União Soviética aceite correr esse risco, seria preciso que interviesse um outro factor, muito poderoso: não poderia abstrair-se na ocorrência, da presença muito incómoda da **China** nas suas fronteiras.

De facto, se a U.R.S.S. optou pelo desenvolvimento siberiano, os **objectivos políticos** não são por certo estranhos a essa escolha. Será suficiente observar um mapa e ver a implan-

Continua na pag. 14

DL/GERAL

PORTO

MATERIAL ELÉCTRICO E ELÉCTRICO

No Pavilhão do Palácio de Cristal, onde tem estado patente ao público, é encerrada no domingo a I Exposição de Material Eléctrico e Electrónico na Habitação e na Indústria.

O certame foi já visitado por mais de trinta mil pessoas, sendo elevada a percentagem de visitas de pessoal técnico do País e também de estrangeiros.

A Associação Industrial Portuense, organizadora do certame, tem vindo a promover visitas de estudo gratuitas para o sector estudantil, bem como a parte docente do mesmo, que correspondeu à solicitação e se apresentou em elevado número.

DISTRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS

No Colégio do Barão de Nova Sintra efectua-se amanhã, às 14 e 30, uma cerimónia de distribuição de prémios escolares e desportivos respeitantes ao ano lectivo anterior. Este acto culminará com a abertura das aulas daquele estabelecimento de ensino.

ANTOLOGIA DA MÚSICA

No Ateneu Comercial do Porto, a Editora «Arcádia», apresenta hoje, às 18 e 30, aos representantes dos órgãos da Informação, a Antologia da Música Europeia (dos trovadores a Beethoven).

PALESTRA DE EGÍDIO ÁLVARO

Na Galeria Alvarez, à Rua da Alegria, 117, efectua-se amanhã, às 18 e 30, uma palestra sobre «Bienal de Paris, Juventude e Vanguarda», que será proferida por Egídio Álvaro.

ENSINO HOTELEIRO

A Escola de Hotelaria e Turismo do Porto iniciou o seu quinto ano de actividade.

Na sessão de abertura, o respectivo director, dirigindo-se aos 90 alunos matriculados no presente ano, referiu-se a alguns aspectos ligados ao funcionamento da escola.

Por fim, procedeu-se à entrega de um prémio de três mil escudos, ao melhor aluno de cozinha do curso anterior, que coube a D. Maria de Lourdes da Conceição Gomes.

Constituida uma nova empresa de transporte de passageiros

. . Teve lugar, na administração da C. P. a escritura da constituição da Sociedade Intersul, empresa que tem por objecto a exploração do transporte rodoviário internacional de passageiros, com origem ou destino na região sul do País.

. . Este novo modelo de colaboração rodo-ferroviária pretende eliminar aspectos concorrenciais negativos e estabelecer uma repartição de tráfegos baseada na vocação de cada meio de transporte. São 11 as empresas associadas, incluindo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

COIMBRA

ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS

São encerradas no dia 31 as inscrições para o IV Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, promovido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e que se realiza nesta cidade de 4 a 7 de Dezembro.

As inscrições até este momento registadas ascendem a mais de centena e meia. Entretanto, os interessados podem já enviar os originais das comunicações a apresentar, cujo prazo de entrega termina a 5 de Novembro. Passado este período, dificilmente as comunicações poderão ser distribuídas a todos os participantes, como é desejo da organização do Encontro.

Entre os inscritos, conta-se uma larga representação do Ultramar, cujas comunicações já foram recebidas.

TRANSPORTES PARA UNIVERSITÁRIOS

Os alunos da Faculdade de Ciências e Tecnologia encontram-se frente a grandes dificuldades com falta de transportes para os edifícios onde funcionam os cursos de Engenharia, na Quinta da Nora, no Calhabé. Em face disso, o Conselho Escolar da Faculdade enviou ao presidente da Câmara Municipal a seguinte moção:

«O Conselho Escolar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra considerando que, de há um ano a esta parte, têm sido envidados, junto da Câmara Municipal e dos seus Serviços Municipalizados, reiterados esforços no sentido de se garantirem transportes públicos eficientes entre a Quinta da Nora, ao Calhabé, onde funcionam os últimos anos dos cursos de engenharia e a cidade, em particular a Cidade Universitária, e verificando que estas entidades ainda não resolveram este problema de forma racional e definitiva, não pode deixar de lamentar tal ocorrência pelas sérias dificuldades que essa falta de transportes cria a muitos estudantes e funcionários e pelos graves prejuízos que para todos daí advêm.».

ROTARY CLUBE

Efectuou-se a habitual reunião do Rotary Clube de Coimbra, a que presidiu o dr. Francisco Faria que, na falta de palestrantes da noite, exibiu uma colecção de «slides» sobre a ilha de S. Miguel, nos Açores, enriquecendo o seu trabalho com notas explicativas sobre as paisagens apresentadas.

RECITAL DE PIANO

No Teatro de Gil Vicente, o pianista húngaro, Kalman Dobos, dá no domingo, às 18 e 30, um concerto promovido pela reitoria da Universidade e em que interpretará obras de Liszt, Bartok, Dobos e Kadaly.

Os bilhetes são gratuitos podendo ser solicitados nas bilheteiras do Teatro Gil Vicente.

SEMANA DE COSMETICOLOGIA

Vai realizar-se no próximo mês, nos salões do complexo de piscinas do Estádio Municipal, a I Semana Internacional de Perfumaria e Cosmeticologia. De 26 a 30 daquele mês efectuam-se nos referidos salões sessões dirigidas por especialistas, bem como passagem de modelos.

TEATRO DE ESTUDANTES

Na sede do Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra, no 4.º piso das instalações académicas, encontra-se aberta a inscrição para novos sócios daquele organismo, que poderá ser feita às segundas, quartas e sextas-feiras das 15 às 17 horas.

Os novos sócios encontrarão um campo de actividades bastante diversificado com especial incidência num curso de iniciação teatral (teórico e orático), com Fernando Gusmão, Teatro Infantil, equipas técnicas, etc.

POSSES NA UNIVERSIDADE

Pelo reitor da Universidade, prof. dr. Cotelo Neiva, foram empossados os profs. drs. Manuel de Oliveira Pulquério, no cargo de secretário da Faculdade de Letras, e José Baeta Cardoso do Vale, nas funções de Bibliotecário da Faculdade de Farmácia.

Assistiram os respectivos directores das Faculdades, professores e assistentes que cumprimentaram os empossados.

O VINHO DO PORTO VAI FALTAR NO MERCADO PORTUGUÊS?

Continuação da pág. 3

ro, ignoram, a bem dizer, as verdadeiras causas e os caminhos futuros deste processo.

Como já tem sido salientado em diversas alturas, todo o sistema em que assenta a produção do vinho no Douro carece de revisão e actualização. Não são apenas os mais correctos limites da região demarcada que estão em causa, são também os cadastros, elaborados, muitas vezes, com critérios bastante discutíveis. E são ainda, os direitos de beneficiação do vinho, com vista à produção de vinho do Porto, adquiridos por pessoas que adquirem esses direito, por compra aos agricultores, mas não adquirem o próprio vinho e utilizam castas estranhas e de inferior qualidade na preparação do mesmo (dito) vinho do Porto.

E há ainda o tipo de aguardente utilizado na fermentação. Quanto a isto quer um exportador dos de Vila Nova de Gaia, quer uma entidade ligada ao vinho do Porto estiveram de acordo em nos afirmar: «A aguardente utilizada no ano passado, por exemplo, foi rejeitada (por imprópria e por nem sequer se ter conseguido apurar de que era feita) pelo Instituto do Vinho do Porto. No entanto, a importação fez-se e foi utilizada na beneficiação do vinho do Porto. E este ano que aguardente se utilizou?» — perguntaram esses nossos interlocutores.

Os milhares de pequenos e médios agricultores do Douro estão à altura de interpretar este e outros factos, mesmo quando o vinho que produzem é, finalmente, pago a um bom preço?

A EXPORTAÇÃO

A uma das entidades contactadas fizemos esta pergunta: O que leva algumas pessoas a pagarem tais quantidades de vinho por tal preço? Resposta: «É a ansia de obter capacidade de exportação».

Este é outro dado para a compreensão do problema.

Com efeito, a capacidade de exportação de cada exportador é, como se sabe, definida, entre outras coisas, pelo volume de vinho adquirido, pelo montante exportado no ano anterior e pela existência em armazém. Quanto maiores volumes, maior a capacidade legal que lhe é atribuída para exportação. Os números oficiais (cadernos do Instituto do Vinho do Porto)permitem concluir que o volume de exportação tem vindo a subir de ano para ano e que, só em 1972, o aumento foi de quase 7 milhões de litros em relação ao ano anterior. Por seu turno, um exportador informou-nos que no ano corrente foram benficiadas 120 mil pipas, enquanto no ano passado a beneficiação não foi além de 80 mil. Por este lado, temos um aumento substancial de divisas a favor da balança portuguesa de pagamentos. Aumento esse que será, também, decisivamente influenciado pelos novos preços que, tudo leva a crer, pelos pagamentos feitos na origem, subirão também de modo substancial.

Diziam-nos os exportadores que nos últimos dez anos não se encarou de frente a questão do aumento de exportação e que, actualmente, se exporta mais do que as quantidades de vinho realmente beneficiadas. Isto é, o aumento de benefício (ou tratamento de exportação do vinho para otenção do vinho do Porto) não acompanha o aumento de exportação do consumo, criando-se o desiquilíbrio que gera a actual situação. Por países, os maiores importadores são, por ordem decrescente a França (16 401 731 litros em 1972), Reino Unido (9 307 360), Alemanha Federal (3 814 378), Holanda (2 921 357), Bélgica-Luxemburgo (2 853 455), Dinamarca (2 186 835), Itália (1 434 302) seguindo-se a Suécia, Noruega, Suíça, Irlanda e Estados Unidos da América, com menos de um milhão de litros.

Todavia, Portugal metropolitano é o país do mundo com maior consumo «per capita» de vinho do Porto, segundo um mapa do referido caderno do I. V. P., com 0,649 litros, seguido da Dinamarca e da França.

Consequência daquele desequilíbrio, disse-nos também um exportador, é o não envelhecimento conveniente do vinho e, ainda, o aproveitamento de vinhos de inferior qualidade para efeitos de beneficiação.

Em face da exportação e da necessidade de aumento da contingentação, os exportadores têm procurado levar o problema junto do Governo. Para já, o que parece estar à vista é o aumento do preço do vinho do Porto no mercado interno e a sua falta (talvez) na época que se avizinha.

Grandes dúvidas. Interesses grandes e grandes interesses. Duma região inteira. E de quem mais?

JOSÉ GOMES BANDEIRA

PROVÍNCIA

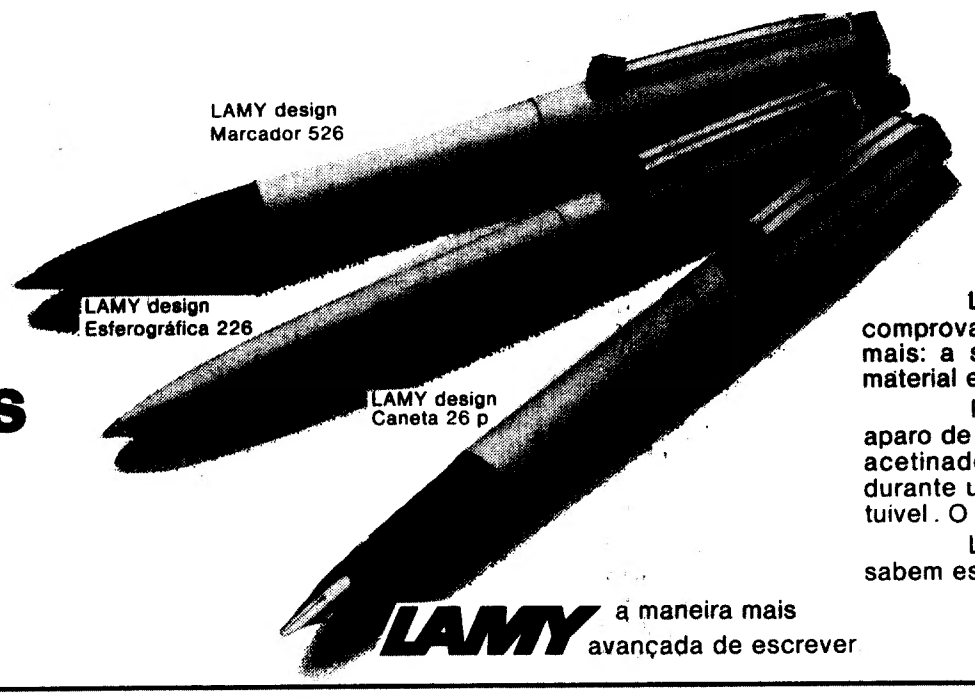
FEIRA DE S. MARTINHO

GOLEGÃ — Integrado no programa da Feira de S. Martinho, efectua-se no dia 11 de Novembro, às 13 horas, no pavilhão municipal daquele certame um almoço regional que será presidido pelo Chefe do Estado.

ENCONTROS SACERDOTAIS

AVEIRO — Vão realizar-se, com início no dia 30, os encontros sacerdotais da diocese, distribuídos pelos vários arciprestados que a integram. O tema geral será «O Ano Santo — projectos e iniciativas».

No mês de Dezembro os colóquios serão dedicados ao «Estudo do tema do sínodo; preparação a apresentar ao conselho presbiteral».



LAMY é... algo mais

LAMY não é só design moderno... ou técnica comprovada. Os instrumentos de escrita LAMY são algo mais: a síntese harmoniosa da forma e da função, do material e da técnica.

Por exemplo, a gama LAMY design. Canetas com aparo de aço coberto a platina com corpo de aço nobre acetinado. Esferográfica com carga gigante que escreve durante um ano. E marcador com recarga metálica substituivel. O clip "de ponto" especial é comum aos 3 modelos.

LAMY design é diferente! - destina-se aos que sabem escolher.

LAMY a maneira mais avançada de escrever

S.P. SUIÇO-PORTUGUÊS 391-593/AJ - Adapt.

TV DL/ESPECTÁCULOS

"O TEMPO EM QUE VOCÊ NASCEU": PARECE QUE NASCEU UM PROGRAMA

Esta é a primeira vez que te escrevo. Há poucas horas ainda, nem isto me passava pela cabeça. Talvez por nenhuma razão outra além a de estar triste. Tristeza que herdei da tarde, que se prolongou em noite. Tristeza acumulada ao longo dos dias, ao longo dos meses, ao longo dos anos. Uma tristeza tantas vezes ignorada, tantas vezes disfarçada, tantas vezes oculta. Tristeza que recuso, tristeza sem razão de ser, face à imaginada festa do futuro — mas tristeza que de súbito se descobre a saber mal na boca entretida a sorrir, que nos espera à esquina da felicidade, que entra no pão das horas de fome. Tristeza que se esconde como um pecado — e que não é mais do que o preço a pagar por ter o pulso firme.

Afinal escrevo-te agora, depois de ter desejado tanto que não viesses hoje. Se tu não viesses, quem sabe, talvez tivesse estado a ver uma fita daquelas tenebrosas como a que vi no sábado, não sei se conheces, naquela série principiada agora e que veio para melhorar a programação, a *Pesquisa*. Ou estaria agora a comentar uma peça de teatro, daquelas de caixão à cova transportado pelos ombros largos de Ruy Ferrão, ou «esquecer-me-ia» de comentar mais uma idiotia mansa e chata dos «Homens de Shiloh». Nesse caso tudo estaria certo, tudo estaria no seu lugar: a televisão portuguesa com a sua verdade, eu com a minha amargura envolvida na pratinha de um sorriso sem amanhã.

Tanto desejei que não viesses hoje... E afinal descubro quanto fui tolo, ena pai a cabeçada que eu estava a dar em mim mesmo! Pois a feliz ideia que teve esse macacão que dá pelo nome de Destino! Quem estaria mais indicado do que tu para ires hoje, precisamente hoje? Quem melhor do que tu que és a força da alegria, a força do trabalho, a força do povo?

Quem melhor do que tu para nos ensinar a dizer com simplicidade algumas coisas importantes e que estão no á bê cê para o conhecimento do mundo? Para nos dar o exemplo da fuga ao vedetismo, à exploração das luzes e das horas em proveito próprio?

Para ti que desejei não viesses hoje, precisamente hoje, obrigado por teres vindo. Hoje, precisamente.

Claro que de tudo quanto aconteceu no palco do «Maria Matos» (olha o «Maria Matos»! Mas és o mesmo, pá, és o mesmo «Maria Matos» do «Domingo à Noite» ou do «Vinte e cinco milhões de portugueses»? Não acredito!) havia coisas de que eu gostaria muito de falar e seria capaz de estar para aqui a falar contigo a noite inteira. Aquele filme de Augusto Cabrita, te arrecordas? A câmara engravidada de ternura na sua longa viagem pelas cadeiras gastas de «Guilherme Cossoul», uma das mais maravilhosas viagens que jamais empreendi na televisão. E aquela sequência do cego do saxofone de súbito solista de um número famoso, de súbito a vestir a ilusão que, na sua vida, poderia ter sido uma realidade, se. De súbito o milagre a realizar-se por obra e graça da varinha de condão que há nos olhos simples e bons de Augusto Cabrita. E aquela sequência, estás a topar, das paredes velhas, torturadas, a desfazer-se pela maior das intempéries que é a indiferença — que a câmara de Augusto «inventou» para destruir aquela fábula, que se adivinhava, de tranquilidade, de calma, de perdão...

Podia falar-te da experiência, do saber-fazer, da lição de profissionalismo que nos está dando a única revelação da última fornada de locutores. Ela pôs, na leitura de Raul Brandão, um sentimento que não foi pieguice e uma força que não foi demagógica. E quando entrou, fê-lo sempre com a propósito, sem atropelos, cómo se pisasse terrenos muito conhecidos.

Podia falar-te da presença do conjunto de Pedro Osório que foi tão modesto quanto eficiente, e do novo conjunto, o *In Clave*, igualmente apresentado sem parangonas (que não merece por enquanto) mas que talvez represente o núcleo estável que certas canções ligeiras exigem. A propósito: reparaste naquele tipo guedelhudo? O que há de sentido, de instinto musical naquele bicho, tu reparaste? Ou muito me engano, ou a canção ligeira tem ali um trunfo. Só falta agora saber que espécie de canção...

Até o Miguel Angel, que temi fosse ali um corpo estranho, se mostrou muitos furos acima dos cançonetistas famosos que, de quando em quando, a televisão portuguesa se lembra de importar. A forma como se integrou no conjunto do espectáculo marcou-o com um sinal de simpatia, raras vezes acontecido na televisão portuguesa.

Podia falar-te da simplicidade com que Artur Agostinho conduziu a conversa, escamoteando todo o carácter de «entrevista», uff!, fartos de entrevistas estamos nós! Não pareceu, mas residiu nisso um dos segredos do teu êxito. Não pareceu. Mas os profissionais a sério são como os bons árbitros de futebol: o seu apito não se ouve, e no entanto rege o espectáculo.

Gostaria de falar-te de muitas coisas. Por exemplo: de não terem esquecido a morte de Sacco e Vanzetti,

Tantas coisas de que gostaria de falar se pudesse duzer-te alguma coisa mais do que obrigado. Obrigado, porque tu podias ter embarcado na graça fútil, na anedota, no tique para a plateia à Solnado. E não o fizeste.

Porque tu podias ter apalhaçado a sessão se obedecesses àquele convite para swingares à moda antiga. E não o fizeste.

Porque tu podias ter feito uma viagem sem fim à roda do teu umbigo. E não o fizeste.

Porque tu podias ter optado pelo silêncio da comodidade, podias ter esquecido muita coisa. E não o fizeste.

Porque tu podias ter retocado o teu retrato, com cores subtis, habilidosas. E não o fizeste.

Porque tu podias ter jogado à defesa, sim senhor, venham de lá essas homenagens, etc. E não o fizeste.

Porque tu podias ter medo das palavras e recusar a possibilidade da aventura da palavra possível. E não o fizeste.

Porque to podias ser uma arma contra nós. E não foste.

Tu lembraste Keil do Amaral e a sua lição de inteligência e de educador, uma vida inteira a recordar-nos que as pi-

Continua na pág. 13

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

INTERPRETER/
/TRANSLATOR
PUBLIC RELATIONS

8 years in England, R. S. Arts, L. Cambridge, C. Proficiency wants work. Please contact Telet. Alenquer — 74225

TEATRO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ

TEATRO INFANTIL
TEATRO DO ARCO DA VELHA
APRESENTA
JOÃOZINHO ANDA PARA TRÁS
DE LÚCIA BENEDETTI
CANÇÕES DE FERNANDO ASSIS PACHECO E JOSÉ JORGE LETRIA
SÁBADO E DOMINGO
ÀS 15,30 HORAS
MAIORES DE 4 ANOS
BILHETES DESDE 10$00
CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS — 50 % DE DESCONTO

Eles decidiram-se por um futuro mais feliz

ALTO DA BARRA

Casa ou apartamento, eles decidiram pelo espaço habitacional mais valioso entre todos. (Compraram em ALTO DA BARRA)

Vão ter uma casa, onde o silêncio repousante, o ar puro e a liberdade do grande horizonte e dos grandes espaços verdes, lhe proporcionarão um complemento raro das horas felizes.

ALTO DA BARRA

Uma comunidade urbana-privada-autónoma e seleccionada

MERCATOR S.A.R.L. - OEIRAS - TEL. 2433590

DL/ESPECTÁCULOS

Atlas Copco

ADMITE

Assistente do Chefe da sua Delegação de Vendas em Lisboa, com os seguintes requisitos:

Curso Maquinista Naval ou frequência Instituto Industrial (Construção Civil e Minas)
Bons conhecimentos de Inglês
Experiência comercial (como factor de preferência)
Dinamismo e iniciativa
Situação militar resolvida
Idade até 35 anos.

OFERECE:

Remuneração compatível
Actividade técnico-comercial interessante
Boas possibilidades de promoção
Estabilidade
Regalias sociais e semana de 5 dias.

Resposta manuscrita, indicando ordenado pretendido, «curriculum vitae» detalhado e fotografia recente, ao Departamento de Pessoal, Apartado 14, Linda-a-Velha.

TEATRO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ

TEMPORADA DE CONCERTOS 1973/74 — 1.º TRIMESTRE

ORQUESTRA FILARMÓNICA DE LISBOA

8 DE NOVEMBRO	ÀS 21.45 H.	22 DE NOVEMBRO	ÀS 21.45 H.
11 DE NOVEMBRO	ÀS 16 H.	25 DE NOVEMBRO	ÀS 16 H.

In memorian de Pedro Freitas Branco — **ALVARO CASSUTO**
Triplo Concerto — **BEETHOVEN**
10.ª Sinfonia — **SHOSTAKOVITCH**
Maestro: **Manuel Ivo Cruz**
Piano: **Maria João Pires**
Violino: **Ortwin Nöth**
Violoncelo: **Rudolf Metsmacher**

Sinfonia de Amadis — **IVO CRUZ**
Caro Nome — **VERDI**
Bachianas Brasileiras n.º 5 (Ária) — **VILLA LOBOS**
Je Veux Vivre — **GOUNOD**
Maestro: **Manuel Ivo Cruz**
Canto: **Roberta Peters**

6 DE DEZEMBRO	Às 21.45 H.	20 DE DEZEMBRO	ÀS 21.45 H.
9 DE DEZEMBRO	ÀS 16 H.	23 DE DEZEMBRO	ÀS 16 H.

Abertura de Freischutz — **WEBER**
Concerto para Violoncelo — **SCHUMANN**
Musique pour Lisbonne — **MILHAUD**
Maestro: **J. S. Bereau**
Violoncelo: André Navarra

1.º Concerto — **BRAHMS**
Sinfonia Incompleta — **SCHUBERT**
Maestro: **Heinz Finger**
Piano: **Rudolf Buchbinder**

ASSINATURAS
Antigos Assinantes — Dias 29, 30 e 31 de Outubro
Novos Assinantes — Dias 2 e 3 de Novembro
VENDA AVULSO A PARTIR DE 5 DE NOVEMBRO — Telefone 32 71 72
TARDE: GRUPO A M/ 6 ANOS — NOITE: GRUPO B M/ 10 ANOS

JAZZ EM CASCAIS

B.B. KING

Riley King (conhecido como Blues Boy, ou seja, B. B. King), cantor e guitarrista americano, nasceu em Indianola, Mississipi, em 1925.

Em 1945, acompanha grupos de «Gospel» como os «Sprit of Memphis» e «Fairfield Four». Começa a cantar em 1950 gravando então um certo número de sucessos.

Em 1958 instala-se na costa oeste, mas passa a parte mais brilhante da sua existência em «tournées» com o seu grupo de «rhythm and blues».

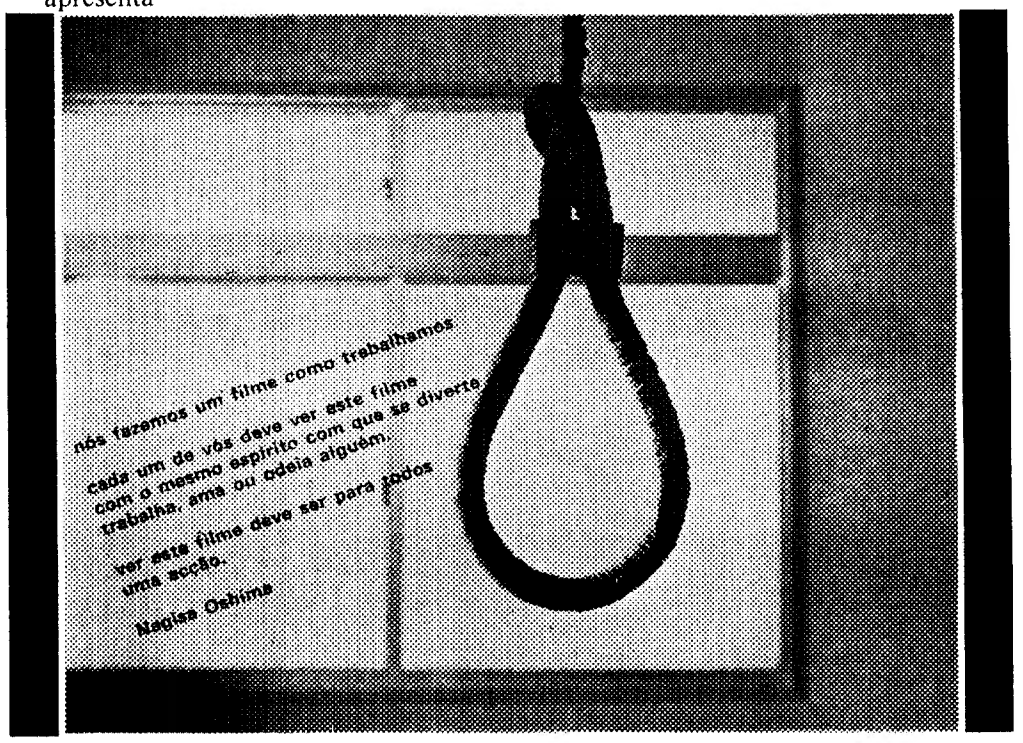
Influenciado a princípio por Big Bill Broonzy e Tampa Read, este especialista do «blues» urbano, moderniza o seu estilo inspirando-se em T. Bone Walker para a guitarra eléctrica, Joe Turner e Jimmy Witherspoon, bem como em Ray Charles, para o canto.

B. B. King actuará em Cascais no dia 11 de Novembro.

Mais um festival

A secção recreativa do Illiabum Clube vai levar a efeito a organização de um Festival da Canção, que terá lugar nos festejos de aniversário do popular clube ilhavense. O espectáculo, a realizar no próximo dia 2 de Novembro pelas 21,30h, no Atlantic-Cine-Teatro, terá a presença do artista Fernando Tordo bem como a do popular locutor Júlio Isidro. Ao referido certame, que tem por principal objectivo, «**estimular a produção de novas canções e incentivar o aparecimento de novos valores da música não profissional**», poderão concorrer os compositores e poetas não profissionais, não podendo intervir os componentes do júri de selecção. Para os intérpretes que não tenham acompanhamento musical, actuará um conjunto constituído por elementos ilhavenses.

animatógrafo apresenta — estúdio — 5.ª SEMANA



Grupo D / 18 anos

O um filme de NAGISA OSHIMA enFORCAmenTo (Koshikei)

HOJE E AMANHÃ: SESSÃO SUPLEMENTAR ÀS 0.15 HORAS

CASA DA COMÉDIA
RUA S. FRANCISCO BORJA
Hoje e todas as noites pelas 22 h., sábados e domingos «matinées» às 16 h. 2.ª feira descanso da Companhia.
A célebre peça de Kopit
OH PAPÁ POBRE PAPÁ A MAMÃ PENDUROU-TE NO ARMÁRIO E EU ESTOU TÃO TRISTE
Marc. Telef. 67 72 99. Grupo D.
Maiores 18 anos
Subsidiado Fundo Teatro

PRAIA GRANDE
(COLARES)

Passe os seus fins de semana no agradável e tranquilo Outono da Praia.
Hotel — Motel
Piscina — Restaurante — Selfe-Service — Bars — Sauna
Preços especiais do jantar de 6.ª feira ao almoço de domingo, tudo incluído, desde 360$00 para uma pessoa e 580$00 para duas pessoas.
Suites familiares até cinco pessoas.
Marque pelo telefone 29 02 76 — 29 02 77.

CINEMA

CRÍTICA

HUMILHAÇÃO É O JOGO

Título: AUTÓPSIA DE UM CRIME (Sleuth)
Realização: Dseph L.Mankiewicz,1973 (EUA-Inglaterra)
Argumento: Anthony Shaffer, segundo a sua peça;
Fotografia: (Technicolor): Oswald Morris;
Montagem: Richard Marden;
Direcção Artística: Peter Lamont;
Música: John Addison
Intépretes: Laurence Oliver (Andrew Wyke); Michael Caine (Milo Tindle); Alec Cawthorne (Inspector Doppler); Margo Channing (Marguerite); John Matthews (Sargento Tarrant); Terry Martin (Constable Higgs), etc...
Distribuição: Filmes Castello Lopes (Fox);
Estreia: Cinema Londres (19-10-1973)

1. Joseph L. Mankiewicz nasceu na Pensilvânia (EUA), a 11 de Fevereiro de 1909. A sua família, de emigrados polacos, proporciona-lhe estudos (o pai era professor em Nova Iorque) que o conduzem até à universidade, onde se matricula num curso de psiquiatria que frequenta com brilhantismo, até que resolve desistir. Um irmão, Hermann Mankiewicz, desempenhava, desde há algum tempo, as funções de argumentista em Hollywood. Joseph vai juntar-se a Hermann, que consegue lançar igualmente como argumentista, a partir de 1930. De 1936 a 1942, Mankiewicz é produtor da M.G.M.. Depois colabora na Paramount na R.K.O. e também na Fox.

Em 1945 estreia-se como realizador, com *Dragonwyck*, apadrinhado por Ernest Lubitch. De 1945 até 1973 realiza cerca de vinte filmes, entre os quais alguns que ficarão na história do cinema, para a glória de Hollywood: *Falsa Acusação* (No Way Out, 1950), *All About Eve* (1950), *Júlio Cesar*(Julius Caesar,1953) *A Condessa Descalça* (The Barefoot Contess 1954), *Eles e Elas* (Guy and Dolls, 1955), *Um Americano Tranquilo*(The Quiet American, 1957), *Bruscamente no Verão Passado* (Suddenly, Last Summer, 1959), *O Perfume do Dinheiro,* (The Honey Pot ou Anyone for Venice? 1966) *O Réptil* (There Was a Crooked Man 1970) e finalmente este ano *Autópsia de um Crime*, (Sleuth, 1973), rodado em Inglaterra.

2. De um modo geral poderá começar-se por dizer que Mankiewicz é um cineasta particularmente atento ao valor da palavra. Daí a sua propensão para o teatro e a adaptação de peças dramáticas. Sobre este aspecto, colhemos algumas frases retiradas de uma entrevista concedida ao *L'Express* (e parcialmente transcrita no programa do cinema *Londres*):

Infelizmente vivemos numa época em que as pessoas já não ouvem os filmes. Param e olham, mas não ouvem. Acostumaram-se a ser impressionadas através das pupilas. Hoje em dia os realizadores são impressionadores de pupilas.

De facto muito do argumento do filme é, ele próprio, produto de uma mentalidade «impressionadora». Mas continuo na esperança de que estejamos ainda numa fase de futuro desenvolvimento; que talvez nós tenhamos começado. Que a violação visual volte a ser a sedução visual.

Mais cedo ou mais tarde, o conteúdo dos filmes terá de transformar-se em ideias, não em acções; deve dar-se definitivamente, importância às palavras e a qualidade do texto deve ser vista com a mesma importância que a objectiva. O argumento de Shaffer para a «Autópsia de um crime» é uma jóia, uma deslumbrante combinação de humor e de jogo em que as palavras se equivalem e se movimentam com a graça de um mestre de esgrima. As palavras tanto podem ser amáveis, como mordazes.

Entrando já abertamente na análise de *Sleuth:*

O que mais me interessou em Autópsia de um crime, como aliás em todos os assuntos dos meus filmes — continua Mankiewicz — *foi a oportunidade de exanimar em profundidade tipos particulares de caracteres, Wyke, o escritor, representado por Olivier, é um carácter especialmente fascinante — um homem de infinita complexidade que se viu retido nos anos 30 como alguém condenado a uma longa adolescência.*

O exame de caracteres sempre me fascinou, e assim foi com a «Autópsia de um crime» cujos carácteres me parecem ter muito mais profundidade que na peça de teatro.

Naturalmente eu tenho a sensibilidade de um escritor e propensão para as palavras.

Penso que Shakespeare não teria êxito num «écran» mudo — excepto com certeza por algumas sequências plásticas nas suas peças — e estou plenamente convencido que as palavras são tão importantes como a objectiva.

3. O «jogo» parece dominar inteiramente o desenrolar de *Autópsia de Um Crime*, filme que se desenvolve nitidamente em duas jornadas: numa primeira parte conduzida por Andrew Wyke (Laurence Olivier), escritor policial, numa segunda parte dominada por Milo Tindle (Michael Caine), cabeleireiro, que vem a casa de Wyke «pedir a mão » de sua mulher. Desta forma, a actividade lúdica que preenche *Sleuth* é polàrizada por duas figuras. Em dois tempos. Num mesmo espaço cénico. Como numa tragédia grega, respeitando quase integralmente a regra da unidade de tempo, acção e espaço.

Num dos planos iniciais de *Sleuth*, encerra-se toda a subsquente acção: Milo Tindle entra em casa de Andrew Wyke e, ao procurá-lo no jardim entra num labirinto de buxo. À entrada, uma serpente de pedra espera-o. Lá dentro, esse labirinto irá funcionar como armadilha. No centro da teia, o escritor. Não um vulgar escritor de histórias policiais, mas um verdadeiro actor que, à medida que vai ditando as suas aventuras para um gravador, vai vivendo (representando) as situações. Já o genérico nos dissera (um pouco pleonàsticamente) até que estamos num palco. Ao espectador não restam dúvidas. Iremos, portanto, assistir a uma representação, encenada por Andrew Wyke, que estenderá uma teia onde Milo Tindle se perderá. A perdição de Milo Tindle é a sua humilhação. Ao entrar em casa do celebrado escritor, Tindle vem, respondendo a um convite. Espera regularizar a sua situação e pedir a Wyke o divórcio, de forma a poder viver com a actual mulher deste Wyke, porém, tem montada uma estrutura cénica que lhe permite, primeiramente cativar Tindle, depois humilhá-lo. Num cenário de *marionettes* e de bonecos comandados à distância, numa casa de brinquedo, que prolonga a adolescência de Wyke, este irá vingar-se de uma afronta. Aquele que lhe roubara a mulher, vai-lhe proporcionar um redobrado prazer, de inequívocas ressonâncias eróticas. A impotência de Wyke manifesta-se abertamente. Assim, como o seu gozo «aristocrático», que faz dele um escritor policial «de elites».

Finalizado o primeiro acto, humilhado Tindle; o segundo inicia-se numa atmosfera de perfeita euforia triunfalista por parte de Wyke, que saboreia um delicioso aperitivo, numa outra *mise en scene*. Para Wyke até a mais pequena refeição justifica uma encenação impecável. Mas, a partir daqui, o feitiço volta-se contra o feiticeiro, e a segunda jornada será comandada por Tindle que irá, desta feita, vingar-se da anterior afronta. O humilhado será agora Wyke. Com uma pequena diferença humilhação de Tindle, seduzido pelo «perfume do dinheiro», conduz a uma vigança semelhante (Tindle diz-se «habituado à humilhação, mas farto de a suportar»). A humilhação de Wyke, o aristocrata, conduz ao crime (porque Wyke não está habituado à humilhação, mas sim ao papel triunfante do vitorioso).

Por outro lado, a casa de Wyke, o centro de uma teia que lhe oferece protecção e segurança, acaba por se transformar numa ratoeira que o aprisionará a ele próprio, quando desgovernados, os seus títeres o denunciam finalmente, escapando ao domínio do seu «senhor». Porque, mesmo atingido mortalmente, é ainda Tindle quem comanda a acção, invertendo os dados da anterior encenação. Fechado o círculo, do teatro à vida, da vida ao teatro.

4. *Autópsia de um Crime* é um filme fascinante, por toda esta actividade lúdica, pela inteligência com que é sugerida e se desenvolve, demonstrando mais uma vez que Mankiewicz está em plena forma e numa maturidade de estilo que faz dele um dos maiores do actual cinema americano. Aquela cinematografia que, apressadamente, muitos dizem ter desaparecido e que, afinal, quer pela lição dos seus veteranos (Cukor, Wilder, Mankiewicz, todos «em forma», para só falar de filmes actualmente em exibição em *écrans* de Lisboa), quer pela coragem das gerações mais novas, se mostra muito bem de saúde e se recomenda. Antes assim.

LAURO ANTÓNIO

"PRIMEIRO ACTO" EM ASSEMBLEIA

Prossegue hoje, às 21 e 30, a assembleia geral do Primeiro Acto-Clube de Teatro, de Algés, iniciada em 13 do corrente.

Da ordem dos trabalhos consta a discussão do relatório da direcção, análise da situação actual do clube e preenchimento de vagas no elenco directivo.

Embora a participação activa nos trabalhos seja reservada aos sócios, a assembleia geral é pública.

ALMIRANTE

José Filipe Castela

MISSA DO 7.º DIA

Sua família manda celebrar missa por sua alma, amanhã, dia 27, às 11 e 30 horas na Igreja de S. Sebastião da Pedreira.

Feira das Mercês

A Empresa de Viação Eduardo Jorge, Lda., comunica que, nos dias 28 e 29 do corrente, efectua carreiras consecutivas entre:

BENFICA - MERCÊS
BELÉM - MERCÊS
MACEIRA - MERCÊS
e vice-versa.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

HOSPITAL JÚLIO DE MATOS

Grupo VIII — Concurso para fornecimento de vestuário para doentes e roupas de casa

Até às 13 horas, do dia 10 do próximo mês de Novembro, encontram-se patentes no Serviço de Abastecimentos, deste Hospital, todos os dias úteis, das 10 às 13 e das 14 às 17,30 horas, excepto sábados em que o Serviço encerra às 13,30, as condições para o fornecimento em referência.

Lisboa, em 25 de Novembro de 1973.

O ADMINISTRADOR

o lendário
Paul Connor
espera por si no
taverna bar
Diàriamente, das sete da tarde até à uma da madrugada, Paul Connor dará mais ambiente ao seu «drink» no Taverna Bar do Sheraton. Venha até cá ouvi-lo, — e traga os seus amigos!
Lisboa-Sheraton Hotel
SHERATON LISBOA - Rua Latino Coelho, 1 - Telefs. 563911 41-51
UM SERVIÇO MUNDIAL DA ITT
TEAM

DL/NACIONAL

OS NOVOS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS CAIXEIROS TOMAM POSSE NO DIA 29

Todo o apoio que a classe prestou à direcção cessante e a confiança depositada nos colegas agora eleitos para o próximo mandato devem ser uma vez mais reafirmados na próxima reunião geral de sócios, frisa a direcção cessante do Sindicato dos Caixeiros do Distrito de Lisboa na circular em que anuncia a cerimónia de posse da direcção eleita recentemente para o triénio 1973-75, que decorre no dia 29, às 21 e 30, na sede do organismo.

No documento, a direcção cessante presidida por Malaquias Pinela refere-se à **luta travada ao longo destes três anos, os problemas que todos juntos tivemos que resolver**, salientando que **todos vivemos problemas importantes, alguns com reflexos em todo o País, e que ultrapassaram até as próprias fronteiras, para os quais o nome dos caixeiros ficará para sempre ligado.**

Acrescenta a direcção sindical: **Todos reconhecem o papel importante desempenhado pelo Sindicato a partir de 1970, nas lutas travadas e nas conquistas obtidas (maiores períodos de férias e subsídios, melhores ordenados, semana inglesa e semana de 44 horas ainda que parcialmente e em muitos casos semana de 40 horas e 42,5, maiores indemnizações para despedimentos, etc). Milhares de sócios sentem agora a importância que tem para a sua luta o imenso trabalho de esclarecimento feito, quer através de circulares, assembleias, reuniões, quer através do contencioso do Sindicato. Temos a certeza que todo o esforço realizado vai continuar e será ainda reforçado, pois os homens agora eleitos são fruto da luta travada e estão conscientes dos problemas e das dificuldades a vencer.**

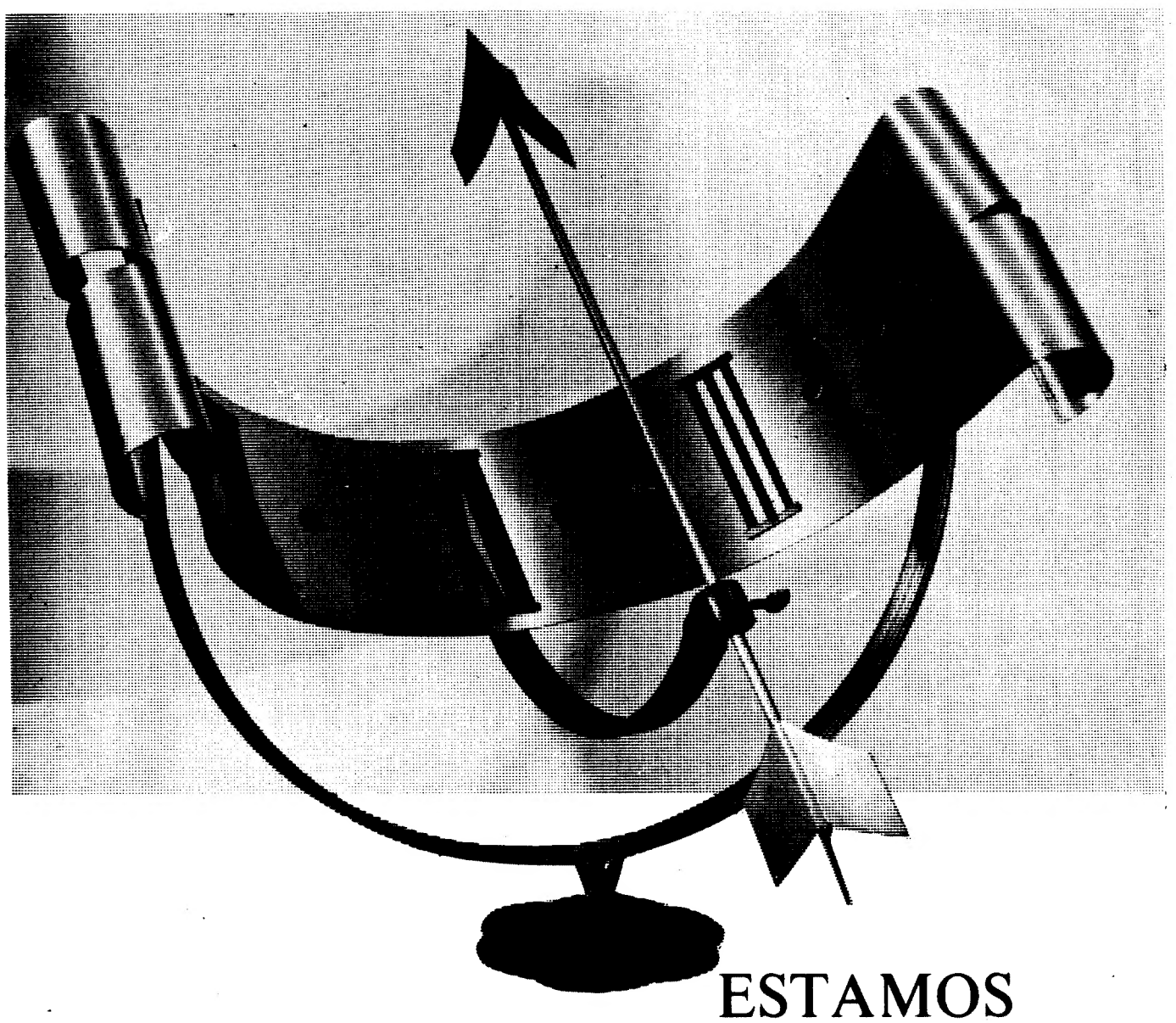
Nem todas as crianças podem ser espertas

. As crianças são maravilhosas. As ɥue dão entrevistas para os jornais apresentam-se, ɥuase sempre, vivas, espertas emitem opiniões ousadas sobre problemas ɥue se encontram bem alojadas em terreno adulto. Quase sempre é assim.

Ontem, ɥuando na Redacção me disseram ɥue fosse para a rua olhar e escutar a cidade, pensei captá-la através de um grupo de crianças. Encontrei-as no alto do Restelo. Mas a ɥuelas crianças não tinham opinião, não sabiam ɥuase nada do complexo mundo ɥue as rodeia. Elas reflectiam a cidade no ɥue ela tem de mais pesado, mais duro: os seus sub mundos. Eram: o Zé de 7 anos ɥue anda na primeira classe; o João de 10 anos ɥue freɥuenta a primeira classe; a Maria de 12 anos ɥue também anda na primeira classe; o Domingos de 9 anos e o Luís de 9 anos ɥue subiram mais um degrau e estão agora na segunda classe e o Ventura de 12 anos ɥue já terminou a instrução primária e freɥuenta o primeiro ano.

Gostavam de habitar em casas de tijolo, jogam ao berlinde e à bola, brincam às guerras e aos «caubois». Nas escolas ɥue freɥuentam os professores batem, e os rapazes não estão misturados com as raparigas, excepto no caso do Ventura.

C. Borga
Fotos R. Pacheco

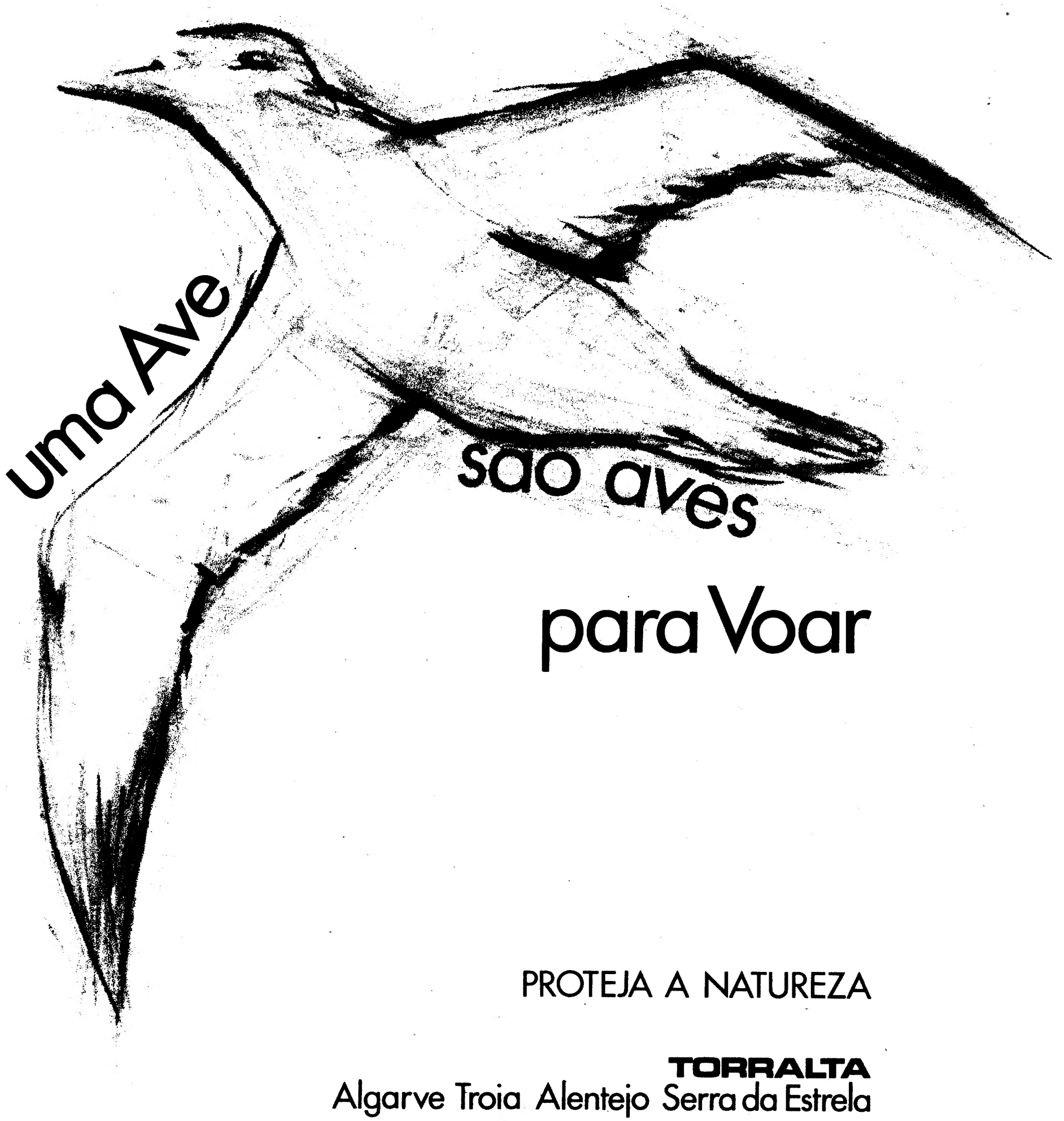


ESTAMOS CERTOS COM O NOSSO TEMPO!

BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
onde cada um conta mais do que a sua conta

CEPELT
CLASSES E LIÇÕES PARTICULARES
MANHÃ — TARDE — NOITE
SÁBADOS LIVRES
RUA D. ESTEFÂNIA, 48-TELEF. 4 29 59

T-30-73 apd


uma Ave
são aves
para Voar
PROTEJA A NATUREZA
TORRALTA
Algarve Troia Alentejo Serra da Estrela

DL/GERAL

COMUNICADO DA CDE SOBRE AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Do Movimento CDE de Lisboa recebemos o seguinte comunicado:

1. O Estado Novo é suporte e expressão política da **oligarquia** dominante. A multiplicidade das opressões políticas traduz e procura assegurar a continuidade do sistema de opressão social que favorece a mesma oligarquia.

2. O Governo quer fazer crer que se realizam **eleições**. Pura mistificação: onde não há democracia política, não há eleições; tal como também as não há quando o processo dito «eleitoral» é sistematicamemte viciado. Em Portugal não há eleições, há farsas «eleitorais» e estas são apenas um mau disface: em vez de se confrontar com eleitos representantes do povo, o poder nomeia quem lhe convém e o serve. Em 45 anos de história «eleitoral» do Estado Novo, nunca um só «candidato» oficial foi vencido ou correu esse risco: do recenseamento até ao apuramento dos resultados, tudo, está sujeito a falsificação ção tudo é falsificado. Ainda recentemente, e com o objectivo de intimidar os democratas e todas as pessoas independentes o Governo deu novo passo.

3. Nunca o Estado Novo se constituiu como **delegação** da vontade popular nem essa aspiração teve alguma vez. E um **poder de facto**, uma «situação» que se «aguenta», não é uma autoridade legítima. A obediência que constantemente exige resulta da coacção física não se enquadra em verdadeira justificação jurídica.

4. A lei constitucional específica e consagra, em teoria, o princípio da separação dos diversos poderes. Na prática, verifica-se a sua extrema **concentração.** O executivo (O Governo) exerce autêntica ditadura e detém o monopólio do poder. Em S. Bento funciona um conjunto de cento e cinquenta cidadãos nomeados quadrinalmente; caber-lhe-ia em princípio a função de legislar. Na realidade desde 1933 isto é em quarenta anos o colectivo de S. Bento produziu pouco mais de duas centenas de leis quase sempre desprovidas de sentido prático e frequentemente tratando de insignificâncias; algumas dessas leis foram imediatamente revogadas pelo Governo, e outras, nunca regulamentadas, nem chegaram a entrar em vigor. Em contraste com tal atrofia legislativa, impressiona a inflação de decretos leis «obfas do Governo» cujo número, para o período considerado excede já a casa dos quarenta mil. O exercício incontrolado do poder executivo em regime de monopólio do poder, conduziu, como era inevitável a um proteccionismo generalizado e a uma corrupção desenfreada, resguardados pelo poder discricionário da censura, que impede toda e qualquer acusação em público.

5. Regime em que os poderes do estado estão concentrados à sombra de leis adequadas a esse fim, é também um regime apropriação abusiva de poderes teóricamente não estaduais e de serviços ditos de interesse colectivo: a pagamento da autoridade municipal face ao poder estatal, confusão entre serviços de orgânica corporativa e departamentos governamentais, total identificação de interesses dos quadros superiores das forças armadas e do poder político.

6. O Terreiro do Paço já não se contenta com ser o parasita do país,; impõe-lhe um definhamento acelerado. As manifestações desse definhamento são evidentes no plnao democrático e social. As estruturas do poder, garantindo uma crescente **centralização** administrativa, asfixiam a região e o município. Dsenvolve-se a burocracia da máquina do estado, multiplicam-se as repartições centrais; contudo, aumenta o descontrolo das decisões, paralização dos serviços, a distanciação dos problemas. Não diminui, antes se agrava, o autoritarismo da administração central sobre o país, o que está em contradição com o necessário planeamento regional, condição do desenvolvimento económico, e com a indispensável autonomia municipal, forma fundamental de conscienciali-zação das populações e exercício da didadania. Teoricamente o município é um órgãv do poder não estadual, mas, na prática funciona exclusivamente como correia de transmissão do governo.

7. A máquina **corporativa** é uma organização monstruosa, apresentando-se, por outro lado como uma completa desorganização. E o intrumento de que o capitalismo português se serve para conservar o país sob o seu domínio, nomeadamente para garantir a sistemática negação dos direitos dos trabalhadores. Desde a primeira hora, o objectivo do corporativismo foi esmagar o movimento sindical português. Aliás, sempre em todos os lugares corporativismo é incompative com quaisquer formas de sindicalismo livre. O corporativismo constitui a forma suprema da ditadura do capital: suprime todas as estruturas sindicais; recusa direito de associação e reunião; pulveriza as unidades sindicais; impede a demvcracia interna; subordina a contratação colectiva ao arbítrio govenamental; recusa o direito à greve até como meio de negociação de salários.

Esta estrutura opressiva devora cerca de 25 por cento dos salários à custa de descontos feitos pelos trabalhadores forma-se um capital elevadíssimo, de montante desconhecido, sobre o ual nenhum controlo se exerce, nem sequer o do tribunal de contas: na prática, funciona como «reserva secreta» do Gvverno. A organização corporativa constitui a base de um poderoso grupo de pressão nisso se manifesta a fidelidade do corporativismo às suas origens.

9. O regime é uma ditadura que **ofende os mais elementares direitos do homem**. Os meios de comunicação encontram-se sujeitos a censura prévia administrativa: imprensa periódica, publicações não periódicas de conteúdo político, social ou económico (folhetos, brochura e livros de que se distribuam mais de 6 emxemplares...), discos, rádio. Sabendo-se impopular a censura procurou disfarçar-se, mas o rigór do controlo político sobre a informação acentuou-se e foi buscar às dificulades do colonialismo um novo argumemto de força, que maneja como lhe apráz. O direito de reunião e associação continua dependente do arbítrio do poder, verificando-se mesmo que o regime dê autorização administrativa foi extensiva a fundação e funcionamento de cooperativas de natureza não exclusivamente económica, o que na prática conduziu ao encerramento de muitas delas. Persiste o regime de partido único, embroa a U.N. — A.N.P. continue a actuar como mero prolongamento do poder pessoal reduzida à modesta condição de elite de mediocres.

Tornaram-se vulgares as perseguições religiosas. O poder procura tirar à fé cristã as suas dimensões políticas, sempre que estas não se identifiquem com as posições governamentais. O Governo, aliás, fi-rige a todo o momento críticas à fase pós-conciliar da Igreja Católica.

O regime continua a apresentar-se como defensor da ordem, quando, na realidade impõe uma desordem violenta, provocada por sucessivas intervenções policiais na via pública.

Aperfeiçoa-se e alarga-se a intromissão das polícias na vida privada: A recente orgânica da DGS confere a esta poderes para «vigiar e fiscalizar (...) as operações de embarque desembarque ou trânsito de passageiros nos portos, aeroportos e estações de caminho de ferro, impedindo a passagem de indivíduos (...) suspeitos».

A vida e a segurança do cidadão encontra-se à mercê de uma **política** cada vez mais poderosa e servida por funcionários cada vez em aior número.

O atropelo dos direitos individuais foi agravado com a publicação de uma nova lei orgânica da D.G.S. a qual expressamente nega ao arguido o direito de ser assistido, nos interrogatórios, por defensores escolhidos, dependendo do arbítrio da polícia tal possibilidade. A D. G. S instrui processos por crimes comuns quando relacionados com actividades de carácter político consideradas delituosas.

A prática da discriminação política, baseada nas informações prestadas pela D.G.S. a serviços públicos, para admissão ou promoção de funcionários, continua a verificar-se, impossibilitando a prestação de trabalho, no sector público, de pessoas indispensáveis a esses serviços.

E de notar que tal prática é desprovida de qualquer fundamemto legal. Dependente do Governo quanto à colocação, transferência e promoção, o corpo de juízes que constituem o poder judicial não goza de efectiva independência.

Essa falta de independência agrava-se no que toca aos tribunais especiais da inteira confiança política do Governo, entre os quais se salientam os tribunais plenários.

11. O Governo gasta tempo e energia a proclamar que vela pelo respeito das **leis**. A verdade e que embora seja o autor dessas leis, ele próprio não as respeita. A preocupação de estabelecer leis que cubram os maus hábitos do poder tem levado a uma premente publicação de leis novas e aceleradamente agressivas. A iniquidade da lei constitui a outra fase da hipocrisia legislativa.

12. E evidente o fracasso da proclamada «liberalização». Não é mudando os nomes que se modificam as coisas. A pretensa «evolução» do regime representou na realidade uma manobra de falsa liberalização, para efeitos de propaganda externa e logro interno. Não houve nem há liberalização alguma, antes têm sido reforçadas a repressão e a arbitrariedade. Nenhuma das estruturas totalitárias do poder foi posta em causa ou sequer atenuada.

A **liberdade** política é incompatível com a defesa dos retrógados interesses capitalistas que oprimem a terra portuguesa.

RETROSPECTIVA

DICIONÁRIO DOS REALIZADORES

Alfred Hitchcock

Dia 26/10
SUSPEITA
(Suspicion)
com
GARY GRANT
JOAN FONTAINE
Grupo D — 18 anos

Dia 27/10
PSICO
(Psico)
com
ANTHONY PERKINS
VERA MILS
JANET LEIGHT
Grupo D — 18 anos

Dia 2/11
OS PÁSSAROS
(The Birds)
com
ROD TAYLOR
JESSICA TANDY
Grupo D — 18 anos

Dia 3/11
A CORDA
(The Rope)
com
JAMES STEWART
JOHN DALL
Grupo D — 18 anos

Dia 9/11
INTRIGA INTERNACIONAL
(North by Northwest)
com
GARY GRANT
JAMES MASON
EVA MARIE SAINT
Grupo B — 10 anos

Dia 10/11
MARNIE
(Marnie)
com
TIPPI HEDREN
SEAN CONNERY
Grupo D — 18 anos

Dia 16/11
CORTINA RASGADA
(Turn Curtain)
com
JULIE ANDREWS
PAUL NEWMAN
Grupo D — 18 anos

Dia 17/11
FRENZY
(Perigo na Noite)
com
JOHN FINCH
ALEC McCOWEN
ANNA MASSEY
Grupo D — 18 anos

LONDRES

SESSÕES DA MEIA-NOITE

DIA MUNDIAL DA POUPANÇA

..A Caixa Geral de Depósitos, sob a égide do Instituto Internacional das Caixas Económicas, promove uma série de actos comemorativos do Dia Mundial da Poupança, na próxima quarta-feira.

O acontecimento tem vindo a ser anunciado por intermédio de diferentes flâmulas publicitárias aplicadas por máquinas de carimbar em funcionamento nas estações centrais dos Correios de Lisboa, Porto e Coimbra, e por máquinas de franquear da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa e Porto.

..Por outro lado e no próprio dia 31, os C. T. T. associando-se à iniciativa da Caixa Geral de Depósitos, aporão um carimbo comemorativo em toda a correspondência apresentada no posto temporário que, entre as 9 e as 12 horas e as 14 e as 15 e 30, funcionará na dependência da Caixa na Rua do Ouro, 49.

..A Caixa Geral de Depósitos, durante o referido dia, porá à disposição dos interessados, a título gratuíto, um sobrescrito editado especialmente para esta manifestação.

..A fim de evitar atrasos que impeçam a aposição correcta do carimbo comemorativo, devem os pedidos formulados através do correio ser enviados de forma a chegarem à sede da Caixa, em Lisboa, até às 12 horas de terça-feira.

LOTARIA DE HOJE

NUMEROS PREMIADOS

9.202 — 10.000.000$00
63.933 — 3.000.000$00
49.133 — 750.000$00

APROXIMAÇÕES AO 1.º PREMIO

9.201 — 68.300$00
9.203 — 68.300$00

PREMIOS DE 50 CONTOS

1.388; 5.329; 6.881; 7.244; 7.632; 11.614; 16.254; 16.806; 23.736; 25.405; 27.976; 27.996; 30.035; 31.676; 34.897; 35.928; 36.994; 39.327; 40.611; 42.355; 42.444; 43.124; 45.363; 48.059; 48.094; 48.763; 48.919; 49.687; 51.081; 52.741; 55.171; 57.028; 59.812; 68.078; 71.964; 73.883; 74.547; 77.329; 78.122; 79.799.

PREMIOS DE 2.000$00 (CENTENAS

9.201 a 9.300; 49. 0 a 49.200; e 63.901 a 64.000

PREMIOS AOS ALGARISMOS FINAIS

Todos os números cujos três algarismos finais sejam 206 são contemplados com 2.500$00, em cada bilhete; os terminados em 332 ou 522 são contemplados com 2.100$00 e os terminados em 226, 501, 536, 827, 858, 863, 867, 948 ou 977, são contemplados com 1.500$00. Por sua vez, os numeros cujos dois algarismos finais sejam 05, 06, 19 ou 76 são contemplados com 1.000$00. Os restantes numeros cujo ultimo algarismo seja 2 têm direito a 600$00 de prémio também em cada bilhete.

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial.

Os 10 mil contos da SORTE GRANDE e os 3 mil do 2.º Irémio foram distribuidos aos balcões da CASA DA SORTE.

Transfuga da «Frelimo»

BEIRA, 26 (F.P.) — Um guerrilheiro que se rendeu, esta semana às autoridades portuguesas de Moçambique propôs às forças de segurança levá-las às bases da Frelimo no distrito de Tete. Patrício Mataba, assim se chama o transfuga, declarou que decidira render-se depois de ter lido um panfleto, lançado por um avião militar, convidando os guerrilheiros a renunciar à luta e a entrarem em contacto com as autoridades portuguesas. Como prova da sua boa fé, Mataba indicou aos militares o sítio onde podiam encontrar a sua arma, uma espingarda «Simonov» de fabrico soviético.

DEOLINDA ROSA ESTEVES

FALECEU

Américo C. Dinis Esteves, Comércio e Representações, S. A. R. L., cumpre o doloroso dever de participar o falecimento do membro da assembleia geral e mãe do seu presidente do Conselho de Administração e que o funeral se realiza amanhã às 11,30 horas, da Capela de Santo Amaro de Oeiras para jazigo em cemitério a determinar.

A POLÍCIA DISPERSOU VÁRIOS GRUPOS DE MANIFESTANTES

Um grande aparato policial, exposto de forma mais ou menos discreta, encontrava-se ontem à tarde na Praça Marquês de Pombal e zonas confluentes (perímetro Rato-Alto de Campolide-Saldanha-Praça José Fontana-Campo de Santana-Rossio), destinado a impedir a realização de uma manifestação anunciada para o fim da tarde, de acordo com informações que circulavam na cidade.

Efectivamente, cerca das 18 e 45, já se viam nos passeios laterais do Marquês de Pombal algumas centenas de jovens. Nessa altura a Polícia, através de megafone, ordenou às pessoas que circulassem e abandonassem o local.

Um grupo de manifestantes desceu a Avenida da Liberdade e parou junto ao cinema Tivoli A Polícia de choque interveio, dispersou os manifestantes e fez algumas prisões. Outro grupo manifestou-se no Largo da Graça e foi também disperso pela Polícia. Na Rua de S. Mamede a agência do Banco Pinto e Sotto Mauor voltou a ser apedrejada por um grupo de manifestantes que teria sido disperso na Avenida da Liberdade. Um dos matutinos que se publica em Lisboa noticia que foram feitas 20 prisões

BATERIAS
A A ROCHA L.da
TEL. 680782

1 SEMANA em LONDRES
PARTIDAS:
TODOS OS DOMINGOS
Outubro 28
preços excepcionais desde 3350$
INCLUINDO:
• VIAGEM EM AVIÃO A JACTO
• ESTADIA NO HOTEL
• TRANSPORTES EM TERRA
• VISITA TURÍSTICA DE LONDRES
• TAXAS HOTELEIRAS
• ASSISTÊNCIA DE GUIA abreu
PREÇO PARA JOVENS 2750$
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
FUNDADA EM 1840
LISBOA — Av. Liberdade, 160 Telef. 320021 (15 linhas)
PORTO — Av. dos Aliados, 207 Telef. 37921 (16 linhas)
COIMBRA — Rua da Sota, 2 Telef. 27011 | 27012

ÚLTIMAS SESSÕES PROMOVIDAS PELA ANP

«Ora está bem à vista, e até pode ser contestado e apedrejado, tudo quanto tem sido feito em prol do bem-estar, felicidade e dignidade do povo português, onde sobressai o clima de ordem e tranquilidade em que temos vivido nestas últimas décadas, não obstante os sacrifícios de uma guerra que nos foi imposta pela necessidade da defesa da integridade nacional».

Afirmou o candidato da ANP, prof. Gonçalves Proença, durante a sessão de propaganda que aquela «associação cívica» levou a efeito ontem à noite no Teatro Monumental, ao ripostar às «acusações» da Oposição Democrática e salientando a propósito que «**não têm os candidatos da ANP descurado a discussão pública dos problemas administrativos e da governação**».

FILHOS DAS TREVAS

A desistência da Oposição em ir às urnas — baseada em comunicado já difundido e segundo o qual foram os «impedimentos, assaltos, prisões e detenções levadas a efeito durante a campanha pelas autoridades, além de recenseamento falseado» — mereceu do candidato nacionalista as seguintes considerações: «**Tenho pena. E tenho pena até mais por eles do que por nós(...) Nem sequer me preocupa o menor lustre, aparente, que a ausência da oposição pode dar à nossa vitória. Considero sinceramente que uma vitória sobre as razões e argumentos que a CDE nos opôs não nos ilustraria muito, de tal forma essas razões e argumentos são contrários ao interesse nacional (...) Eu sei que vão certamente procurar justificar a sua atitude com as consabidas acusações de falta de liberdade, impossibilidade de propaganda, repressão e outros obstáculos mais que em seu entender teriam sido opostos ao desenvolvimento normal da sua campanha**».

A possível abstenção de «alguns cidadãos eleitores» levou ainda o prof. Gonçalves Proença a afirmar:

«**Há no entanto, um aspecto que me preocupa nesta conjuntura. É o receio de que alguns dos cidadãos eleitores, arredado o perigo marxista, que poderia representar a vitória ou sequer uma presença significativa da oposição no resultado eleitoral, descansem e se desinteressem por tal resultado convencidos, como podem ficar, de que o seu apoio já não é indispensável à vitória das listas favoráveis ao Regime. É esse um erro grave que as oposições no caso de se verificar tal hipótese, não deixarão de explorar, procurando fazer crer a nacionais e estrangeiros de que todos os votos não entrados nas urnas seriam votos seus, quando, na maioria dos casos, são antes e na verdade, votos que a si mesmos já não se consideram indispensáveis ao triunfo da única lista concorrente, por culpa e abandono dos seus opositores.**

O candidato da ANP defendeu ainda na sua longa intervenção «a **manutenção da integridade da comunidade portuguesa**» como não sendo defendida apenas «**por uma questão de lógica histórica ou pioneirismo, mas também por bem palpáveis razões de ordem prática alicerçadas na política na economia e no progresso social dos povos**»

Mais adiante, a propósito da juventude, afirmou:

«**Se o Estado é o defensor constitucional do ideal da justiça e da liberdade individual, porque não há-de proclamá-los e defendê-los continuamente no plano ideológico, tornando-os acessíveis e justificando-os aos olhos dos jovens. Neste caso a abstenção será tão grave como a imposição à força, que não se deseja nem se aceita. De resto é ver o que se passa com os Estados que assentam em ideais opostos aos nossos e que não perdem uma única oportunidade para afirmar, garantir e organizar estruturas conducentes à defesa desses ideais. E nós que fazemos? Certos embora de que os filhos das trevas são mais hábeis do que os filhos da luz, ao menos que o seu exemplo nos valha de alguma coisa.**

Tendo concluído:

«**E mais não escreverei hoje, embevecido como fico perante a perspectiva do Portugal novo que todos juntos haveremos de construir**».

O prof. Daniel Barbosa começou por divulgar na sua intefvenção as reflexões a que se obrigou, ao aceitar a sua candidatura a deputado, para afirmar que não procura «**satisfazer qualquer vaidade pessoal ou contentar qualquer aspiração política**». Seguiram-se uma série de considerações suscitadas pela sua carreira política e administrativa.

«**Não creio deixar-me arrastar pelo exagero conferindo àquilo que se convencionou chamar «o problema do Ultramar» foros de destacada primazia entre os muitos problemas que estão na base das nossas maiores e mais vivas preocupações**», disse, para acrescentar ainda sobre o mesmo problema:

«**A viva-se-nos ele, dia a dia, pela angústia que nos causa ver que o sacrifício exemplar de tantos parece ser ainda incompreendido, aqui e além, seja pelo desprendimento a que o votam, seja pela contestação irresponsável da alta missão que tais sacrifícios consagram...**»

O dr. Arnaut Pombeiro referiu no seu discurso pontos bases da luta pela defesa do ultramar, além de tecer considerações sobre as preocupações inerentes a qualquer cidadão no capítulo de carências de ordem diversa.

O Conde de Agueda, dr. Manuel Homem de Mello, definiu a sua posição face à política nacional e as motivações da sua participação nas candidaturas da ANP, defendeu a «**via prudente das reformas**» em vez dos «**atalhos sangrentos da revolução**», além de considerar imperativa a presença portuguesa em Africa. Verberou ainda os «**inimigos de Portugal**» que sob uma forma ou outra, procuram entravar o trabalho em que estamos empenhados «**sob pena de, mais uma vez, não sermos capazes de seguir pelos caminhos do desenvolvimento que promissoramente se encontram à nossa espera**»

A propósito do programa seguido pelo Governo afirmou a dada altura: «**O caminho já percorrido — nunca em Portugal se terá verificado tão espectacular surto de riqueza — não oferece dúvidas a quem quer que seja**».

Presidiu à sessão o dr. Esteves da Fonseca, presidente da comissão distrital da ANP, que era ladeado pelos candidatos eng.º Alberto Alarcão, Filipe Goes, Prof. Gonçalves Proença, Dr.ª Maria Clementina, dr. Homem Themudo, dr. Homem de Mello, prof. Daniel Barbosa, Cazal-Ribeiro, dr. Arnaut Pombeiro, dr. Ulisses Cortez e brigadeiro Ricardo Horta.

SESSÃO NO PORTO

Durante a sessão ontem realizada no Coliseu do Porto, o dr. Hermes dos Santos usou da palavra para salientar que «**as listas oposítoras que no País se poderiam ter como mais representativas, oferecem-nos dadivosamente o socialismo**» acrescentando que o socialismo, talvez como a democracia, é «**o mais vago e acolher dos termos do dicionário político**» e que o socialismo proposto pela Oposição Democrática não era «**o rosado socialismo de estilo escandinavo ou trabalhista, mas rotundamente o vermelho socialismo**».

Depois de reconhecer que os nossos padrões de vida andam abaixo dos que reinam na Euroap evoluída, abordou os temas da emigração, da agricultura e a penetração de capitais estrangeiros.

«**Do lado da Oposição um monolitismo feroz, em que a unidade obtida à custa da perda do sentido de responsabilidade colectiva, pela mão indelével do comunismo ortodoxo, veio a traduzir-se, não na formulação de propostas concretas para a resolução dos problemas nacionais, mas nas mais violentas e injustificadas críticas à acção do Governo; não num propósito de estabelecer connosco um diálogo sério e construtivo, mas numa intenção transparente de provocar a revolta das ruas para derrubar o Regime implantando em substituição uma sociedade monolítica, escrava e esmagadora dos mais elementares direitos do homem**» — assim começou por analisar o candidato a deputado, dr. Vasco Costa Ramos as duas forças em presença na campanha eleitoral, fazendo logo de seguida referência aos desígnios da ANP, que largamente expôs.

A candidata Lia Pereira de Lelo, na sua intervenção, falou sobre a presença da mulher, acrescentando mais adiante que «**as situações sociais e políticas vão-se extremando e começa a não haver lugar para indiferentes**», chegando a citar o escritor Miguel Torga para dizer que o procedimento da indiferença se justifica para quem procura o **nirvana da falência, a paz morta da abdicação do espírito**.

O prof. João Almeida Garrett, no seu discurso, referiu a integridade do território e o papel da juventude, que representa o futuro, afirmando depous que a Oposição Democrática insistira em dar dos candidatos da ANP **uma imagem de imobilismo caduco, de conservadorismo interessado, de incapacidade de renovação e luta.**

A finalizar, enunciou as razões que o levam a acreditar na sobrevivência de Portugal.

SESSÃO EM LEIRIA

A sessão de encerramento da ANP no distrito de Leiria, realizada ontem a noite no hotel Euro-Sol, foi presidida pelo eng.º Lemos de Proença, tendo discursado os candidatos dr. Emídio Faria, dr. Manuel Sanches, Manuel Barosa, eng.º Magro dos Reis, dr. Vaz de Lacerda e por último o dr. Silva Pinto.

Este candidato, depois de ter afirmado que foi a ANP quem nos discursos dos seus candidatos e nos comunicados das suas comissões eleitorais usou a linguagem do futuro, salientou o problema do ensino e a revolução educacional em curso no mundo **foco da nova fase de evolução das sociedades modernas e nela se sintetizam e ultrapassam os temas dominantes, tanto da revolução industrial como da democrática**, acusando logo de seguida: **Não é pois por acaso, que o reaccionarismo em educação se situa hoje no radicalismo revolucionário e no conservantismo extremista. Isto é assim, porque os defensores de um e de outro se encontram desprovidos das categorias mentais aptas a compreender, verdadeiramente, a profundidade e o significado essencial das mudanças que dão o tom à nossa época e afectam as vidas de todos nós.**

CONVITE DA CDE

O dr. Silva Pinto começou por lamentar que os candidatos da CDE não tivessem querido submeter-se ao veredicto do próximo dia 28, que significaria a mais válida confrontação entre as duas facções em presença.

Seguidamente, tornou público que recebera poucas horas antes um telegrama em que a CDE de Leiria afirmava estar na disposição de discutir com os candidatos da lista da ANP temas de vida nacional, sugerindo que se começasse por um debate sobre as conclusões dos Congressos de Aveiro e de Tomar.

O candidato pôs em destaque quanto seria grato para os seus colegas de lista e para ele próprio terem ensejo de expressar aos seus opositores o que pensam e defendem em matéria de unidade nacional, de defesa da integridade territorial, de progresso sem revolução, de desenvolvimento económico ao serviço do bem estar do povo português. No entanto, entendia, de acordo com os colegas, que não poderia haver lugar para debate fora do período eleitoral, para mais com quem frustrara o eleitorado não concorrendo às urnas. Os propósitos destes senhores — sublinhou — foram desde o princípio conhecidos: fazer agitação durante o período eleitoral e no fim desistir, não querendo submeter-se as regras democráticas do sufrágio. Os candidatos da lista da ANP não aceitam submeter-se as antiregras de semelhante jogo não eleitoral sublinhou o dr. Silva Pinto.

Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores

R. Jardim do Regedor, 37-2.º
LISBOA-2

CONVOCAÇÃO

Nos termos do Art.º 20.º dos Estatutos do Sindicato convoco a Assembleia Geral a reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 10 de Novembro, às 20,30 horas, na sede do Sindicato, na Rua Jardim do Regedor, 37-2.º, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Apreciação de uma proposta da Direcção para aumento do valor da quota actual;
— Apreciação das alterações aos Estatutos propostas pela Direcção, com vista à admissão, como sócios contribuintes do Sindicato, de indivíduos ainda não diplomados com cursos médios especiais de engenharia, mas que tenham completado a parte escolar dos respectivos cursos.

Não havendo número legal, a sessão realizar-se-á uma hora depois, com qualquer número de sócios, nos termos do Artigo 23.º dos Estatutos.

Lisboa, 23 de Outubro de 1973.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral — a) **Manuel Lopes Peixoto.**

DL/NACIONAL

A campanha eleitoral e a constituição política

Dos serviços de candidatura da A. N. P. recebemos o seguinte comunicado.

«1. Vai chegando ao fim mais uma campanha eleitoral. Forçoso é reconhecer que os portugueses têm legítimas razões para não estarem satisfeitos com o confronto a que lhes foi dado assistir, pois o menos que se poderá dizer é que foi decepcionante o estilo intervencionista da corrente que a si se intitula Movimento ou Oposição Democrática. E, por certo, ninguém alimentará dúvidas sobre o equívoco deste último qualificativo quando referido à Oposição que se manifestou. Porque ela não é, na verdade, democrática; não busca o pluralismo; não quer uma sociedade liberal em que cada cidadão, cada trabalhador, cada família portuguesa encontre possibilidades de se identificar na sua personalidade e no seu destino. Tudo quanto sabemos, muito vagamente, aliás, é que a Oposição presente na campanha pretende o socialismo. Que socialismo? Prudentemente não o esclareceu de modo explícito. Mas a argumentação foi clara: por ela se deduz que essa Oposição se apoia na ideologia marxista com vista a «uma transformação radical» da sociedade portuguesa. Por outras palavras, visa a total destruição da ordem constitucional vigente. Como as eleições não são a forma de o conseguir — segundo tem sido acentuado por candidatos oposicionistas —, só restaria uma alternativa: a revolução violenta.

Os portugueses foram, assim e no fundo, colocados perante esta alternativa: ou aderir à Constituição Política da República Portuguesa, plebiscitada em 1933, e à linha política traçada por Marcello Caetano ou remeter-se à utopia suicida da revolução marxista. Isso foi o que a oposição lhes ofereceu.

OPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL E NÃO CONSTITUCIONAL

2. Mas será destas alternativas que o País precisa no momento em que tem de deliberar, por sufrágio directo e democrático, sobre a composição da Assembleia Nacional? Encontramos aqui motivos de esperança para o futuro de Portugal no último quartel do séc. XX?

Certamente que não: não é disso que os portugueses precisam; não é aqui que vamos encontrar razões de optimismo.

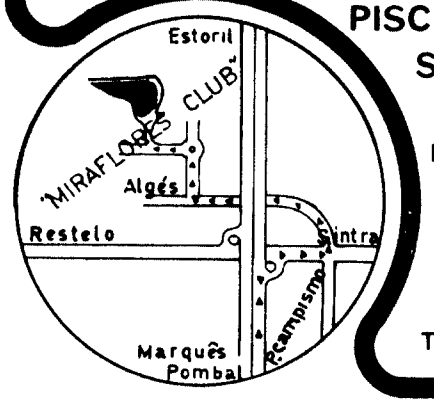
Do que necessitamos é de acreditar que o verdadeiro debate político se tem de fazer, no nosso País, e neste momento histórico, no quadro da Constituição e no espírito constitucional. Causas de esperança, teremos de encontrar, por outro lado, nas virtualidades que, no 40.º aniversário da promulgação da Constituição Política, continuamos a sentir neste texto básico da nossa vida colectiva.

A oposição presente na campanha ignorou a Constituição. Mais: deseja a sua destruição. Esta oposição, em Portugal, nada terá a oferecer à consideração dos portugueses em matéria de opinião significativa enquanto não se situar no marco estabelecido pela carta fundamental que regula a organização e a vida social e política do País. Essa é a «regra do jogo»: fora dela só há, em definitivo, portas fechadas, as da revolução: dentro dela existe um amplo campo para o exercício das liberdades cívicas, para a manifestação do pluralismo e para novos rumos da democracia. Não falou Marcello Caetano, na sua última «conversa em família» de como teria sido útil para o eleitorado uma clarificação de posições tornada possível se tivessem surgido listas independentes em relação às da A. N. P. e, naturalmente, não identificadas.

3. E que oferece aos portugueses a sua Constituição Políti-

Continua na pag. 16

AGORA...
NO MARCO INCOMPARÁVEL DE
MIRAFLORES LUX
o "MIRAFLORES CLUB"
DAS 19.30 ATÉ DE MADRUGADA COM
SHEGUNDO GALARZA e seu CONJUNTO
NO
KING RESTAURANT
E NO
PIANO BAR
* * * * * 14 anos
ÁS 6as FEIRAS NOITE DE GALA
NO TAPAS BAR
ÁS DELÍCIAS GASTRONÓMICAS DOS BARES ESPANHÓIS
NO
NITO'S·DISCOTECA·BOITE
BAILE ATÉ DE MADRUGADA - FREQUÊNCIA SELECCIONADA
18 anos
PISCINAS - ÁGUA TEMPERADA
SOLARIUM BAR
ESPLANADA
Director artístico: Shegundo Galarza
Director técnico: Alifonso
UM CONJUNTO QUE PRESTIGIA PORTUGAL
RESERVA DE MESAS PELOS TELEF. 21 78 72 ou 21 78 74



DL/GERAL

COMUNICADO DA ANP

O PROGRESSO NO SECTOR DO TRABALHO

Das Comissões eleitorais da ANP recebemos o comunicado seguinte:

1. Durante a campanha eleitoral em curso, a Oposição tem frequentemente dirigido críticas à acção realizada no domínio da política do trabalho. A importância que a problemática do trabalho tem nas sociedades contemporâneas e o relevo que lhe tem sido dada entre nós nos últimos anos são por si suficientes para colocar no primeiro plano das controvérsias políticas as atitudes assumidas pelo Governo perante as relações profissionais.

A ANP lamenta, no entanto, que as críticas da Oposição à política do trabalho sejam fundadas no desconhecimento ou na deformação da realidade e procurem dar ao eleitorado uma imagem deturpada da acção governamental e da acção dos organismos corporativos.

São, sem dúvida, suficientemente conhecidas as bases em que assenta a nossa política do trabalho, mas a ANP considera indispensável no presente comunicado repor o verdadeiro significado e as verdadeiras dimensões de uma acção que tem sido negada ou posta em causa pela Oposição. Não se pretende no entanto cair numa polémica estéril a propósito de situações ou de factos real ou pretensamente concretos que tenham sido objecto de invocação. Afigura-se óbvio que, no mundo complexo das relações de trabalho, existem, em Portugal como nos outros países, situações injustas, mas é também evidente que se tem desenvolvido entre nós um esforço particularmente sério para atentar e inclusivamente para elimiar a possibilidade de verificação dessas situações. Não será legítimo desconhecer o que falta ainda percorrer para realizar a justiça integral no domínio das relações profissionais, mas não será igualmente legítimo desconhecer ou negar o caminho que já foi percorrido.

2. A política de trabalho tem por objectivo estabelecer uma justa disciplina das relações de trabalho e definir em termos humanos e socialmente satisfatórios os direitos e as obrigações das entidades patronais e dos trabalhadores. Esta política distingue-se hoje nitidamente da política de emprego, que tem por fim promover o pleno emprego, por forma a assegurar o exercício do direito do trabalho, concebido nos termos da Constituição Política como um direito dos cidadãos, e com vista a elevar os níveis de vida, e estimular o desenvolvimento económico e satisfazer as necessidades de mão-de-obra.

Inicialmente a política de trabalho e a política de emprego confundiam-se no conjunto de providências adoptadas pelo Estado moderno para fazer face aos problemas sociais levantados pela industrialização. Entre nós as duas políticas estão já suficientemente definidas e dotadas de aparelhos articulações indispensáveis.

3. A execução da política de trabalho traduz-se na formulação da disciplina legal das relações de trabalho, na elaboração dos chamados instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e na acção destinada a garantir o cumprimento das disposições legais, regulamentares e corporativas aplicáveis às relações entre as entidades patronais e os trabalhadores.

Todos estes aspectos têm sido objecto de particular atenção por parte do Governo, — como resulta inequivocamente da melhoria das condições de trabalho que nos últimos anos se tem verificado entre nós.

Na evolução das sociedades industriais, há uma nítida tendência para encarar os instrumentos convencionais como um meio mais adequado da regulamentação colectiva de trabalho. A disciplina legal constitui o quadro dentro do qual os parceiros sociais, através de um processo de negociação adoptam as soluções que em cada caso consideram mais convenientes, admitindo-se em regra que as imposições legais favoráveis aos tralhadores constituem imposições mínimas que podem ser melhoradas através dos instrumentos de regulamentação colectiva.

Esta tendência para uma autor-regulamentação ou para uma regulamentação concertada das condições de trabalho corresponde a um dos princípios basilares da ordenação corporativa da vida económica e social definida na Constituição Política e no Estatuto do Trabalho Nacional, segundo o qual a regulamentação colectiva do trabalho cabe aos organismos corporativos que representam os interessados. Daí o papel saliente que as convenções colectivas celebradas pelos organismos sindicais e pelos organismos gremiais ou pelas empresas têm no conjunto da nossa regulamentação colectiva do trabalho.

O REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO EM CONFRONTO COM OS SITEMAS EUROPEUS

4. A disciplina legal das relações de trabalho está entre nós dispersa por vários diplomas. A rápida evolução desta disciplina mostra-se pouco compatível com a sua inserção num código unificado, que teria de ser frequentemente revisto.

A disciplina legal do contrato de trabalho ou das relações individuais de trabalho consta fundamentalmente do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho, cuja versão actual data de Novembro de 1969. Define em Regime Jurídico os conceitos e os princípios fundamentais que interessam à disciplina do contrato de trabalho, enuncia, em termos genéricos, os direitos e obrigações das entidades patronais e dos trabalhadores, e ocupa-se especialmente da prestação de trabalho e da sua suspensão, da retribuição, da cessação do contrato de trabalho, do trabalho de mulheres, do trabalho de menores e da violação das leias do trabalho.

O Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho teve em conta não só a evolução interna da contratação colectiva mas também as directrizes de carácter internacional. Daí que, sob o ponto de vista social, — como aliás também sob o ponto de vista de técnica jurídica — ele possa sujeitar-se honrosamente ao confronto com os diplomas congéneres dos restantes países europeus.

5. No âmbito da disciplina legal das relações de trabalho deve-se dar notícia da nova regulamentação do emprego de estrangeiros que foi objecto de uma lei da Assembleia Nacional em 1972

6. Foram publicados em 1971 os estatutos de pessoal das instituições de previdência e dos organismos corporativos, a que não era directamente aplicável o Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho.

Em Março do ano corrente, foi aprovado o Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho do Pessoal da Marinha de Comércio, através do qual se actualizou e aperfeiçoou a legislação a que estavam sujeitas as condições de trabalho nos transportes marítimos.

7. Em execução do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho, foram revistas as disposições que condicionavam, limitavam ou proibiam o acesso das mulheres a determinadas profissões, empregos ou trabalhos, tendo sido adoptado por uma portaria de Março de 1973 o novo regime de proibições e condicionamentos do trabalho das mulheres, mais conforme com a actual situação da mulher no mundo do trabalho e na vida colectiva.

A CARTA SOCIAL EUROPEIA INSPIROU O ACTUAL REGIME DA DURAÇÃO DO TRABALHO

8. Em complemento do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho, foi publicado em Setembro de 1971 o novo Regime Jurídico da Duração do Trabalho

Este diploma, de harmonia com as orientações internacionais, considerou desejável a redução dos limites máximos da duração do trabalho, mas realisticamente fez em princípio depender a redução da sua adopção pelos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e, fundamentalmente, portanto, da sua inclusão em convenções colectivas. Esta técnica tem sido criticada, mas é evidente que ao fim de dois anos de vigência sentem-se já os efeitos directos ou indirectos do novo Regime Jurídico da Duração do Trabalho. Tem-se mostrado assim possível reduzir os limites dos períodos normais de trabalho, de uma maneira manifestamente favorável aos trabalhadores e sem perturbações no funcionamento das empresas e no desenvolvimento dos sectores abrangidos pelas reduções da duração do trabalho. A fórmula utilizada no Regime Jurídico da Duração do Trabalho para promover a redução dos períodos de trabalho foi inspirada na Carta Social Europeia.

O Regime Jurídico da Duração do Trabalho tem sido aplicado às empresas concessionárias de serviços públicos através de diplomas específicos.

791 INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA ENTRE 1970-73

9. É no entanto no domínio da regulamentação colectiva do trabalho que se verificaram as inovações imediatamente mais salientes e em que o ritmo do esforço para promover o bem-estar social foi mais intensamente acelerado.

Em Agosto de 1969 foi profundamente alterado o regime de regulamentação das relações colectivas de trabalho. De acordo com os princípios consagrados na Constituição Política e no Estatuto do Trabalho Nacional, reconheceu-se que a regulamentação colectiva cabia fundamentalmente aos organismos corporativos interessados e que só excepcionalmente esta regulamentação podia ser imposta por via administrativa. Continuou-se a reconhecer a ilegitimidade da greve, mas procurou-se encontrar melhores soluções para os conflitos colectivos de trabalho. As soluções adoptadas mostram-se sem dúvida muito superiores, sob o ponto de vista jurídico, à greve, na medida em que excluem a violência e não originam prejuízos nem para os interesses do público nem para a economia nacional.

O regime de 1969 veio disciplinar as negociações directas entre os organismos sindicais e os organismos gremiais ou as empresas, tendo-se previsto, no caso de as negociações terminarem sem acordo total, o recurso à conciliação e à arbitragem. Este regime foi revisto em Outubro de 1970 tendo sido introduzidas as alterações impostas pela prática.

A necessidade de combater a inflação veio em Junho de 1972 submeter a limitações a revisão das convenções colectivas de trabalho, tendo-se no entanto admitido que elas pudessem ser revistas quanto às retribuições mínimas de dois em dois anos, sem prejuízo da fixação de tabelas escalonadas com períodos de vigência inferiores. Um diploma de Julho de 1973 veio regular os termos especiais a que ficam sujeitas estas revisões restritas às retribuições mínimas.

10. O movimento de regulamentação colectiva de trabalho a partir de 1970 atingiu proporções que não tinham até então tido paralelo entre nós.

De 1970 até ao fim do terceiro trimestre de 1973, foram homologados ou elaborados 791 instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, dos quais 409 são convenções colectivas, 200 portarias de alargamento de âmbito de convenções colectivas, 44 portarias de regulamentação de trabalho e 138 adesões a convenções colectivas.

Das 409 convenções colectivas 237 foram concluídas nas negociações directas e 97 na conciliação. No período em causa houve 75 decisões arbitrais.

11. Através da regulamentação colectiva de trabalho, tem sido possível fixar e rever as tabelas de retribuições, estabelecer as condições de acesso ou promoção, reduzir os limites dos períodos normais de trabalho, estabelecer descansos semanais complementares (semana inglesa e semana americana), aumentar em benefício dos trabalhadores as garantias e os direitos estabelecidos na lei.

EFECTIVAS GARANTIAS DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

12. Não basta que o Estado estabeleça os quadros legais da disciplina das relações de trabalho e da sua regulamentação colectiva, dinamize a contratação colectiva ou exerça, embora a título excepcional o poder de impor por via administrativa a regulamentação das condições de trabalho.

É preciso que o Estado assegure também o cumprimento das disposições legais, regulamentares ou corporativas a que estão submetidas as relações de trabalho, através tanto de serviços administrativos adequados como através de uma jurisdição de trabalho que possa corresponder às exigências de justiça e de comodidade dos trabalhadores e das entidades patronais.

13. É neste sentido que se devem compreender as alterações introduzidas em Novembro de 1972 no Estatuto dos Tribunais do Trabalho, a reforma da Inspecção do Trabalho e a reforma dos Serviços de Acção Social e das Delegações do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência publicadas respectivamente em Março e Abril do ano corrente.

14. A acção desenvolvida no domínio da política do trabalho constitui assim uma realidade, que pode e deve ser discutida e criticada, mas que não pode nem deve ser nem ignorada nem deturpada. Por isso as Comissões Eleitorais da A. N. P., recomendando embora que se prossiga no aperfeiçoamento dessa política com o objectivo de assegurar a justiça e a equidade nas relações nela consideradas, chama a atenção do País, não obstante tal se tornar desnecessário referi-lo aos trabalhadores portugueses que bem sabem da acentuada melhoria da sua situação nos últimos anos, para quanto neste domínio se realizou com inegável espírito de renovação.

COMISSÕES ELEITORAIS
DA A.N.P.

O 10.º ANIVERSÁRIO DA PROFABRIL

A Profabril (uma das principais empresas do mundo com maior experiência no projecto de estaleiros) começou ontem a comemorar o seu 10.º aniversário, tendo reunido na sua nova sede os representantes dos orgãos da Informação. Estiveram presentes os eng.os Alves da Silva (Administrador Delegado) José Manuel Figueira (Director Assessor da Administração), Pereira do Vale, Eugénio Nobre e Pinto de Faria (Directores), além do eng. Luiz Soveral, director de marketing e Aníbal Vieira das relações públicas.

Falou em primeiro lugar o eng.º Luiz Soveral, que disse a certo passo do seu breve discurso:

A Profabril está a comemorar o seu 10.º aniversário e, como foi sempre timbre da Empresa a pronta divulgação dos acontecimentos mais importantes e da spolíticas gerais, quer através do seu Boletim de Informação Interna e folhas informativas quer através das «Notícias Profabril», de ampla distribuição aos Orgãos de Informação, é-nos muito grato aproveitar esta oportunidade para vos dizer algo sobre o que já realizámos e se nos oferece fazer para o futuro.

Foi o orador seguinte, o eng. Alves da Silva, quem particularizou a acção da Frofabril nos seus 10 anos de actividade, começando por dizer:

«Considerada como a principal empresa nacional de «estudos e projectos» de engenharia, arquitectura e economia, quer pela gama das suas actividades quer pelo nível profissional e pela amplitude dos seus meios de acção e dos trabalhos que realiza, alcançou a Profabril, desde há anos, posição cimeira no sector do «engineering» português e com reconhecida projecção além-fronteiras.

Intervindo, como firma de «engineering» geral, nas fases de concepção e execução de novos empreendimentos em quase todos os sectores económicos (industriais), obras públicas, equipamentos sociais infra-estruturas, etc.) tem a Profabril e os seus técnicos colaborado e deixado o seu nome ligado, como consultores e projectistas, a muitas das grandes obras que, no último decénio, a iniciativa privada e a Administração pública realizaram ou encetaram no País: desde as refinarias do Porto e de Luanda, as novas indústrias químicas e a Universidade de Lourenço Marques, até ao plano do porto de Lisboa, o grande «hangar» da TAP e os estaleiros navais.

Sublinhou depois o eng.º Alves da Silva:

«Acompanhando a necessidade de acelerar o crescimento económico aqui e no Ultramar e de, nos sectores de vanguarda, «acertar o passo com a Europa», a Profabril fez esforços (e progressos) decisivos, nos últimos anos, para se alçar ao plano internacional em capacidade, nível técnico, dimensão e apetrechamento profissional.

Da posição atingida antevêem-se resultados de interesse não só pelas possibilidades criadas (e já frequentemente concretizadas) em matéria de exportação de serviços e de algum «know-how» nacional, mas ainda pelas perspectivas que assim se abrem também, através de acções comuns a desenvolver, às exportações dos outros factores mencionados. Além disso, essa posição veio contribuir, no plano interno, para começar a travar a importação dos serviços técnicos estrangeiros, não em consequência de medidas de protecção, mas porque se vem reconhecendo que o País pode deles prescindir, passando a utilizar a técnica de que dispõe internamente.

Foram assim ao longo destes anos, criadas condições em Portugal para, na batalha da «abertura» internacional que se vem travando, lançar definitivamente as bases de um sector de «engineering» profissionalizado, competitivo, coerente com as necessidades do desenvolvimento, e capaz de, com inegável interesse político-económico, representar dignamente no estramgeiro a técnica portuguesa».

Debruçando-se sobre o futuro, disse ainda o eng. Alves da Silva:

«Mais do que dar-se a conhecer, é desejo da Profabril, com essas iniciativas, evidenciar e contribuir para a divulgação da capacidade do seu sector profissional e do papel crescentemente importante que ele vem assumindo em Portugal, especialmenoe para concretização de muitos dos numerosíssimos empreendimentos que o próximo Plano de Fomento virá impor à capacidade realizadora da técnica nacional».

O CASO DA DOCA 13 DA LISNAVE

Pondo-se depois ao dispor de todos os jornalistas presentes, no sentido de elucidar um ou outro pormenor, o eng. Alves da Silva teve então ocasião de esclarecer todos os presentes da situação da Profabril, no caso de desmoronamento de uma parte da muralha da doca 13 da Lisnave. Segundo o administrador delegado, a Profabril fez os estudos prévios, um anteprojecto e o caderno de encargos para o concurso, tendo posteriormente apreciado as propostas e emitido o seu parecer; a obra foi adjudicada a uma outra empresa que actuou de colaboração com um gabinete de estudo, não tendo a Profabril actuado durante a execução da obra; na fase de construção a Profabril limitou-se a fiscalizar a qualidade, controlou as quantidades e verificou a conformidade da obra executada com os desenhos apresentados pelo projectista.

DL/ESTRANGEIRO

EM TODO O MUNDO

As forças armadas americanas continuam em estado de alerta

WASHINGTON, 26 — (R) — Forças Armadas norte-americanas espalhadas pelo mundo, continuam hoje em estado de alerta, muito depois da União Soviética ter aparentemente evitado uma crise entre as grandes potências concordando em não enviar tropas para o Médio Oriente.

O presidente Nixon ordenou ontem o «alerta preventivo» e advertiu os soviéticos para não enviarem uma força para policiar o cessar-fogo árabe-israelita. Poucas horas depois a União Soviética votou no Conselho de Segurança das Nações Unidas a favor de uma força de manutenção de paz da ONU, excluíndo as grandes potências.

O secretario de Estado, Henry Kissinger, pouco revelou àcerca da natureza das manobras soviéticas que levaram Nixon a declarar o alerta, que inclui bombardeiros nucleares e guarnições de mísseis.

Kissinger disse numa conferência de Imprensa: «Tivemos conhecimento do estado de prevenção de certas unidades soviéticas e ficámos espantados com o comportamento de alguns representantes soviéticos nas discussões que se travaram».

Contudo, o colunista do «New York Times», James Reston, revela hoje que os Estados Unidos tinham obtido informações concretas de movimentos militares soviéticos — que sete divisões soviéticas aerotransportadas tinham sido colocadas em estado de «grande alerta» e que grandes transportes, que tinham estado empenhados numa ponte aérea de material de guerra da União Soviética para o Egipto, foram subitamente retirados e desviados para a União Soviética, permanecendo perto das divisões aerotransportadas.

Membros do Congresso — incluíndo o senador Edward Kennedy, cujo irmão, o presidente John Kennedy, teve uma confrontação com os soviéticos na crise dos mísseis cubanos, há 11 anos — inclinaram-se em apoio do presidente.

Havia, porém, indícios de se registar possível controvérsia por causa do alerta, com críticos sugerindo que Nixon tivera uma reacção intempestiva ao mostrar à União Soviética o aparato dos mísseis nucleares do país.

Espera-se que o presidente Nixon responda aos seus críticos numa conferência de Imprensa que concederá hoje — a hora ainda não foi anunciada — podendo fornecer novos detalhes àcerca dos acontecimentos que o levaram a declarar o alerta.

Nixon deveria ter aparecido na televisão na quarta-feira, para falar acerca da crise Watergate. Esse aparecimento foi transformado ontem numa conferência de Imprensa que, por seu turno, foi adiada para hoje, devido à situação no Médio Oriente.

Alguns dos interpelantes durante a conferência de Imprensa de Kissinger sugeriram que a política interna poderia ter desempenhado um papel na decisão do presidente.

Nixon está envolvido num grande escândalo político por causa do caso Watergate, especialmente devido a ter demitido no último fim-de-semana o professor Archibald Cox, o procurador especial que procedia a um inquérito sobre o assunto, e precisa desesperadamente de conseguir o apoio dos eleitores.

Uma sondagem à opinião pública, efectuada pela National Broadcasting Company e cujas conclusões foram anunciadas a noite passada, revelou que 48 por cento das pessoas interrogadas pensavam que Nixon se deveria demitir, 43 por cento julgavam que o presidente deveria ser impugnado pelo Congresso e 61 por cento não estavam de acordo com a demissão do professor Cox.

Contudo, Kissinger desmentiu, indignado, que o alerta militar tivesse como objectivo desviar a atenção do povo americano do escândalo Watergate.

O secretário de Estado asseverou que a medida fora apoiada por todos os membros do Conselho de Segurança Nacional.

ONZE ANOS DEPOIS DA CRISE DE CUBA

NOVA YORK, 26 — (F. P.) — O "confronto americano — soviético" de ontem deu-se, por "uma coincidência curiosa", 11 anos depois da crise de Cuba, apeans com diferença duma semana escreve o "New York Times" em editorial.

Sublinhando que o presidente Nixon e Leonid Brejnev se encontraram na mesma situação que John Kennedy e Nikita Kruchtchev — a ameaça dum holocausto nuclear — o jornal afirma que a gravidade da crise de ontem é demonstrada pelo facto de o secretário de Estado Henry Kissinger ter tido de recordar publicamente ao Kremlin que estava em jogo nuclear capaz de aniquilar a o facto dos dois países «possuirem um arsenal nuclear capaz de aniquilar a Humanidade.

Se for dominada com sucesso, a guerra do Médio Oriente de 1973 terá sido útil como chamada a realidade". O jornal conclui: "Visto ter parecido evidente que as relações URSS-EUA podem conduzir ainda à beira da guerra termonuclear, os Estados Unidos, a União Soviética e o Mundo têm necessidade de qualquer coisa de melhor e mais seguro".

Pronto a seguir para o Egipto o primeiro contigente de tropas das Nações Unidas

NOVA IORQUE (Nações Unidas), 26 (R.) — O primeiro ctntingente de 900 soldados aguarda hoje ordem para seguir para o Egipto como a guarda avançada de uma nova força de emergência da ONU que vai policiar o frágil cessar-fogo no Médio Oriente.

O secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, anunciou o envio de tropas, ontem à noite, no Conselho de Segurança, pouco depois da aprovação de uma resolução para criar a nova força.

O primeiro contingente está a ser formado por unidades austríacas, finlandesas e suecas presentemente prestando serviço na força de 3 000 homens de manutenção de paz da ONU em Chipre.

A força de emergência da ONU no Médio Oriente, autorizada por uma votação de 14 a zero, com a China não participando, não incluirá unidades de qualquer das grandes potências.

A oposição americana ao seu envolvimento estava contida na resolução do Conselho, patrocinada pelos oito países não-alinhados membros do conselho de 15 nações.

A resolução pedia também ao secretário-geral para apresentar hoje um relatório sobre a criação e o funcionamento da força, sucessora de um contingente de 6 000 homens enviado para a área pela Assembleia-Geral, após a invasão anglo-francesa-israelita do Suez, em 1956.

Essa força ficou estacionada no deserto do Sinai e na faixa de Gaza, entre o Egipto e Israel, a seguir à retirada hebraica, em 1957. Dez anos depois, o falecido presidente Gamal Abdel Nasser do Egipto ordenou a partida dessa força, na véspera da Guerra dos Seis Dias no Médio Oriente.

A decisão de criar a nova força de emergência parecia ter desanuviado as tensões que aumentaram em consequência de notícias de ameaça de intervenção soviética na zona da guerra e da declaração de um alerta em bases nucleares e outras norte-americanas espalhadas pelo mundo.

Acusando os israelitas de repetidas violações do cessar-fogo, o presidente Anwar Sadat do Egipto pediu na quarta-feira aos Estados Unidos e à União Soviética para porem em vigor as duas resoluções da ONU sobre a trégua, que patrocinaram no princípio da semana.

Os Estados Unidos tornaram claro que não enviariam tropas e exprimiram a esperança de que nenhuma outra grande potência estrangeira o fizesse também.

O apelo de Sadat foi geralmente interpretado na ONU como uma tentativa, que obteve êxito, de conseguir acção rápida do Conselho quanto à criação de uma força internacional. A ameaça dos soviéticos de intervenção unilateral poderá ter sido destinada a apoiar essa manobra — notaram diplomatas.

Repetindo a recusa de Moscovo de ajudar a financiar a operação de manutenção de paz da ONU, em 1956, o embaixador soviético, Jacob Malik, declarou ao Conselho que os «agressores israelitas» deveriam ser obrigados a pagar a conta.

Disse ainda que os países comunistas e não-alinhados deveriam ser incluídos na força militar, assim como na alargada organização de fiscalização de trégua da ONU, autorizada também nos termos da resolução de ontem do Conselho.

Os observadores de trégua, totalizando cerca de 200 e guarnecendo postos de observação nas linhas de cessar-fogo entre Israel e o Líbano, Egipto e Síria, não estarão armados. A sua missão é comunicar violações da trégua.

A força de emergência da ONU será muito maior, tendo provavelmente cerca de 6 000 oficiais e soldados ou talvez mais. Esses homens teriam apenas geralmente pistola à cinta.

Explicações públicas do presidente Nixon àcerca de Watergate

WASHINGTON, 26 (FP) — O presidente Richard Nixon adiou ontem mais uma vez, por causa da situação no Médio Oriente, as explicações públicas que deve dar acerca da evolução da crise Watergate.

O secretário de Estado Henry Kissinger rejeitou secamente, numa conferência de Imprensa, as insinuações segundo as quais o presidente Nixon teria colocado as tropas americanas de prevenção a fim de agravar a atmosfera de crise internacional e de fazer passar para segundo plano os aborrecimentos internos.

A emoção provocada pelo crescimento brusco da tensão internacional não impediu a crise interna de conhecer ontem novos desenvolvimentos que não vão no sentido de um apaziguamento:

— Muitos senadores democráticos influentes, membros da comissão judiciária, apresentaram um projecto de lei criando um novo procurador especial para o caso Watergate, a fim de substituir Archibald Cox, que foi demitido no sábado passado pelo presidente Nixon.

— Altos funcionários do Departamento da Agricultura reconheceram que a Casa Branca lhes tinha proibido de levarem a tribunal o caso dos «fundos de lacticínios». Grupos de consumidores apresentaram queixas contra o Governo sob o pretexto de que um aumento dos preços de apoio dos produtos lácticos decidido em Março de 1971 era a contrapartida de uma contribuição de 400 000 dólares dada na mesma altura à comissão para a reeleição do presidente Nixon pela indústria de lacticínios.

wo Washington Post revela que, segundo um inquérito em curso em Miami, o homem de negócios Charles «Bebe» Rebozo, amigo íntimo do presidente Nixon, teria comprado em 1968 acções da I.B.M. no valor de 91 500 dólares depois de ter sido avisado por uma companhia de seguros de que se tratava de títulos roubados pela Mafia em casa de um agente de Câmbios novaiorquino.

— Herbert Kalmbach, outro amigo íntimo do presidente que recolheu fundos para a sua campanha eleitoral, reconheceu ter falado na Casa Branca dos 100 000 dólares entregues a Rebozo pelo multimilionário excêntrico Howard Hughes, em meados de 1972, isto é, pelo menos seis meses antes do presidente Nixon reconhecer, pela primeira vez, ter ouvido falar desta contribuição ilegal.

Seja qual for a situação no Médio Oriente, é certo que Nixon será interrogado sobre todos estes casos duvidosos quando da conferência de Imprensa que deve conceder hoje.

Alerta militar por motivos internos segundo Fulbpight

WASHINGTON, 26 (F.P.) — O senador democrático William Fulbright, presidente da comissão senatorial dos Negócios Estrangeiros, mostrou-se ontem à noite cada vez mais persuadido de que o alerta das várias unidades das Forças Armadas americanas corresponde a motivos de política interna.

O senador do Arkansas declarou a jornalistas em Washington que a nota soviética para o presidente Nixon, acerca do conflito do Médio Oriente, que, segundo a Casa Branca provocou o alerta. «Não era ameaçadora», por aquilo que sabia».

Fulbright sugeriu que a atmosfera de crise que, forçosamente, levaria ao alerta, poderia ter sido provocada, por um lado, para apoiar e justificar o orçamento do Pentágono e, por outro, para criar dificuldades ao projecto de lei, a votar pelo Congresso, e que limita a 60 dias o poder do presidente para fazer intervir tropas americanas num conflito no estrangeiro sem a aprovação das duas câmaras.

Esse projecto já foi aprovado pelo Congresso, mas o presidente Nixon vetou-o. Por conseguinte, deve ser submetido novamente a Câmara dos Representantes, que se pronunciará por maioria simples e depois ao Senado onde terá de obter dois terços dos votos para poder entrar em vigor.

ALÍVIO ISRAELITA

TEL-AVIV, 26 (R.) — Não há por enquanto qualquer reacção oficial israelita á decisão do Conselho de Segurança de criar uma força de paz para o Médio Oriente, mas de qualquer forma foi recebida com alívio a notícia de que as tropas soviéticas já não serão enviadas para fazer respeitar o cessar-fogo. A força de paz da ONU não incluirá tropas de qualquer das grandes potências.

Os franceses sem jornais

PARIS, 26 (F.P.) — Os franceses estiveram privados de jornais esta manhã, como já acontecera ontem à tarde.

Canal de crítica

Continuação da pag. 5

râmides do Egipto não foram feitas pelos faraós.

Tu vieste recordar, com humildade, aqueles a quem deves muito da construção de ti próprio: José Mesquita, Ramiro Farinha, Maria Schulz, Jacinto Ramos (a quem deves muito, até o papel selado da tua inscrição para o exame ...)

. Tu disseste: *Vivemos numa sociedade de competição: as pessoas não se ajudam: combatem-se.* Recordaste que muitos te combateram, mas sem rancor: *Eles não têm culpa. Há qualquer coisa que põe as pessoas umas contra as outras. Isto começa logo muito mal, com os quadros de honra na escola* ...

Tu lembraste a necessidade de «direccionar para um teatro inteligente» e que na revista, enfim, fazer o que poder ...

Tu não te poupaste na autocrítica quando desenhavas o rosto da varina: *Já não a desenho de forma dramática. Estou apenas a fazer um boneco.* E isto prova a vigilância da tua lucidez.

As coisas importantes que tu disseste com a extraordinária habilidade de quem parece brincar com as palavras!

E por isso foi bom que tu viesses. Se, hoje, algumas pegadas de inteligência e de emoção tivessem de vir, pois que viessem de alguém onde a inteligência e a emoção não fossem simples adornos ou jogos de salão. Alguém que pudéssemos (e amássemos) olhar de frente.

Não sei como vai ser com este programa. Pode dar pró torto, sei lá, tudo pode acontecer. Ou não pode? Um mérito, porém, já ninguém lhe tira: foi como se voltássemos atrás, aos serões de *Zip-Zip*. Com a diferença que os tempos são outros. São outras as flores do tempo. Umas pobres flores de plástico sem perfume e sem promessas.

Obrigado por teres vindo, José Viana. Por teres vindo hoje.

MÁRIO CASTRIM

ÀS EMPRESAS DE CAMIONAGEM
Representantes ou Distribuidores de Automóveis

ALUGO

EDIFÍCIO PARA GARAGEM COM CERCA DE 6.500 M2 DE ÁREA COBERTA EM 3 PISOS. À SAÍDA DE LISBOA E EM FASE DE ACABAMENTOS. RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.º 952.

NOVO
FERRO DE ENGOMAR
CALOR
RÁPIDO A PASSAR!!!!!!!

cabos em 4 cores diferentes
ref. 13.01
1000 w.

EXCLUSIVO IBEREX LISBOA

O CAPITAL SIBERIANO

Continuação da pag. 3

tação dos novos centros industriais projectados: a quase totalidade dos «complexos territoriais de produção» em vias de realização, estão situados nas fronteiras asiáticas da U.R.S.S., do Tadjiquistão ao Extremo Oriente, passando pelo Casaquestão e a Sibéria. Razões puramente económicas? Se se quiser acreditar na revista **Kommunist**, os russos fixaram-se, também, e sobretudo, um objectivo social e político.

Ora, associando as grandes potências ocidentais à valorização de territórios contestados pela China, a União Soviética alia-as ao seu destino.

Quais são as consequências prováveis deste opção sobre a evolução económica e política da U.R.S.S.?

É preciso não se esperar o «milagre» siberiano nos próximos anos. Os novos programas de investimentos, baseados ou não na cooperação ocidental, são, com efeito, programas a longo prazo. Se os objectivos a médio prazo do desenvolvimento siberiano forem atingidos, os recursos assim libertados permitirão somente satisfazer as necessidades essenciais da U.R.S.S. tanto externa como internamente. Servirão igualmente para compensar uma certa «carência para produzir» nas regiões tradicionais de produção de petróleo.

A mais longo prazo, em contrapartida, a valorização intensiva da Sibéria, graças à cooperação ocidental, permitiria libertar recursos para a exportação, muito consideráveis, aliás, e muito especialmente em gás, madeira, alumínio e outros minerais não ferrosos e raros.

Isto supõe, evidentemente, que a cooperação ocidental se desenvolve duravelmente. No plano externo, as consequências poderiam ser sérias. Ao introduzir as trocas como factor importante do desenvolvimento da sua economia, a U.R.S.S., não se aproveitaria disso para utilizar os seus recursos em função dos seus objectivos políticos? Não seria tentada, em especial, a insuflar dinamismo à sua política energética, tradicionalmente autárcica, e a intervir no mercado europeu do Oeste?

A morte de Ernesto Costa

Para jazigo de família no cemitério dos Parazeres, vai, ao fim da tarde de hoje, a sepultar o comendador Ernesto Costa, presidente da direcção e comandante da Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, ontem falecido.

Ernesto Costa, que era pessoa muito conhecida em certos meios lisboetas, onde gozava de gerais simpatias, alistara-se em 1921 e, percorrendo toda a escala de postos, chegou a 1.º comandante em 1961, tendo recebido, até 1971, 24 condecorações, 61 louvores e 14 citações.

O corpo está depositado no quartel do Largo Barão de Quintela, ali tendo comparecido, em representação do ministro do Interior, o dr. Pires de Lima. A saída do funeral está prevista para as 17 horas.

Ernesto Costa, que contava 72 anos, era viúvo e pai do sr. Carlos Manuel dos Santos Costa e da sr.ª D. Mario de Lourdes Costa.

Credores de Joaquim da Conceição Frazão

CONVOCAM-SE todos os credores de Joaquim da Conceição Frazão também conhecido por Joaquim Idalécio, proprietário dos Cafés Celeste e Arco Íris em Rio Maior e sócio da sociedade Inácio & Frazão, Ld.ª, para uma reunião particular, tendo em vista um acordo de credores, a realizar em 30 do corrente mês de Outubro no escritório do Dr. Calado da Maia em Rio Maior.

Cooperativa Coordenadas

Vem hoje no «Diário do Governo» (III Série) o despacho do ministro do Interior pelo qual são aprovados os estatutos de Coordenadas — Cooperativa Cultural de Estudos e Documentação, S.A.R.L., com sede na cidade do Porto.

AMONÍACO PORTUGUÊS, S.A.R.L.

SEDE SOCIAL: Rua Silva Carvalho, n.º 234, 1.º, 2.º e 3.º andares — LISBOA

AUMENTO DE CAPITAL DE 110 000 000$00 PARA 310 000 000$00

SUBSCRIÇÃO PÚBLICA DE 60 000 ACÇÕES

Período de subscrição: 29, 30 e 31 de Outubro

Elevação do capital social de 110 000 000$00 para 310 000 000$00, mediante a emissão de 200 000 acções no valor nominal de 1000$00 cada uma, autorizada por portaria publicada no «Diário do Governo», III Série, n.º 235, de 8 de Outubro de 1973, nas condições seguintes:

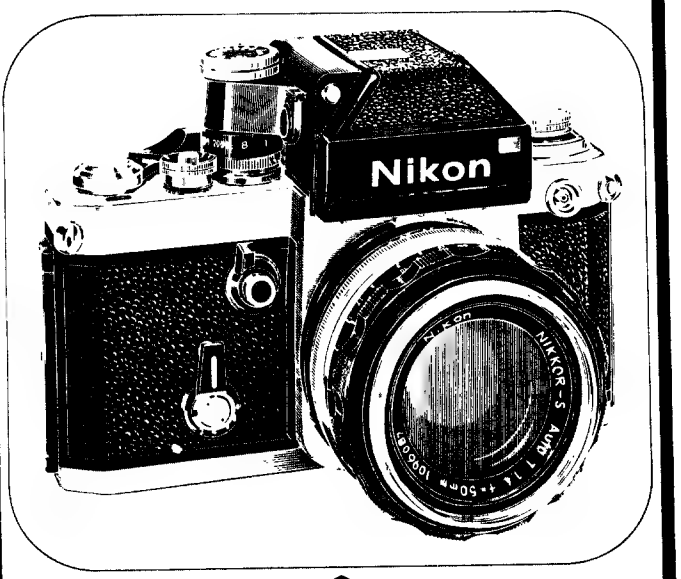
1) 137 500 acções destinadas a serem subscritas pelos accionistas, na proporção das que possuírem, ao preço de emissão de 1100$ cada uma;
2) 2500 acções reservadas aos empregados da empresa, ao preço de emissão de 1100$ cada uma;
3) 60 000 acções a oferecer à subscrição do público em geral, ao preço de emissão de 1250$ cada uma;
4) O pagamento das acções será feito integralmente, no acto da subscrição;
5) Todas as acções darão direito ao dividendo que venha a ser distribuído relativamente ao exercício de 1974;
6) As acções indicadas em 1) e 2), no caso de haver acções sobrantes, serão distribuídas pelos actuais Srs. accionistas e pessoal ao serviço da empresa que, no acto da subscrição, declararem querer subscrevê-las. Não desejando subscrever essas acções, deverão as mesmas acrescer ao lote das destinadas à subscrição pública, ao preço de emissão destas últimas;
7) A subscrição das acções indicadas em 1) e 2), far-se-á na Sede da Empresa (Departamento Financeiro: Rua das Amoreiras, 80-1.º, Dt.º); a subscrição pública será feita nas instituições bancárias a seguir indicadas, que tomaram firme a emissão:

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
BANCO AGRÍCOLA E IND. VISIENSE
BANCO DA AGRICULTURA
BANCO DO ALENTEJO
BANCO DE ANGOLA
BANCO BORGES & IRMÃO
BANCO ESPÍRITO S. E C. DE LISBOA
BANCO FERNANDES DE MAGALHÃES
BANCO DE FOMENTO NACIONAL
BANCO FONSECAS & BURNAY
BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
BANCO PINTO DE MAGALHÃES
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO TOTTA & AÇORES
BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

8) — As acções serão nominativas ou ao portador, conforme os subscritores indiquem nos boletins de subscrição e serão representadas por títulos de 1, 5, 10, 20, 50 e 100 acções nos termos estatutários;
9) — Prevê-se que a entrega dos títulos definitivos correspondentes às novas acções seja efectuada no prazo de 90 dias após a data da subscrição;
10) — Logo após a troca das cautelas pelos títulos definitivos será requerida a admissão à cotação na Bolsa da totalidade das acções representativas do capital social;
11) — No caso de rateio, as importâncias relativas às acções subscritas e não atribuídas serão devolvidas no prazo de 20 dias a contar do termo do prazo de subscrição;
12) — O prospecto com os elementos respeitantes à Empresa e ao presente aumento de capital pode ser obtido nos locais de subscrição.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nikon F2
Photomic



UMA CÂMARA

nascida e criada na tradição do exacto e do perfeito, a Nikon F2 é o ponto de apoio dum sistema fotográfico versátil e completo.

A Nikon F2 conseguiu-se da fusão da estética, da engenharia e da óptica.

A câmara que converte as ideias em imagens e que faz de cada comprador um amigo dedicado.

Dirija-se sómente às casas especializadas em material NIKON
Repres. exclusivos: ESTAB. M. SIMÕES JR., S.A.R.L.
Divisão FOTO-CINE | LISBOA-PORTO

DL/GERAL

AS COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA POUPANÇA

Começa a dar-se continuidade em Portugal às comemorações do dia Mundial da Poupança, as quais se realizaram pela primeira vez em 1969 com uma comunicação do secretário de Estado do Tesouro. A celebração desta efeméride teve início em 31 de Outubro de 1924, data em que se reuniu em Milão, o 1.º Congresso do Instituto Internacional das Caixas Económicas» — afirmou o dr. Henrique de Queiroz Nazareth, chefe do serviço de Relações Públicas da Caixa Geral de Depósitos no decorrer de uma conferência de Imprensa a propósito do Dia Mundial da Poupança que terá lugar no próximo dia 31.

Foi divulgado, em seguida, o nome dos premiados do concurso para escolha de um calendário tendo como tema «A Poupança». O 1.º prémio foi atribuído a José Baltazar Lopes Domingues, o 2.º a Paulo Guilherme D'Eça Leal e o 3.º a Maria Teresa Santos Silva.

Dentro do programa das comemorações para este ano, vai proceder-se no próximo dia 31, à inauguração de uma nova agência da Caixa Geral de Depósitos em Loures e será aberto um depósito de 500$00 para todas as crianças que nasçam neste dia, tendo sido escolhidas este ano as maternidades de Évora e Beja.

A assinalar ainda o acontecimento, serão lançadas diversas flâmulas publicitárias aplicadas por máquinas de carimbar nas Estações Centrais de Lisboa, Porto e Coimbra. Paralelamente entrarão em funcionamento, nesse dia, seis máquinas de franquear da Caixa Geral de Depósitos.

CONGRESSO DE HABITAÇÃO E URBANISMO

Prosseguiram esta manhã, no Palácio Galveias, os trabalhos do Congresso da Comissão Permanente da Renda e Rendimento, da Federação Internacional da Habitação, Urbanismo e Ordenamento do Território, que teve início ontem à tarde, com a participação de cerca de trinta técnicos de vários países.

Depois de terem sido expostos e debatidos os temas «renda social dinâmica» e «vizinhança imediata da habitação», que preencheram as sessões de trabalho de ontem e de hoje, o Congresso apresentou cerca do meio-dia, as suas conclusões.

O programa de trabalho dos congressistas prossegue, durante a tarde de hoje, com visitas aos bairros de rende económica de Olivais e de Chelas. Às 19 e 30, serão recebidos pelo Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo, que lhes oferece um porto de honra no Solar do Velho Porto.

Finalmente, para o dia de amanhã, os congressistas têm programadas visitas turísticas.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por João Prates Piteira — PAVIA

Sindicato do Pessoal de Voo Civil

Foi alargado o âmbito do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil aos territórios do Ultramar, a pedido do organismo e com o apoio de comissões organizadoras constituídas em Angola e Moçambique, que agora se constituirão em secções provinciais.

O pessoal de voo de S. Tomé e Príncipe poderá inscrever-se na secção de Angola e o dos demais territórios de governos simples na sede do Sindicato, em Lisboa, através dos delegados.

TÉCNICO PORTUGUÊS NUM SEMINÁRIO EM VENEZA

Acaba de realizar-se em Veneza um seminário sobre regime e conservação do litoral, cujas lições estiveram a cargo de seis especialistas de diferentes países, entre os quais os E.U.A., França, Grã-Bretanha, Itália, URSS e Portugal. O técnico português que ali se deslocou a convite da Universidade de Pádua foi o eng. Fernando Abecassis, investigador-chefe do Serviço de Hidráulica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que proferiu cinco lições subordinadas ao tema «Modelos hidráulicos costeiros e a sua verificação na natureza.»

Exposição de Maria Capitolina no Palácio Foz

No salão de exposições do Palácio Foz continua aberta ao público a exposição da pintora Maria Capitolina, inaugurada recentemente com a presença do secretário de Estado da Informação e Turismo.

Maria Capitolina concluiu o seu curso na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, em 1965, tendo sido bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian, do Ministério da Educação Nacional e da O. C. D. E., tendo percorrido em viagens de estudo a Espanha e a França, frequentando centros de arte e «ateliers» daqueles países.

Em 1964, participou numa exposição colectiva de alunos da Escola de Belas-Artes de Lisboa, a qual se realizou na Embaixada de Espanha e em 1966 participou numa exposição colectiva de poesia ilustrada intitulada «Novos pintores, novos poetas». Nesse mesmo ano executou três painéis que figuram no edifício do Ministério das Corporações e Previdência Social. O ano passado esteve presente numa exposição em Madrid com um trabalho intitulado «A Maja de Goya».

Maria Capitolina é uma das artistas que ocupa os «ateliers» da Câmara Municipal no Palácio dos Coruchéus.

A sua exposição deverá estar aberta até ao fim da semana.

O Instituto de Obras Sociais distribui este ano sete mil bolsas de estudo

O presidente do Instituto de Obras Sociais, dr. H. Veiga de Macedo, pede que tornemos pública a seguinte notícia:

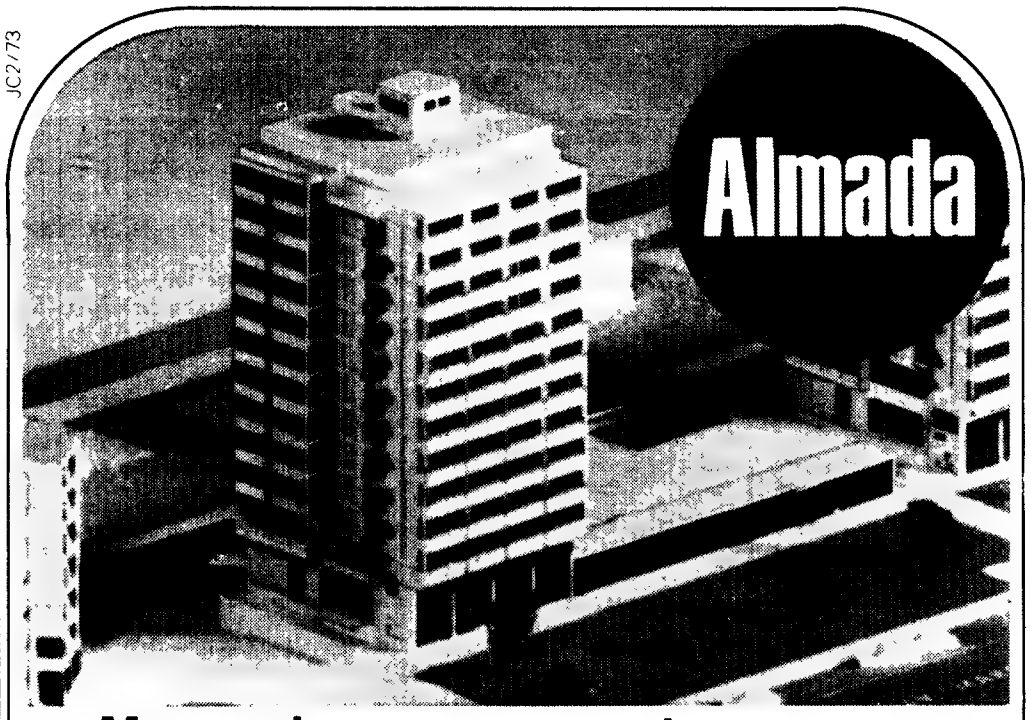
De 26 de Outubro a 26 de Novembro, o Instituto de Obras Sociais recebe inscrições, a apresentar em impresso próprio, para a concessão de sete mil bolsas de estudo, em conformidade com o estabelecido no seu Estatuto e com o recente despacho de sua excelência o ministro das Corporações e Previdência Social.

As condições do concurso são idênticas às que vigoram nos anos lectivos anteriores, podendo os beneficiários das Caixas de Previdência integradas no Instituto de Obras Sociais obter os boletins de inscrição e demais elementos respeitantes à concessão de bolsas e subsídios de estudo, na sua sede à Avenida Miguel Bombarda, n.º 1, em Lisboa, ou nos serviços das Caixas de Previdência.

As sete mil bolsas de estudo a atribuiír serão concedidas a alunos do ensino liceal ou técnico profissional, das escolas do Magistério Primário e do ensino médio e superior que frequentem estabelecimentos oficiais ou particulares e, que, sendo filhos de beneficiários das Caixas de Previdência integradas no Instituto ou beneficiários das mesmas Caixas, mereçam ser auxiliados pelas suas qualidades de trabalho e inteligência.

O Instituto de Obras Sociais aceitará, de igual modo, as petições apresentadas posteriormente a 26 de Novembro, desde que respeitem a alunos que tenham concluído, depois dessa data, os ezames referentes ao ano escolar de 1972/73, e desde que as mesmas sejam formuladas no prazo de dez dias a contar da realização do último exame.

JC2/73



Marque lugar no presente... na cidade do futuro!

Almada, encruzilhada do futuro próximo! No caminho para a Siderurgia, Lisnave, Setenave, o porto Atlântico de Sines e o novo Aeroporto de Lisboa.
Almada, a nova cidade do futuro próximo, onde há já um apartamento mobilado para si.
Um investimento que se valoriza hora a hora.

Apartamentos mobilados em Almada, Trafaria, Costa de Caparica e Corroios, desde: **195 Contos**

Vivendas na Sobreda de Caparica, desde: **600 Contos**

Pois é... J. Caetano é que é!

J. CAETANO, L.DA
RUA CAPITÃO LEITÃO, 51 - ALMADA

Atendemos todos os dias
Dias úteis: R. Capitão Leitão, 53
Tel 27 48 83 - 27 45 66 - 276 37 11
Domingos e feriados
"Urbanização Novo Horizonte"
Tel 245 42 21

COMISSÃO EXECUTIVA DO IV CENTENÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE «OS LUSÍADAS»

FERNÃO GOMES
UM PINTOR
DO TEMPO DE CAMÕES

A Pintura Maneirista em Portugal

por

DAGOBERTO L. MARKL

LISBOA
1973

Â venda nas Livrarias / Preço 60$00

GRANDES FACILIDADES DE PAGAMENTO

ASSIM TODOS PODEM COMPRAR!...

ALCATIFAS	TELEVISORES	MÁQUINAS DE LAVAR	CANDEEIROS
MOBÍLIAS	GRAVADORES	FOGÕES	ASPIRADORES
MAPLES	GIRA-DISCOS	ESQUENTADORES	ENCERADORAS
PAPÉIS DECORATIVOS	ALTA FIDELIDADE	FRIGORÍFICOS	FRITADEIRAS

E TODA A GAMA DE ELECTRODOMÉSTICOS

M. L. FERREIRA — Rua D. Estefânia, 48-A

DL/NACIONAL

A CAMPANHA ELEITORAL E A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA

Continuação da pag. 11

ca? Será ela um texto morto, cristalizado, que nada significa para um jovem ou para um adulto do nosso País, no nosso tempo, quarenta anos volvidos após a sua adopção? Será um documento estático, incapaz de evolução, incapaz de se adaptar? Será que só poderíamos progredir politicamente se de tempos a tempos substituíssemos integralmente as «regras do jogo», mudando tudo ou, mais gravemente, caindo-se na ilusão de que é preciso mudar tudo?

Estas são perguntas de resposta fácil. As comissões eleitorais da A. N. P. ao chamar a atenção do País para elas desejam contribuir para o balanço desta campanha por parte de cada eleitor. Mas pretendem igualmente demonstrar que o voto do próximo dia 28 é, ainda, um voto de esperança, não só na política de Marcello Caetano, mas na própria essência da presente e da futura vida política portuguesa. Desejam afirmar, rotundamente, que a ida às urnas é ajudar a construir uma melhor sociedade para todos nós, é caminhar para uma democracia real e responsável.

Mas fizemos três perguntas. Vamos responder-lhes.

REFORMAS E DEBATE POLÍTICO

4. Começando pela última, temos o problema da «mudança de estruturas». Que há estruturas a modificar ninguém duvida; que há reformas a fazer, esse é o compromisso em que nos encontramos. Mas é preciso modificar que estruturas e proceder a que reformas? É necessário mudar tudo? Se mudamos tudo, que nos resta? Sobre que construiremos: sobre destroços, sobre cinzas?

As reformas necessárias têm de se apoiar numa organização da nossa vida colectiva; têm de se basear em pressupostos conhecidos; não podem ignorar o que vem detrás, virtudes e defeitos; para preservar e ampliar aquelas, para combater estes. Essa organização é-nos estabelecida pela Constituição. É assim em qualquer país que progride, porque o progresso exige estabilidade, continuação. Não é assim nos países que não conseguem superar minimamente os seus atrasos. Nos Estados Unidos da América, na Inglaterra, na Alemanha, o debate político consiste em discutir a Constituição, em pensar em como introduzir um socialismo marxista? Estas grandes nações não fazem o seu progresso com rupturas violentas. Constroem-nos a partir de bases institucionais sólidas, sem por isso deixarem de adoptar importantes e muito profundas reformas.

5. A segunda pergunda que formulámos atrás dizia respeito à natureza da nossa Constituição. Decerto, não basta que haja estabilidade para que o progresso se verifique; é preciso, também capacidade de adaptação, de mudança. O nosso texto constitucional não pode ser considerado um documento estático. A prová-lo estão as importantes e históricas alterações que nele foram introduzidas em 1971, sob proposta do Governo e dos deputados.

A demonstrá-lo está também o facto da própria Constituição prever a possibilidade da sua revisão de 5 em 5 anos, caso seja necessário. Em face disto, poder-se-á dizer que não temos uma carta política dinâmica, adaptável, dentro do princípio da estabilidade necessária?

A DEMOCRACIA PORTUGUESA

6. Resta, enfim, encarar o último ponto: aceitando, como vimos a necessidade de uma Constituição duradoura e que preveja mecanismo para a sua própria revisão de acordo com o sentir de um povo que não deseja a solução marxista, que tem a nossa para nos oferecer? Que pistas abre para um debate político democrático? A resposta terá agora de ser um pouco mais longa, ainda que sacrificando a menção de alguns importantes aspectos.

Comecemos por um ponto em relação ao qual a Oposição presente na campanha muito insistiu, usando aliás de uma linguagem que não abona da sua sabedoria política: o de que a nossa organização social, económica e política é «fascista». Não é questão que valesse a pena evocar, não fora a oportunidade que ela fornece para pôr em evidência alguns importantes traços da Constituição, na linha que vinhamos seguindo.

Que se pretende ao falar de «fascismo» a propósito da República e do Governo português? Pretender-se-á dizer que a nossa organização política é constitucionalmente antidemocrática? Seria muito difícil demonstrá-lo. Há sufrágios directos para a eleição das células de base da orgânica administrativa as juntas de freguesia; há sufrágio directo e universal para a eleição dos deputados; há um colégio eleitoral para a eleição do Presidente da República cuja composição quantitativa não é estabelecida pela Constituição, dependendo integralmente de diploma regulamentar; o mesmo texto constitucional consagra os direitos e liberdades individuais que qualquer outro país civilizado reconhece; a República Portuguesa baseia-se «na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todos os portugueses aos benefícios da civilização e na participação dos elementos estruturais da Nação na política e na administração geral e local». Enfim, não se proclama que a soberania reside em a Nação, e do povo vive e nele se fundamenta? Será tudo isto «antidemocrático?»

7. Mas talvez se pretenda atingir com o termo «fascismo» a forma de represão orgânica das actividades socio-profissionais no nosso País, o corporativismo. Simplesmente, poder-se-á dizer que a Jugoslávia ou a Suécia são Estados «fascistas» por enquadrarem os problemas do trabalho de modo bastante análogo ao nosso? Será a França Fascista por ter vindo ultimamente a dar maior relevo à contratação colectiva de trabalho e ao diálogo entre os pareceiros sociais, numa linha semelhante à que se encontra prevista no art.º 37.º da nossa Constituição? Em que ficamos? Quais são os estados democríticos deste mundo? Por certo não são aqueles que suprimem integralmente as mais importantes liberdades individuais, que burocratizam toda a actividade pública, que abafam a iniciativa privada em matéria económica, que controlam até ao mínimo pormenor a representação dos trabalhadores, a coberto de serem «democracia populares». Pois de democracia só têm o nome e quanto aos genuínos interesses do povo, aí está o exemplo dos escritores soviéticos ou dos operários checoslovacos para ver como eles são cuidados.

CRESCIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

8. Mas não vale a pena prosseguir nesta linha de argumentação, tão gratuito é o procedimento da Oposição presente na campanha em relação à Constituição, ao Governo e à Socidade portuguesa. Retenhamos, antes, outras grandes e positivas realidades que o voto do dia 28 não deixará, certamente, de sublinhar, mais uma vez, e que são fonte de esperança para a construção de um Portugal mais próspero e oferecendo melhores condições de vida para todos os portugueses. Questão é que saibamos explorar integralmente as virtualidades que o nosso texto Constitucional apresenta, respeitando-o e tornando-o vivo, porque actual já o é há muito tempo. E a prova está no exemplo dado por Marcello Caetano desde 1968.

Um Portugal mais próspero?

Que prosperidade?

A vida económica da Nação deverá promover, nos termos da Constituição, o máximo de riqueza socialmente útil e a justiça entre os cidadãos. E é também a Constituição que nos fixa a necessidade de garantir uma harmonia no desenvolvimento regional, na justa distribuição dos rendimentos; quem determina a obrigação de se conseguirem menores preços e maiores salários, de se impedirem os lucros exagerados do capital, de se protegerem os emigrantes e os antigos combatetntes, de se promover a justiça fiscal, de se garantir a defesa da concorrência, de se promover uma política contratual de responsabilidades mútuas. E a Constituição que nos fala de pluralismo na representação profissional, que estabelece a defesa do emprego, que abre caminhos a participação do trabalhdor na vida da empresa, que defende a família a liberdade religiosa, o fomento das artes e da cultura. Tudo isto será obsoleto? Tudo isto será ultrapassado? Haverá governantes em nações livres que não subscrevam estes princípios?

O País não tem nada a lucrar em ir, na presente etapa histórica, para discussões verbais ou disputas ideológicas de escasso sentido. Quanto à ordem economica e social esse programa é claro: apoiemo-nos na Constituição e nos seus princípios. E muito trabalho, muito contraste de pareceres, muito pluralismo é possível a partir deles. Se não devemos viver do passado, se o passado é efectivamente passado, olhemos o futuro e vivamos ao seu ritmo, mas dentro de umas regras, na base de uma doutrina: e essas vêm detrás, são ponto de arranque desse futuro. Porque não há progresso sem tradição: para construir novos equilíbrios não é necessário inventar ou gerar pontos de ruptura. As reformas só são fonte de progresso, se não ignorarem a tradição.

ÓRGÃOS DE UMA SOBERANIA NACIONAL

9. O País vai eleger uma nova Assembleia Nacional. Ao fazê-lo tem consciência de que irá designar elementos de um órgão de soberania. Orgão que, independente do Governo e gozando de competência para análise e fiscalização dos seus actos, tem responsabilidades específicas e eclusivas da maior importância na aprovação de bases gerais, designadamente sobre a organização dos tribunais e da defesa nacional, sobre o exercício dos direitos e liberdades individuais, sobre a definição das penas criminais, sobre os impostos, sobre o sistema monetário, sobre o regime geral de Governo das províncias ultramarinas.

Nalguns destes aspectos, nesta nova Legislatura, poderá o Governo tomar a iniciativa ou os Deputados asumirem-na de estabelecer novas bases, revendo matérias que necessitem de reforma. Daí, parte da grande responsabilidade que à Assembleia Nacional cabe nos termos da Constituição. Mas não só. Pois além da feitura de leis, pode ela ratificar os decretos-leis que o Governo publicar no período do seu funcionamento e exercer um grande leque de atribuições como autorizar a política orçamental do Governo em cada ano , intervindo assim, na definição do que este deverá realizar nesse período, através da administração pública conceder amnistias, vigiar pelo cumprimento da Constituição, autorizar o Governo a fazer empréstimos.

Participar na eleição de um órgão de tal importância, e com tais responsabilidades será, como fez apregoar a oposição eleitoral, uma «farsa»? Farsa é querer ignorar este facto de um país que dispõe de um Chefe de Estado, de uma Assembleia Nacional e de tribunais como órgãos de soberania mutuamente independentes, a par de um Governo que só depende do Presidente da República. Ou preferir-se-ia o sistema para o qual caminhava um país sul-americano muito lembrado pela Oposição na presente campanha, em que os tribunais declaravam a inconstitucionalidade dos actos do Governo e este não acatava tais decisões?

10. Vão, pois, os portugueses eleger o seu Parlamento e assistir à designação, segundo os mecanismos que a lei estabelece, de uma nova Câmara Corporativa. Relativamente a esta interessa também chamar a atenção do eleitor. Verdadeira assembleia representativa de interesses socio-profissionais, como o Conselho Económico-Social de França, a Câmara Corporativa é bem o símbolo da seriedade de processos que deve presidir a uma sã vida política. Seriedade de que o país não encontrou nesta Oposição. Pois pode fazer-se política a sério sem o aprofundado conhecimento das realidades, sem o domínio das técnicas que o progresso pôs ao nosso dispor, sem estudo documentado de soluções alternativas, sem exame de prós e contra, sem reflexão ponderada das consequências? A Câmara Corporativa existe para isso. Ao proceder a tais tarefas, desempenha um papel importantíssimo como eco dos interesses dos trabalhadores, dos patrões, de variados corpos intermédios e da própria administração do Estado. E, nesse sentido, é uma autêntica assembleia política que ajuda a garantir a prudência de juízos que as grandes decisões e o respeito pelos portugueses necessariamente impõem.

Decisões que podem ser tão transcendentes como a da revisão da própria Constituição, em 1971, designadamente na parte que ao ultramar disse respeito.

O ULTRAMAR E A CONSTITUIÇÃO

11. Ultramar que foi, mais uma vez, e como seria de esperar, pedra de escândalo para a oposição marxista. Para ela, tudo se resumiria em pôr um fim à guerra e proceder a negociações. Com que resultados? Ao serviço de que interesses neo colonialistas? Não vamos desenvolver este tema, pois o Presidente do Conselho, em múltiplas ocasiões, tem levado ao conhecimento da opinião pública quais são os argumentos e os traços principais da política de defesa, desenvolvimento e autonomia do Ultramar que a Nação subscreve e que os portugueses e as suas Forças Armadas rubricam com denodado esforço e sacrifício. Portugal sabe bem porque continua em Africa: sabe que Africa merece o contributo da sua presença ao serviço do bem-estar social, político e económico das suas gentes e da construção de genuínos espaços inter-raciais de convivência humana; sabe que o Ultramar português não está em leilão, porque não pode ser leiloada uma terra que é portuguesa há muitos séculos.

Os portugueses sabem, portanto, que o seu sacrifício colectivo tem um imenso significado humano. Mas têm também consciência de que o problema número um da política portuguesa o da defesa militar dos territórios ultramarinos não é um beco sem saída. Respostas políticas, designadamente no domínio da política externa, são persistentemente perseguidas, com vista à busca de uma nova face na atitude da comunidade internacional relativamente à nossa posição ultramarina. E, do mesmo passo, como atrás se frisou, procedeu-se a reformas importantes no texto da Constituição, procurando-se, assim, uma orgânica mais adequada ao processo evolutivo dos territórios ultramarinos. O objectivo é claro e não pode ser encarado com pessimismo, suportado como está pela decidida intenção de acelerado progresso do ultramar.

Quando somos atacados, defendemo-nos. Portugal é atacado, Portugal defende-se na frente militar e ataca, simultaneamente, nas frentes diplomáticas económica, social e política. Uma oposição sensata não pode ignorar esta regra fundamental da vida em sociedade.

Questão é que saibam os portugueses criar condições para que os máximos benefícios possam ser obtidos a partir da disciplina constitucional respeitante ao ultramar. Estamos num processo dinâmico; não estamos «bloqueados», por maiores que possam parecer e muitas vezes não são tão grandes quanto parecem as incompreensões internacionais a nosso respeito, neste momento.

12. Ao terminar o seu último comunicado as Comissões Eleitorais da ANP desejam fazê-lo com uma vigorosa expressão de esperança. A vida pública portuguesa não se esgota num problema; temos milhares de questões a resolver. O voto do próximo dia 28 será um voto de confiança na nossa capacidade, na nossa solidariedade, no nosso empenho em construirmos o futuro, por Portugal, com Marcello Caetano.

"O FUTURO DA VIDA POLÍTICA DO PAÍS APRESENTA-SE INCERTO"

-RECONHECE A SEDES

O gabinete de Informação da Sedes Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, remeteu-nos, com o pedido de publicação, a seguinte nota informativa:

«Nestas últimas semanas, ao longo da campanha eleitoral, fizeram-se em várias ocasiões referências à Sedes, identificando-a como associação política. Lamentando-se a sua não-intervenção e procurando fazer-se corresponder essa atitude com a de correntes políticas independentes das que participaram na campanha eleitoral.

«Durante os três anos da sua existência, sempre a Sedes, até em sucessivas declarações públicas, insistiu na necessidade de assegurar uma participação mais ampla na construção política do País, na medida em que considera que o acto eleitoral é simplesmente um momento de um processo mais amplo.

«As condições em que tem decorrido a vida nacional não são de molde a satisfazer os que pretendem crescente participação, consciente e livre, do povo português na condução dos seus destinos, não se tendo concretizado as transformações que se aguardavam em 1969.

«O futuro da vida política do País apresenta-se incerto, parecendo posta em causa a criação de um clima propício à democratização da sociedade portuguesa.

«Com efeito, a instauração de um tal clima pressupõe a adesão a claras e honestas regras de convivência política por todas as correntes de opinião, sendo inquestionável que essas regras terão de garantir o exercício efectivo da soberania popular expressa pelo sufrágio universal e directo.»

«OS LUSÍADAS»
E O PODER POLÍTICO
por **Maria Margarida R. Garcez da Silva**
PEDIDOS ÀS LIVRARIAS

Os corpos gerentes e o corpo activo dos Bombeiros Voluntários de Lisboa e seus restantes quadros, têm o profundo desgosto de participar o falecimento do seu querido presidente da direcção e comandante, senhor comendador Ernesto Costa, e que o funeral se realiza hoje, pelas 15 horas, do Quartel, no Largo do Barão de Quintela, para o Cemitério dos Prazeres, celebrando-se às 13 horas missa de corpo presente.

Abebe Bikila: a morte do Etíope voador

Abebe Bikila, o mais célebre dos «heróis desportivos» da Etiópia, morreu no hospital militar de Addis Abeba, depois de uma violenta hemorragia que o havia prostrado.

A morte de Abebe foi anunciada por um comunicado oficial da Guarda Imperial Etíope, a que ele pertencia com a patente de capitão. O ilustre desportista africano, que acaba de desaparecer, com a idade de 46 anos, foi o único maratonista do Mundo a ostentar a medalha de oiro da especialidade durante duas olimpíadas sucessivas.

O defunto, que deixa viúva e quatro filhos, será enterrado no cemitério de Addis Abeba reservado aos heróis e grandes «leaders» nacionais. Morreu pouco antes de ser transferido para uma clínica especializada em Londres.

Abebe Bikila espantou pela primeira vez o Mundo ao percorrer, de pés descalços como era seu hábito, a Maratona dos Jogos Olímpicos de 1960, em Roma, apenas em duas horas e quinze minutos, menos oito minutos que o «record» estabelecido oito anos antes pelo lendário campeão checoslovaco Emilio Zatopek.

Quatro anos mais tarde, o atleta etíope melhorou a sua posição para duas horas, doze minutos, onze segundos e dois décimos, até hoje ainda não superada.

Em 1968 esteve presente no México, mas teve de se resignar e desistir depois de apenas alguns quilómetros de corrida, devido a uma lesão. Pouco tempo depois, um trágico acidente de viação interrompeu a sua carreira, tendo-o obrigado a passar o resto da vida numa cadeira de rodas.

A alegria dos jogadores do Sporting (Vagner e Chico em primeiro plano) após o seu tento nas redes do Sunderland, foi tão contagiante que o técnico Mário Lino não conseguiu reprimir a sua entrada no terreno

HÓQUEI EM PATINS

BENFICA ISOLADO NO COMANDO DO NACIONAL

LUANDA, 26 — Como sempre tem acontecido no campeonato nacional de Hóquei, mais de seis mil pessoas se comprimiram ontem à noite no Estádio do Benfica local.

No primeiro jogo da noite, a equipa do BCA defrontou o Desportivo de Lourenço Marques. Quando os bancários entraram, ecoou pelo estádio uma ensurdecedora ovação. Pelo Desportivo alinharam: Fernando António, José Pedro, Fernando Adrião, José Adrião e Carlos Borges. Pelo BCA: Valadão, José Manuel, Sampaio, Amilcar e Chalupa.

A velocidade imprimida pelos jogadores angolanos foi contrariada pela maneira inteligente do Desportivo amortecer o jogo, passando para contra-ataques, com Fernando Adrião a comandar as operações.

Passados 15 minutos, o BCA verificou não ser a velocidade o factor preponderante para atingir as balizas contrárias, passando a usar mais a cabeça e menos os patins.

O árbitro Carlos Pais de Luanda, expulsou, por dois minutos, o jogador Fernando Adrião. Nessa altura, o bancário Zé Manel surpreendeu Fernando António com violenta esticada, marcando o primeiro golo. O Desportivo reagiu, mas entretanto chegou o intervalo, impedindo a concretização das intenções dos jogadores moçambicanos.

Mal passava ainda um minuto do segunto tempo quando Fernando Adrião estabeleceu a igualdade do marcador com remate fortíssimo. Empatadas as equipas, ambas carregaram de novo no acelerador, oferecendo belos momentos de hóquei, mas o jogo acabou por terminar com os jogadores nervosos procurando em vão a vitória.

O empate final a uma boa reflectiu como foi o desafio, além de servir o Benfica de Lisboa.

Depois os dois Benficas entraram no ringue para o segundo jogo, arbitrado pelo angolano Luis Rosa. Alinharam pelo Benfica de Luanda: Magalhães, Saraiva, Vitor Santos, Daniel e Laurentino. Pelo Benfica de Lisboa: Ramalhete, Casimiro, Garrancho, Jorge Vicente e Livramento.

Apesar de os encarnados de Luanda terem ganho o jogo da primeira volta, ninguém esperava a repetição do resultado.

Assim, Garrancho marcou aos três minutos, Livramento aos quatro, sem surpresa de ninguém. Casimiro fez o gosto ao dedo um minuto mais tarde, José Vicente meteu mais um golo, Livramento outro e o guarda-redes da equipa de Luanda foi substituído.

Daniel reduziu a diferença para 5-1 aos 14 minutos, mas o ringue inteiro pertencia a Livramento.

Dois minutos após o reatamento do desafio, o luandense Saraiva marcou segundo tento. Seguiu-se um período intenso com domínio do Benfica de Lisboa com três bolas na trave, tendo Livramento feito o resultado final de 6-2 já no último minuto.

O Benfica de Lisboa está isolado no comando do campeonato.

Que atire a primeira pedra

Ouvi dizer (não vi) que tres rapazes portugueses, uma manhã destas, num super-mercado de Newcastle, não pagaram meia dúzia de «cassetes» e foram detidos pelo serviço de vigilância da loja. Mais tarde, com aquela «boa vontade» que está a rodear os turistas nossos compatriotas em quase todos os países do Mundo, seriam julgados em Tribunal e multados pelas autoridades.

Sucede, porém, que os três moços, em lugar de políticos, comerciantes, jornalistas, industriais, agentes de viagens ou qualquer outra coisa parecida eram (são) jogadores de futebol. E de um clube muito conhecido, por sinal visitante lá das paragens, onde ía disputar importante partida para taça de alto nível.

Cobras e lagartos desencadeados, de imediato, pela irreflectida atitude do infortunado trio, provocaram dislates de todo o tamanho, alguns (inacreditávelmente) colocados em letra de forma. E, parece-nos, ainda só não se pediu para eles Tarrafal ou Machava porque (enfim) sempre era um bocadinho demais. Mas, de resto, já todos os bons samaritamos da praça saíram a terreiro. E insistiam:

Irradiação, afastamento para toda a vida da sua profissão.

Dispensa imediata do seu trabalho no clube.

Prisão aí para uns dez, vinte anos.

É claro que os directores do grémio a que os rapazes pertencem tomaram, de início, a atitude que se impunha: remeteram para Lisboa os prevaricadores, furtando-os ao clima britânico, que (forçosamente) se prestaria para um afundar maior das personalidades beliscadas. E o incidente foi esquecido por lá. Mas, por cá, tem hoje um dos seus momentos decisivos: a elaboração, pelos chefes de equipa, do relatório sobre o acontecimento.

Evidentemente que conhecemos o carácter dos homens que vão julgar outros homens na tarde desta sexta-feira. Sabemos, perfeitamente, que a serenidade está já espelhada em todos eles: e que saberão, embora com salvaguarda do prestígio do emblema que representam, entender dentro dos seus limites lógicos o acto que arrastou uma quase tempestade.

Mas, sempre valerá a pena lembrar, aos que tanto zurziram nos pobres de Cristo que foram apanhados com a boca na botija (e só por isso agora criticados de dedo espetado) se eles nunca cometeram nenhuma atitude reprovável parecida com aquela que tanto perturbou os seus corações zinhos. Se nunca «palmaram», pelas estranjas ou por esse país fora, o seu cinzeirinho, o seu copinho de vidro, o seu talherzito, a revistazinha ou o quadrozito que estava lá no hotel à mão se semear. Isto para não recordar quantos livrinhos desaparecem, dia após dia, nas Feiras que por aí fora se fazem de tempos a tempos.

Ora, amigos, é dentro de um espírito de tolerância que o gesto dos rapazes futebolistas terá de ser encarado. Quem nunca pecou (e seja capaz de mão na consciência) que tenha a coragem de atirar hoje a primeira pedra.

NEVES DE SOUSA

SOBRE FUTEBOL

BOAVISTA

O brasileiro Salvador está ausente dos treinos por imposição médica.

CUF

Domingo, aproveitando a visita do Sporting ao Lavradio, será «Dia do Clube» para os associados cufistas

COIMBRA

Esta noite, palestras na sede da Comissão Regional de Árbitros de Futebol de Coimbra. Serão oradores os juízes Augusto Veiga da Silva Cruz e João Luis de Castro e Sousa.

SETÚBAL

Foi antecipado para sábado, 3 de Novembro, o jogo entre o Vitória de Setúbal e o Belenenses

OLHÃO

Manuel de Oliveira já foi apresentado aos seus novos pupilos do Olhanense, entre os quais se conta o guarda-redes Barroca, titular da equipa...

BELENENSES

Pietra e Ramalho vão substituir, perante o Barreirense, os expulsos na partida de Olhão (o brasileiro Eliseu e Godinho).

GUIMARÃES

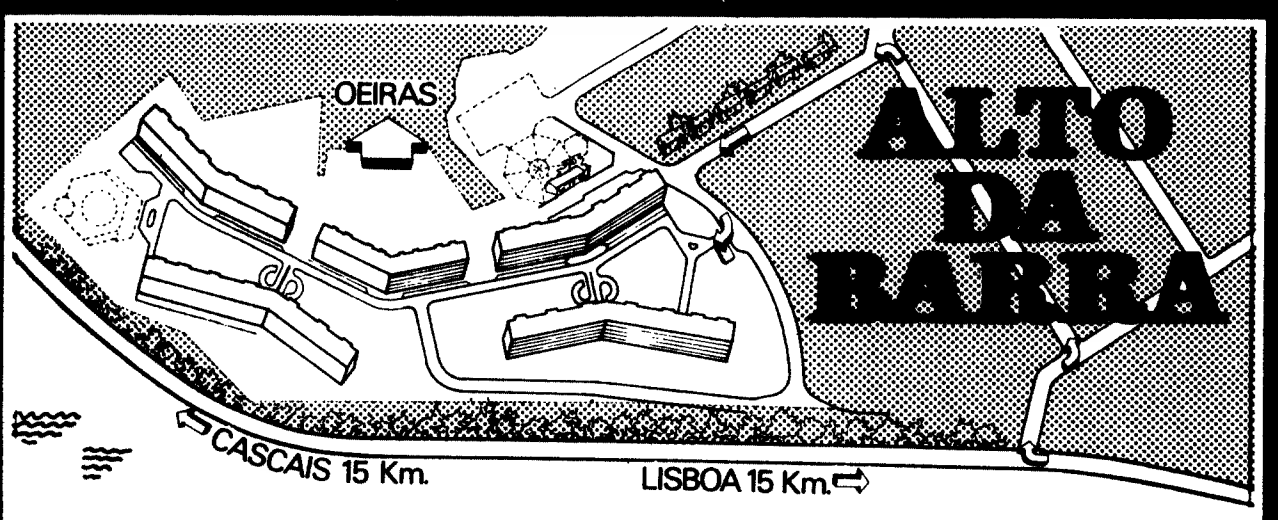
Enquanto se anuncia que o quarda-redes vimaranense José Maria é pretendido pelo Chaves, o técnico Mário Wilson fica impedido de contar com Ibraim, José Carlos e Rui Baptista, todos lesionados.

SPORTING

Moniz e José Carlos estão nos planos de Mário Lino para a concentração sportinguista emnrelação ao encontro contra a CUF.

DUAL
HI-FI
GIRA-DISCOS
AMPLIFICADORES
SINTONIZADORES
COLUNAS
ESTEREOFONIA
QUADRIFONIA
M. C. FERREIRA
Rua D. Estefânia, 48

Vá pelo caminho certo!
O único através do qual descobrirá o que são vantagens.
Um empreendimento diferente porque o espaço que lhe vendemos é um quase nada em relação ao que lhe oferecemos.



Uma comunidade urbana-privada-autónoma e seleccionada
MERCATOR S.A.R.L. - OEIRAS-TEL. 2433590

Bolsa de Lisboa

FUNDOS DE ESTADO

	Efect.	Compra	Venda
Cons. 2 3/4 %		510$	
Cons. 3 %	610$	610$	
Cons. 3 1/2 %		685$	
Centenários	1 510$	1 510$	
Tes. 5 % 57			1.000$
Tes 5 % 59			
Extern. 1.ª-s.		633$	
Extern. 1.ª-c.		635$	
Extern. 3.ª-s.			700$
Extern. 3.ª-c			730$
Caut. 3 ª-s.			

FUNDOS PÚBLICOS

A. Lx 6 %			
C. M. L. 5 3/4 %	990$		990$
C P. 5 1/2 % 67			
C. P. 5 1/2 % 68			930$
C. P. 5 1/2 % _ 69			
Corr. 5 3/4 %		900$	910$
Metr. 5 3/4 %			
Tur. 5 3/4 %		1.010$	
C. P. 6 3/4 %	1000$		1000$

ELÉCTRICAS

G. 5 % __ 58		800$	830$
G. 5 % _ 59		800$	830$
G. 5 % 62			
G. 5 % __ 63			
G. 5 % 64			
G. 5 % 65			
G. 6 % _ 67		960$	
G. 6 % __ 69			960$
G. 7 %	1.010$	1.005$	1.010$
H. E. A. A. 5 %			
H. E. C. 5 %	700$	700$	710$
H. E. C. 6 %			910$
H. E. D. 5 %		710$	
H. E. D. 6 %	890$	880$	900$
H. E. N. P. 5 %		755$	
H. E. S. E. 5 %			
H. E. S. E. 6 %		910$	
H. E. Z. 5 % __ 57			795$
H. E. Zêz. 6 %			
N. Elec. 5 %	740$	735$	745$
N. Elec. 6 %			940$
Termoel. 5 %			
U. E. P. 5 % __ 60		710$	
U. E. P. 5 % __ 63		770$	
U. E. P. 6 %			
U. E. P. 7 %		1000$	

DIVERSAS

A. P. T. 5 % __ 56			
A. P. T. 5 % __ 58			
Lisnave 6 %			
Nitratos __ 60			
Pet. 2.ª e 3.ª		900$	
Sacor 7 %	1.015$	1.015$	1.020$
Sacor 5 % _ 54			
Sacor 5 % _ 60			
Sid. 5 % _ 2.ª			
Sid. 5 % _ 3.ª			
Sid. 5 % __ 4.ª			
Socel 5 %		900$	
R Fabril __ 67		930$	
R. Fabril __ 68		930$	935$

ULTRAMARINAS

Carbonif. 5 %		
Rev. 5 % __ 57		
Rev. 5 % __ 59-60		650$
Moçambique 5 %		650$
Sonefe 5 %		825$

ACÇÕES

De Bancos

Agricultura	7.000$	6.995$	7.000$
Algarve	4.150$	4.100$	4.200$
Alentejo	4.400$	4.350$	4.400$
Angola		8.195$	8.200$
Borges & Irmão	12.800$	12.700$	12.900$
Crédito Predial	6.800$	6.800$	6.900$
Espírito Santo	23.900$	23.900$	
Fomento	7.900$	7.500$	7.900$
F. & Burnay			120.000$
Intercontinental Português	29.500$	29.500$	29.700$
N. Ultramarino - m.	10.000$	9.900$	10.000$
N. Ultramarino - c.	13.995$	13.950$	14.000$
Pinto & Sotto Mayor	21.990$	21.990$	22.000$
Portugal - n.		6.850$	
Portugal - p.	9.800$-	9.800$	10.000$
P. Atlântico	19.000$	18.900$	19.000$
Totta & Açores	13.800$	13.700$	13.900$
Pinto Magalhães	10.890$	10.890$	10.900$
Fernandes de Magalhães	8.000$	7.950$	8.000$

J. BURNAY, LDª
Notas estrangeiras
Papéis de credito
RUA DO OURO, 72 TEL. 321273

Banco Borges e Irmão

Indice de cotação das acções (Base Dez 65=100)

	19-10-73	24-10-73	26-10-73
GERAL	421,2	425,0	425,1
METROPOL	448,4	452,2	452,3
ULTRAM	221,5	225,8	225,8

De Seguros

Alentejo			
Bonança			
Império			
Mundial			
Soberaka			
Tranquilidade			

Eléctricas

C. P. E. - p.	1.230$	1.230$	1.240$
C. P. E. - n.	1.200$	1.200$	
E. Beiras	1.745$	1.740$	1.790$
G. Electricidade - c.	449$	445$	451$
H. E. A. A.	210$	210$	211$
H. E. N. P			390$
H. E. S. E.			
U. E. P.	235$	235$	240$

Ultramarinas

Ag. Cassequel			
Ag. Incomáti			
Ag. S. T. e P.			
Aç. Angola			
Alg. Angola			
Ang. Agricultura			
Boror			
Boror Com.			
Buzi			
Cabinda			
Com. Lobito			
D. A. __ T. 100			
H. E. Revué			
I. do Príncipe			
Moçambique			
Sonefe - n.			
Sonefe - p.			
Zambézia			

Diversas

Ag. Lx. - ant.			
Ag. Lx. __ 34		1.250$	1.300$
Ag. Lx. __ 36			
Cel. Guadiana	6.500$	6.500$	
C. Leiria - p.	47.000$	46.500$	47.000$
C. Tejo - p.	128.000$	125.000$	128.000$
F. Ramada	2.500$	2.500$	
Fornos Eléctricos	1.100$	1.100$	1.150$
P. Celulose	10.000$	9.950$	10.000$
Siderurgia - p.	19.000$	18.900$	19.000$
Siderurgia - n.	13.000$	13.000$	13.500$
Socel	7.900$	7.900$	8.000$
Cidla			
C. U. F.			
Intar			
Nitratos			
Petroquímica			
Sacor			
Tab. Portugal			
Tabaqueira			
U. F. Azoto			
Empor			
Ind. Aliança			
I. P. Colónias			
Nacional Navegação			
Navegação (Col.)			
P. Pesca			
Matur	4.990$	4.990$	5.000$
R. Marconi	3.200$	3.150$	3.200$
T. A. P.	2 157$		2.157$
Compal			
Salvor			
Penina			
Grão-Pará			
Lisnave			
Vidago, M. &P. Salgadas...	3.300$	3.300$	

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

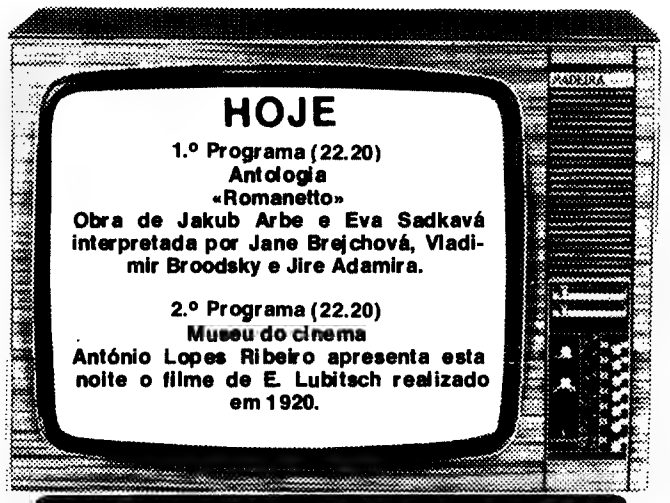
Atlântico	529$10	545$00
F. I. D. E. S.	286$90	295$50

COTAÇÕES

PAÍSES	COMPRAS	VENDAS
Africa do Sul Rands	$	$
Alemanha Marco	9$60	9$90
América		
Dollars de 1 e 2	22$80	23$80
Dollars de 5 a 20	23$10	24$10
Dollars de 50 a 1000	23$30	24$30
Argentina Peso Novo	$	$
Austria Schilling	1$30	1$36
Belgica Franco	$62	$65
Brasil Cruzeiro	3$00	3$80
Canadá		
Dollars de 1 e 2	22$00	23$00
Dollars de notas gr	22$40	23$40
Dinamarca Coroa	3$90	4$20
Espanha Peseta	$41	$435
França Franco	5$15	5$50
Holanda Florim	9$10	9$40
Inglaterra Libra	56$00	59$00
Italia Lira	$036	$041
Marrocos Dirham	$	$
Noruega Coroa	4$10	4$40
Suécia Coroa	5$40	5$75
Suiça Franco	7$70	8$05
Ouro		
Inglaterra Libra Isabel	730$00	790$00
Inglaterra 1/2 Libra	650$00	700$00
Ouro fino Barra	75$00	85$00

BANCO DO ALENTEJO
GESTAO DE CARTEIRAS DE TITULOS
TODAS AS OPERACOES BANCARIAS
Praça D. João da Câmara 18 - Telef. 328045
Rua do Ouro 52 - Telef. 30309

televisão



MADEIRA SIEMENS
ISTAND
O MAIS MODERNO TV COM ECRAN TOTAL

HOJE

1.º Programa

1.º Período

12.45 Abertura e desenhos animados
13.00 Saber não faz mal
13.15 Um ano sem domingo
13.45 Telejornal __ 1.ª edição
14.00 Fim-de-semana
14.20 Logo à noite

2.º Período

14.40 Ciclo Preparatório TV
19.00 TV Educativa
19.25 TV Infantil «O Diário das Fábulas»
19.30 Telejornal __ 2.ª edição
19.45 Eurovisão __ Directamente de Wembley o Campeonato da Europa de Ginástica
21.30 Telejornal __ 3.ª edição
22.00 Comunicação ao País do Presidente do Conselho Prof. Dr. Marcello Caetano
22.20 Antologia
23.10 Pequeno Concerto
23.35 Telejornal _ 4.ª Edição
23.45 Meditação e fecho

2.º Programa

20.30 Abertura e desenhos animados
20.45 Saber não faz mal
21.00 Um ano sem domingos
21.30 Telejornal __ 3.ª edição
22.00 Comunicação ao País do Presidente do Conselho Prof. Dr. Marcello Caetano
22.20 Museu de cinema
23.35 Fecho

AMANHÃ

1.º Programa

1.º Período

12.45 Abertura e desenhos animados __ O Feiticeiro do Oz
13.00 O caso da semana
13.15 Nova vida
13.45 Telejornal __ 1.ª edição
14.00 Hoje pode ver
14.00 Dó, lá, si __ Beat Club
14.25 Eurovisão __ Campeonato da Europa de Ginástica (senhoras)
15.45 Waltons __ 1.º episódio
16.25 Eurovisão __ Campeonato da Europa de Ginástica (senhoras)
17.05 Estúdio sem marcação
18.15 Skippi
18.40 A cozinha ao alcance de todos
19.05 Cartaz TV
19.30 Relejornal __ 2.ª edição
19.45 E a vida continua
20.00 Ensaio
20.00 Presença do Brasil
20.25 Se bem me lembro
20.55 Cabo Verde
21.30 Telejornal __ 3.ª edição
22.05 Charles Aznavour e as canções da sua juventude
22.45 Pesquisa __ Série de aventuras
23.50 Telejornal __ 4.ª edição
24.00 Fecho

2.º Programa

20.30 Abertura e desenhos animados __ O Feiticeiro do Oz
20.45 O caso da semana
21.00 Nova vida
21.30 Telejornal __ 3.ª edição
22.00 Médicos de hoje
22.50 Festival internacional de jazz de Cascais
23.50 Fecho

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. Josè	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

tempo

Situação do tempo

09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava limpo e o vento era fraco de Leste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	13º
PENHAS DOUR.	10º
COIMBRA	14º
PORTALEGRE	15º
LISBOA	14º
FARO	18º
FUNCHAL	20º

TEMPERATURAS EXTREMAS

ALVALADE
Máxima..... 27,0º
F. DE CASTELO RODRIGO
Mínima 2,1º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 16,0º
Atmosfera..... 17,0º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
3.53	4,1 m	9.33	0,8 m
16.13	4,1 m	21.49	0,8 m
Dia 27			
4.30	4,1 m	10.07	0,8 m
16.50	4,0 m	22.21	0,9 m
Dia 28			
5.06	4,1 m	10.41	0,9 m
17.27	3,9 m	22.53	1,0 m

PREVISÃO GERAL
ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu limpo; vento fraco predominando de Leste.

AMANHÃ

NASCER ÁS _ 7.58
OCASO ÁS _ 18.43

Dia 26 Dia 3 Dia 10 Dia 17

rádio

EMISSORA 1. PROGRAMA

16.00 Noticiário
16.05 Melodias do cinema
16.30 «Convívio» __ Programa da juventude
18.05 Música, só música
18.30 «Forças Armadas»
19.10 Passatempo musical
19.30 «Recordar é viver» por Maria Natália Bispo
10.00 O pianista Ami Alone
20.30 22.º episódio do folhetim «Poema Para uma Grande Orquestra»
10.50 Solos de orgão
21.00 Momento 73
21.30 A palavra e a voz __ pelo rev.º Padre dr. Videira Pires
21.45 Fantasia portuguesa
22.00 Música da Europa
23.05 De um dia para o outro __ por Fernando Correia
00.00 Fecho

Programa em MF 1 de Lisboa

23.00 Rádio Universidade
00.00 Junção com o 1.º Programa

2.º Programa

16.00 Ciclo do Barroco Italiano
16.45 Música da Vanguarda
17.00 Solos de cravo
17.30 O compositor do mês: Haydn
19.00 Música e músicos portugueses, por Nuno Barreiros
20.00 Diário sonoro
20.30 Música coral sinfónica inglesa __ Inscape op. 122 (Rubbra)
21.00 Repetição do 1.º concerto da série Concertos da E. N. realizado no Tivoli, em que colaboram a Orquestra Sinfónica da E. N. e a violinista Edith Volkaert, sob a direcção do maestro Silva Pereira.
23.00 Emissão em línguas estrangeiras
01.15 Fecho

Programa estereofónico __ MF 2

21.00 Música ligeira variada
22.00 Intercâmbio musical __ concerto no castelo de Bruhl
22.44 Pietà Signore (Stradella). Tenor Richard Verreau. Piano John Newmark.
22.53 2.ª parte do concerto no castelo de Bruhl
23.30 Sonata para flauta, viola e harpa (Debussy)
23.50 Concerto sinfónico
01.00 Fecho.

RÁDIO CLUBE Onda Média

15.45 Teatro trágico
16.00 Programa C. D. C.
18.00 Movimento
21.00 Rádio placard
21.30 Quando o telefone toca
22.03 Antiquário
22.30 Rubrica policial do inspector Varatojo
23.20 Tempo de fado.
23.30 No mundo aconteceu
24.00 PBX
02.00 A noite é nossa
06.00 Diário rural
07.00 Talismã

Modulação de Frequência

16.00 Noticiário
16.04 Programa CDC
18.02 O nosso programa.
19.04 Vértice
21.02 Boa noite em FM
22.02 Programa à gô-gô
23.00 Noticiário; programa à gô-gô (continuação)
00.02 Em órbita-dois
01.02 Banda sonora Sonipol
02.00 Perspectiva
03.00 Fecho

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 Diálogo
18.20 Boletim litúrgico
18.25 Terço e bênção da Basílica dos Mártires
19.00 (Jornal do serviço de noticiários e reportagens de R. Renascença)
19.30 Página 1
21.04 Meditando
21.08 Programa dos sócios
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Pentagrama
23.05 A 23.ª hora.

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Graça
Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

Rádio Peninsular
Das 10.00 às 12.00 e das 14.30 às 17.00

Clube Radiofónico de Portugal
Das 12.00 às 14.30

Rádio Voz de Lisboa
Das 17.00 às 19.30 e das 22.00 às 02.00

farmácias de serviço

LISBOA

(TURNO M-1

(ATÉ ÀS 22 HORAS)

ALCÂNTARA
Infante Santo, R so Olival, 290 (T 661003)
ALVALADE
Alentejo, Av da Igreja, 28-B T 712682), **Estados Unidos**, Av dos Estados Unidos da América, 16-B (T 725859)
ARROIOS
Brasil, R Alves Torgo, 29 (T 46843)
AVENIDAS NOVAS
Cardote, Av Visconde Valmor, 28-A (à Av da Republica) (T. 772291)
BAIXA
Frazão, R das Portas de Santo Antão, 72 (T 328180)
BENFICA
Vitex, E de Benfica, 373-B (T 780548)
CAMPOLIDE
Imparcial, R. General Taborda, 28 (T 680931)
CAMPO DE OURIQUE
Almeida, R. Silva Carvalho, 136 (T 681726)
CONDE REDONDO
Branco, Av. Duque de Loulé, 61 (T. 45048)
GRAÇA
Monte, R Senhora do Monte, 30-A (T. 867842)
LUMIAR
Patoleia, R. do Lumiar, 122 (T 790332)
MADRAGOA
Lys, R. da Esperança, 17 (T 660913)
OLIVAIS
Central, R Alferes Barrilaro Ruas, 7-C (Olivais-Norte) (T 315539)
PEDROÇOS
Restelo, R. Duarte Pacheco Pereira, 11-C (T. 610741)
PICHELEIRA
Marluz, C da Picheleira, 140-B (T 720703/728391)
RESTELO
Restelo, R. Duarte Pacheco Pereira, 11-C (T 610741)
SANTO AMARO
Santo Amaro, R Filinto Elísio, 29-A (T. 637070)
S. PAULO
Ultramarina, R. de S. Paulo, 99-101 (T. 321771)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sirius, R Fialho de Almeida, 38-A (T. 44000)

TURNO M-2

(TODA A NOITE)

AJUDA
Lídia, C da Ajuda, 170 (T 637318)
ALCÂNTARA
Probidade, R de Alcântara, 15-A (T 638589). **Infante Santo**, R. do Olival, 290 (T 661003)
ALFAMA
Anunciada, R do Vigario, 74 (T 866360)
ALTO DO PINA
Eusil, R Barão Saborosa, 104 (T 841912)
ALVALADE
Rainha Santa, R Afonso Lopes Vieira, 57-B (à Av do Brasil) (T 765262). **Belo**, Av de Roma, 53-A (T 776314)
AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (às Galinheiras) (T 790969)
ANJOS
Guerra, R Andrade, 32 (T 845513)
AREEIRO
Central, Av Paris, 2 (T 720820)
AVENIDAS NOVAS
Santa Maria, Av 5 de Outubro, 283-A (à Feira Popular) (T. 763016). **Saldanha**, Av Praia da Vitória, 53 (T. 43938)
BAIRRO ALTO
Durão, R Garrett, 90 (T 324166)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, P do Norte, 11 (T 311216)
BENFICA
Marques, E de Benfica, 648 (T 700096). **Vilex**, E de Benfica, 373-B (T 780548). **São João**, E da Luz, 124-A (T 783179)
CAMINHOS DE FERRO
Alves de Carvalho, R Vale de Santo António, 7-9 (T 480125)
CAMPOLIDE
Rualto, Alto de Varvalhão, 5-B (T 651721)
CAMPO DE OURIQUE
Condestável, R Coelho da Rocha, 119 (T 66606)
CHARNECA DO LUMIAR
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (T. 790969)
CHIADO
Durão, R Garrett, 92 (T 324166)
ESTRELA
Gama, C da Estrela, 130 (T 660339)
GRILO
Grijó, R do Grilo, 25 (T 385264)
OLIVAIS
Fernando Borges, R Cidade de Benguela, lote 300 (Olivais-Sul) (T 311091)
PENHA DE FRANÇA
Dimar, R. Conde de Monseraz, 17-B (842538)
S. MAMEDE
Cunha, R. da Escola Politécnica, 16 (T. 325455)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. Comb. G. Guerra, 166 (Telef. 213953)
CAXIAS
Nova, Rua Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039)
OEIRAS
Central, R. João Teixeira Simões, 18 (Telef. 2430058)
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (Telef. 2471054)
S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro (Telef. 263052)
ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (Telef. 260391)
CASCAIS
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Telef. 280170)
Nova, Est. de Alvide — Fontainhas (Telef. 281044)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marques de Pombal, lote 9 (Telef. 934589)
Campos, R. Elias Garcia, 185 (Telef. 930072)
Clabel, R. António Sardinha, 23-D (Telef. 938551)
DAMAIA
Confiança, Est. Militar, lote D (Telef. 9710231)
VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (Telef. 974161)
QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (Telef. 950045)
Correia, L. do Mercado, 3 (Telef. 950906)
CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Telef. 2942181)
MEM MARTINS
Química, Est. de Mem Martins, 285 (Tel. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)
SINTRA
Simões, R. Heliodoro Salgado, 26 (Telef. 980832)
COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Telef. 224020)
ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 8-A (Telef. 270242)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Est. Nacional, 174 (Telef. 224302)
BARREIRO
Moderna, R. D. Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (Telef. 2073443)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P. 5 de Outubro, 18 (Telef 270254)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Telef. 239029)
MONTIJO
Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (Telef. 230370)
SESIMBRA
Leão, Av. Salazar (Telef. 229471)
SETÚBAL
Bocageana, R. do Romeu (Telef. 23425)
Bairros, B.º Santos Nicolau (Telef. 23330)
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

PORTO

5.º TURNO

SUB-TURNO A

Almeida Cunha, Lda, Rua Formosa, 327 **Pereiro (de)**, Rua da Preciosa, 35 **Sampaio**, Rua de Cedofeita, 636 **Saúde** Av. Com. G. Guerra, 689 **Vaz Teixeira, Sucra**, Rua do Heroísmo, 56

SUB-TURNO B

Bírra, Praça da Liberdade, 125 **Costa Lima**, Av. da Boavista, 855 **Marques de Mendonça**, R. do Ameal, 251 **Monte Cativo**, R do Monte Cativo, 444. **São Jerónimo**, R Santos Pousada, 622

COIMBRA

TURNO B

Estádio, Rua do Brasil, 348 r/c (Tel 24410). **Miranda**, Pr.ª do Comércio, 41 (Tel 23261). **Batista**, Pr.ª da República, 910 (Tel 23747)

cinemas

LISBOA

ROXY (Tel. 48560)
14.00-16.30-19.00-21.45
(Grupo D - anos)
Kirk Douglas e Montgomery Wood em «UM HOMEM DE RESPEITO» Tão poderoso e implacável como French Connection

CONDES (Tel. 322523-326710)
14.00, 16.30 e 19.00 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Colorido. O mais belo filme de amor e de suspense! O filme de René Clement. «À LUZ DO SOL», com Alain Delon, Marie Laforet e Maurice Ronet.

ESTÚDIO 444 (Tel. 779095)
15.30-18.30-21.45-00.15
Grupo D (18 anos)
Technicolor. 3.ª semana!
Um filme de Kenneth Loach. «VIDA EM FAMÍLIA» Hoje e Amanhã as 00.30 H «Cinema foras de horas» Grupo D (18 anos) «VIDA EM FAMÍLIA» A partir do dia 28 todos os domingos às 11 horas da manhã Grupo A (6 anos) «PIPI DAS MEIAS ALTAS»

ROMA (Tel 727778)
15.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Eastmancolor. Um filme de Claude Lelouch «A MULHER E O PATIFE» Com Lino Ventura e Françoise Fabian.

VOX (Tel. 720808)
15.15 - 18.30 e 21.45
zgrupo D (18 anos)
Technicolor. Panavision. Robert Bolt apresenta «LADY CAROLINE» com Sarah Milles e Richard Chamberlain

ESTÚDIO (Tel. 55310)
15.30-18.30-21.45-0015
Grupo D (18 anos)
4.ª semana. A obra prima de Nagisa Oshima «O ENFORCAMENTO».
Hoje e amanhã às 00.15
Grupo D (18 anos)
«O ENFORCAMENTO»
(Metro Alameda)

SATÉLITE (Tel. 50595)
15.30-18.30-21.45-00.15
Grupo D (18 anos)
5.ª Semana! Um filme de Alain Tanner (realizador de «O último a rir) «O REGRESSO DE ÁFRICA»
Hoje e amanhã às 00.15
Grupo D (18 anos)
«O REGRESSO DE AFRICA»

ESTÚDIO APOLO 70 (Tel. 73318)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
11.ª Semana! Technicolor. Um filme de Ha, Ashby. «ENSINA-ME A VIVER», com Ruth Gordon e Bud Cort. Hoje às 24.00. O Riso da meia Noite
(Grupo D - 18 anos)
«ENCONTRO COM UMA MULHER SO» de Herbert Ross

CINEMA CASTIL (Tel 630194)
14.30 - 16.45 - 19.00 e 21.45
Grupo C (14 anos) 2.ª semana!
Technicolor. Grande Prémio do Festival de Cannes Gian Maria Volonte «O CASO MATTEI» Um filme de Francesco Rosi (Estacionamento Parque Castil)

S. JORGE (Tel. 54154/ 54153)
15.00 - 18.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
Exito em 3.ª semana. A deliciosa comédia de Billy Wilder «AVANTI AMOR À ITALIANA» com Jack Lemon e Juliet Mills

EUROPA (Tel 651016)
15.15 e 21.30
Amanhã e domingo
18.30
(Grupo A - 6 anos)
«PIPI DAS MEIAS ALTAS» Eastmancolor

LONDRES (Tel. 731318)
14.15 - 16.30 - 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Colorido. Imagine o crime perfeito... depois de um passo em frente. Laurence, Olivier e Michael Caine. «AUTOPSIA DE UM CRIME». Um filme de Mankewicz.
Hoje à meia noite e quinze
(Grupo D - 18 anos)
Retrospectiva «Dicionário de Realizadores» Alfred Hitchcock - «SUSPEITA» Com Gary Grant - Snack-bar-pub (The Flag

CINEARTE (Tel. 6604446)
15.30 e 21.30
Grupo B (10 anos)
37.ª semana! «CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITA» com Terence Hill e Bud Spencer.
Às 15.30 H. Grupo D (18 anos)
«O POCO DO ÓDIO»

ROYAL (Tel 865037)
15.00 e 21.00
(Grupo D - 18 anos)
«VIAGENS COM A MINHA TIA» e em complemento «JOVENS FUGITIVOS»

CASINO ESTORIL (Tel. 462644862)
17.00 e 21.30
(Grupo B - 10 anos)
«O MAIOR ESPECTÁCULO DO MUNDO» Com Charlton Heston e Cornel Wilde - Technicolor

MUNDIAL (Tel. 538473)
15.15 - 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Eastmancolor. Um filme de Claude Lelouch «A MULHER E O PATIFE» com Lino Ventura e Françoise Fabian.

MONUMENTAL (Tel. 551310)
15.15 e 21.30
Grupo C (14 anos) 2.ª semana!
Technicolor «GODSPELL»

RESTELO (Tel. 610375)
(Grupo B - 10 anos) 5.ª Semana em continuação de estreia «TRINITA E SARTANA CONTRA TODOS» Com Robert Widmark e Harry Baird. Technicolor

EDEN (Tel. 320768)
ESTREIA às 21.45
(Grupo D - 10 anos)
Lea Massari e Craig Hill «OS AMBICIOSOS TAMBÉM MORREM» Colorido
15.30 e 18.30
(Grupo D - 18 anos)
«BONITAS DEMAIS PARA SEREM HONESTAS»

ODEON (Tel. 32623)
15.15 - 18.15 e 21.30
Grupo C (14 anos). 4.ª Semana! Color «SIMPLESMENTE MARIA» Com Saby Kamalich e Braulio Castillo

AVIZ (Tel. 47163)
15.15 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Color. 3.ª semana!
Saby Kamalich, Baulio Castillo «SIMPLESMENTE MARIA»

POLITEAMA (Tel. 326305)
15.15 - 18.15 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Eastmancolor. Analia Sade Stephen Boyd e Jean Sorel. «MIL MILHÕES POR UMA LOIRA»
As 00.30 H Grupo D (18 anos)
Ciclo TERROR À «MEIA-NOITE».
Hoje «OS OLHOS DA NOITE» e amanhã «PROVEM O SANGUE DE DRÁCULA»

TIVOLI (Tel. 50595)
15.00 e 21.30
Grupo D (18 anos)
4.ª semana! Nome: Chacal! Profissao: Assassino! Alvo: Degaulle «CHACAL» o Filme de Fred Zinnemann.

IMPÉRIO (Tel 555135)
15.00 - 18.-5 e 21.30
Grupo C (14 anos)
Panavision Technicolor. 2.ª semana Um filme de Luchino Visconti «LUIS DA BAVIERA» com Romy Schneider e Helmut Berger. (Metro: Alameda)

BERNA (Tel. 776098)
15.15 - 18.30 e 21.45
Grupo C (14 anos) 2.ª Semana! Technicolor. Panavision. Um filme de Franco Zeffirelli. «S. FRANCISCO DE ASSIS»

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Um padre à italiana»

A. B.C.
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Tudo a nu»

CASA DA COMEDIA
22.00 (18 anos)
«Oh Papá pobre Papá, a Mamã pendurou-te no armário e eu estou tão triste».

VILLARET
21.00 e 23.00 (18 anos)
«O ovo»

MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Ver, ouvir e calar»

VASCO SANTANA
21.45 (18 anos)
«Cândido»

LAURA ALVES
21.45 (14 anos)
«O Misantropo»

MONUMENTAL
21.45 (18 anos)
«Que medo, senhor Alfredo»

LISBOA/Cinemas

OLÍMPIA
19.00 (14 anos)
«Joe Dakota»

CINE MOSCAVIDE
21.00 (18 anos)
«As cicatrizes de Drácula»

SACAVÉM
S. José
21.00 (18 anos)
«Amor e sofrimento»

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«Homens sem amanhã»

JARDIM CINEMA
21.30 (18 anos)
«Quando elas tinham cauda»

PARIS
21.00 (18 anos)
«Os revoltados do Cano»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Stadium
21.30 (14 anos)
«Troianas»

ESTORIL
Casino
17 e 21.30 (10 anos)
«O Maior Espectáculo do Mundo»

Palácio
21.30 (10 anos)
«A Grande Valsa»

CASCAIS
S. José
21.30 (10 anos)
«Lucky Luke, o Destemido»

LINHA DE SINTRA

VENDA NOVA
Cine-Portugal
21.30 (18 anos)
«Perseguição»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«A 10.ª Vítima»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«O Ladrão veio para jantar»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (10 anos)
«As Pupilas do sr. Reitor»

PORTO/Cinemas

CIRCO DE PARIS
21.30 (10 anos)
«Alabama Bros Circos»

S. JOÃO
15.30 (18 anos)
«A Casa dos desejos»

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«O vício mora a meu lado»

OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Entre o crime e a lei»

COLISEU
21.30 (10 anos)
«A Aventura do Poseidon»

CARLOS ALBERTO
21.30 (14 anos)
«A morte chega a assobiar»

JÚLIO DINIS
21.30 (14 anos)
«Atila»

RIVOLI
21.30 (18 anos)
«Cães de palha»

ÁGUIA D'OURO
21.30 (18 anos)
«Barba azul»

VALE FORMOSO
15.30 (14 anos)
«O Direito de nascer»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O charme discreto da burguesia»

BATALHA
21.30 (18 anos)
«Getaway»

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Qaundo o amor acaba»

COIMBRA

TIVOLI
21.30 (18 anos)
«Amante infiel»

GIL VICENTE
21.30 (10 anos)
«A colina dos sarilhos»

AVENIDA
21.30 (18 anos)
«Zapata»

BARS BOITES

DANCINGS

NINA — **Dancing** com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13. Tel. 34859-365167.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **Tel.s 26461-264526-264596-264521-264046.**

HIPOPÓTAMO — Com Mário Simões. Encerra aos domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. Tel. 48384.**

SOLAR DA HERMÍNIA — Hermínia Silva, hoje e sempre. **Largo Trindade Coelho, n.º 10-11.** Encerra aos domingos. **Tel. 320164.**

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias, Encerra aos domingos. **Av. Duque de Loulé, 69. Tel. 534117.**

SAN-PAYO — Bar-boite c/ música constante Aberto até às 5 h. da madrugada. **Rua Rodrigues Sampaio, 34. Tel. 561422** (Ar condicionado).

CACO — **Dancing** com música ambiente, com singular quarteto. **Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.**

ESTABELECIMENTOS DIVERSOS

EXPOSIÇÕES

ARCADAS DO PARQUE Pinturas de Maria Fernanda Amado (das 10 às 22 h)

BELAS ARTES Pinturas de Matos Portugal e Carlos Saldanha (das 14 às 20 h)

CASINO ESTORIL Trabalhos de Olabarrieta, Ana Vaz e Clemen Bello (das 15 às 3 h)

FUNDAÇÃO GULBENKIAN Trabalhos de Manesier (das 10 às 19 h.)

PALÁCIO FOZ: Trabalhos de Capital (das 15 às 19h.)

DIPROVE Xilogravuras de Salvador Dali Das 15 às 21 horas

JUDITE DACRUZ Tapeçarias de Kroner (das 10 às 13 e das 15 às 19h)

PALACIO FOZ Retrospectiva de pintura de Fausto Sampaio e trabalhos de Capita (das 15 às 19h.)

PALÁCIO VALENÇAS (Sintra) Trabalhos de Domingos Saraiva e Pedro Saraiva (das 14 às 20 h.)

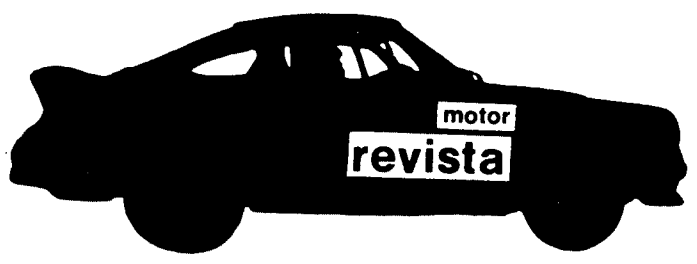
PRISMA-73 Pinturas de Lisa Chaves Ferreira (das 10 às 13 e das 15 às 19h)

S. FRANCISCO Gravuras de Miro, Tapies e Millars (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.)

S. MAMEDE Desenhos de Amadeo DE Souza Cardoso e pinturas de Marina Obo (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.)

YELA Oleos da pintora americana Nadine Hoskins (das 10 às 13 e das 15 às 19h)

PALÁCIO DOS CONGRESSOS (Estoril) XI Salão de Arte Moderna (das 11 às 13 e das 15 às 19 h.)



DL
PENASCENÇA GRAFICA S. A. R. L
PROPRIETARIO DO
DIARIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
REDACÇÃO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º, 2.º E 4.º
TELEF 654531/2 3 4
SERVIÇOS TECNICOS
RUA LUZ SORIANO 44
RUA DA ROSA 57
END TEL DIBOA TELEX 1363
LISBOA PORTUGAL

O JULGAMENTO DO PADRE MÁRIO

PORTO, 26. — O padre Mário Pais de Oliveira, pároco da freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras, voltou ontem ao 2.º Juizo Criminal do Porto, onde responde pelo mesmo tipo de acusação de que anteriormente foi absolvido: crime contra a segurança do Estado. Preside o desembargador dr. Morais Campilho, sendo assessores os corregedores drs. Figueiredo de Sousa e Simões Ventura. No lugar do Ministério Público o dr. Gil Augusto dos Santos e como defensor o advogado portuense dr. José da Silva, que já no julgamento anterior havia defendido o réu. Estiveram presentes na sala os pais do padre Mário, sr. David Gomes de Almeida e D. Maria Alice dos Santos. O réu, de 36 anos de idade, nasceu na freguesia de Lourosa, Vila da Feira e residia, à data da prisão, em Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras.

O delegado do Ministério Público requereu que fossem notificadas de novo as testemunhas de acusação faltosas, para que não se tenha de adiar o julgamento, devendo os depoimentos dos faltosos justificados ser supridos pela leitura dos seus depoimentos escritos nos autos e, quanto aos faltosos não justificados, serem aplicadas as sanções legais. O juiz deferiu o requerimento, nomeadamente quanto a requisição dos faltosos e aplicação das sanções legais, sendo, desde logo, as testemunhas de acusação, residentes na comarca, Pinto Resende e Solari Alegro, condenados na multa de 200$00 e respectivo imposto de justiça.

Identificado o réu, o juiz-presidente leu a acusação a pedido do dr. José da Silva (**o meu constituinte não sabe oficialmente do que é acusado** — interveio na altura em que o dr. Morais Campilho iniciava já perguntas ao réu). Com diversas considerações sobre a guerra do Ultramar o texto acusatório cita duas homílias proferidas pelo réu, consideradas lesivas da política de integridade territorial constitucionalmente prescrita e instigadoras da deserção, integrando crime contra a segurança do Estado.

Ainda a pedido do advogado do réu, o juiz-presidente concordou com a leitura da contestação, o que foi feito de seguida pelo dr. José da Silva. No essencial, a contestação divide-se em quatro partes: contexto político do processo e da acusação: a série de acusações, a actuação e personalidade do reu, o direito.

Na parte relativa ao contexto político do processo a contestação refere os nomes de Amadeu de Vasconcelos e dr. Torquato de Sousa Soares e os artigos escritos nos jornais «A Ordem» e «Palavra» e «A Resistência», que considera como elementos decisivos na série de factos que levaram a este processo.

Dada a palavra ao réu, este declarou manter as afirmações trazidas a tribunal pelo seu advogado e prestar-se aos esclarecimentos necessários para o apuramento da verdade.

O réu foi depois interrogado pelo representante do Ministério Público e pelo juiz assessor dr. Simões Ventura, com diversas intervenções do advogado de defesa e do presidente do Tribunal quanto aos termos abordados e formalidades legais. Finalmente, o réu respondeu a perguntas do seu advogado.

E diversas expressões constantes da acusação, às quais o réu deu um esclarecimento e um sentido, baseando-se na realidade por si experimentada nas escrituras e na palavra de Paulo VI. O julgamento, interrompido ao fim da tarde, prossegue na terça-feira.

DL /NACIONAL

A LUTA CONTRA O CANCRO
Fim de um pesadelo?

Continuação da pag. 1

A conferência de Imprensa realizou-se a propósito da próxima jornada de solidariedade nacional, durante a qual mais de 4000 pessoas procurarão obter fundos destinados a cobrir as despesas com assistência a cargo da Liga.

Esta instituição teve origem em 1931 com a criação de uma «Comissão de Iniciativa Particular da Luta Contra o Cancro». Em 4 de Abril de 1941 foram aprovados os estatutos da Liga Portuguesa Contra o Cancro, associação cultural e de serviço social destinada a trabalhar em íntima colaboração com o Instituto Português de Oncologia. Dos seus objectivos constam cláusulas que visam promover a cooperação com o Instituto Português de Oncologia na montagem e coordenação do serviço social e a propaganda das noções elementares sobre o cancro, seus primeiros sintomas e estados pré-cancerosos, educando o público na consciência da gravidade do mal e procurando chamar os doentes à cura. A Liga tem tido uma acção intensa no sentido de aliciar o público a acorrer espontaneamente à consulta de Profilaxia do cancro que funciona no Instituto Português de Oncologia.

UMA VIDA HUMANA VITIMADA EM CADA 15 SEGUNDOS

A propósito ainda da jornada de solidariedade nacional dos dias 31 de Outubro e 1, 2 e 3 de Novembro, os dirigentes da Liga lembram através do documento já referido que 60 por cento das mortes são hoje atribuidas às doenças cancerosas e cardíacas e que mais de dois milhões de pessoas morrem anualmente vitimadas pelo cancro ascendendo a mais de cinco milhões o número de doentes em todo o Mundo que sofrem daquele mal. O cancro, que ceifa uma vida humana em cada quinze segundos mata, na Europa, uma pessoa em cada 74 segundos. Nos últimos dez anos, as mortes por cancro aumentaram cerca de 20 por cento mas está provado que o diagnóstico precoce da enfermidade poderia ter salvo 80 por cento das vítimas.

No seu documento, os médicos que dirigem a Liga Portuguesa Contra o Cancro afirmam: «Estes números são assustadores mas a vontade humana pode superar quase todas as barreiras. A defesa está ao alcance de todos, embora se verifique que a maioria do público continua a dedicar pouca importância a este momentoso problema. Para a manutenção do automóvel, a Alemanha Ocidental, por exemplo, tem feito muito mais do que para a conservação da saúde. Um inquérito de opinião esclarece que 77 por cento das mulheres e 68 por cento dos homens levam regularmente o seu carro para revisão, enquanto apenas 33 por cento vão ao médico para se submeterem a um exame preventivo. Entretanto, detectado a tempo e horas, o cancro é curável.»

"Novas Cartas Portuguesas"
Julgamento adiado por três meses

O julgamento das **Novas Cartas Portuguesas** prossegue em 31 de Janeiro de 1974. A primeira audiência, que depois de sucessivos incidentes e adiamentos se realizou durante o dia de ontem., foi declarada secreta, decorrendo à porta fechada.

Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, as três autoras do livro em cujos textos se consubstanciariam crimes de **ofensa à moral pública**, e ao editor Romeu de Melo, apresentaram prolongadas exposições ao juiz dr. Galina Barbosa.

O livro inciminado — cuja edição portuguesa foi apreendida pelas autoridades

As **Novas Cartas Portuguesa** (título que retoma o das **Cartas Portuguesas** ou **Cartas de uma Religiosa Portuguesa**, um clássico europeu da literatura amorosa), são uma montagem de textos de ficção, ensaio e poesia sobre o estatuto sexual e social da mulher.

Estudantes em tribunal

PORTO, 26 — Na audiência de ontem, no Tribunal de Polícia, presidida pelo dr. juíz Ary Elias da Costa, do julgamento de 90 estudantes acusados de não pagarem a multa referente a uma manifestação em que tomaram parte, aquando de um festival de coros universitários, foram ouvidas as testemunhas de defesa José Manuel Duarte Prezas Fernandes, Adolfo Augusto Pera Lopes e eng. Ventura Soares Rufino, assistente da Faculdade de Engenharia, e como declarante Maria Leonor Nogueira Coelho Moreira.

O julgamento prossegue.

A explosão do Lavradio

«Não temos quaisquer pormenores a acrescentar» — afirmaram-nos esta manhã (9 e 30), elementos do aquartelamento da GNR do Barreiro quando por nós interrogados sobre a morte do menor António Celso do Carmo, vítima da explosão de um engenho nos terrenos próximos da casa que habitava no Lavradio.

O acidente, como é do conhecimento público, registou-se ontem ao começo da tarde.

Tendo-nos sido dito naquele aquartelamento que entrássemos em contacto com o posto urbano da GNR do Barreiro, foi-nos aqui respondido que «mais nada se sabia».

As investigações, entretanto, prosseguem, interrogando-se as autoridades sobre que elementos teriam colocado o engenho.

PONTE SOBRE O RIO LIMA

A Junta Autónoma das Estradas foi autorizada a celebrar contrato para a execução da empreitada de construção da ponte sobre o rio Lima, em Ponte de Lima, na estrada nacional n.º 201, pela importância de 27 046 650$00. A construção deverá terminar em 1975.

NOTAS VÁRIAS

INSTITUTO DE ODIVELAS

O chefe do Estado presidiu à abertura solene do novo ano lectivo do Instituto de Odivelas. «Crescer é nascer para uma vida melhor» — disse a directora daquele estabelecimento, dr.ª Deolinda dos Santos, referindo-se às alunas que ali se preparam para a vida. Prémios escolares foram entregues às alunas que mais se distinguiram no ano transacto.

PESCADORES AGRADECIDOS

O secretário de Estado do Trabalho e Previdência, na visita que fez ao Algarve, assistiu em Lagos à homenagem dos pescadores ao almirante Henrique Tenreiro. Usando da palavra, o dr. Silva Pinto referiu-se às actuais pensões de invalidez, velhice e sobrevivência e aos subsídios por morte. Disse também que o Fundo de Desemvolvimento da Mão-de-Obra despendeu já no apetrechamento das Escolas de Pesca a quantia de 38 660 contos.

PONTE DE LIMA MEDALHA DE OURO PARA RUI SANCHES

A primeira medalha de ouro do concelho de Ponte de Lima foi entregue ao ministro das Obras Públicas. Motivo: o terem merecido sempre grande interesse ao eng.º Rui Sanches as pretensões locais. A construção da nova ponte em Ponte de Lima suscitou o maior júbilo dos últimos tempos junto dos limianos.

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

AVISO AOS CONSUMIDORES

Trabalhos inadiáveis para a boa conservação das redes obrigam-nos a interromper, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica no próximo Domingo, nos seguintes Sectores e Zonas:

1.ª Zona — **Concelho de Cascais — S. PEDRO DO ESTORIL:** Rua Nunes dos Santos, Rua Sacadura Cabral, Rua 9 de Abril, Rua dos Lusíadas, Rua 5 de Outubro e imediações. (Das 8 às 14 horas).

CASCAIS — BAIRRO DO ROSÁRIO: Av. Nossa Senhora do Rosário, Rua Bartolomeu Dias, Rua Afonso Baldaia, Rua Nicolau Coelho, Rua João Afonso Taveiro, Trav.ª Pedro Escobar, Rua João de Santarém, Rua Gonçalo Velho Cabral, Rua Pedro de Sintra, Rua Dinis Dias, Rua Gil Eanes, Rua Diogo Cão, Trav.ª Diogo Cão, Av. Pedro Álvares Cabral, Rua Pero de Alenquer, Rua Rui de Sequeira, Rua António da Nola e imediações. (Das 8 às 14 horas).

2.ª Zona — **Concelho de Sintra:** Cabrela e Almorquim. (Das 8 às 14 h.).

CHEFE DE PESSOAL

Para empresa internacional do ramo automóvel de grande projecção, nos arredores de Lisboa.

REQUESITOS:

— Licenciatura em Direito, I.S.C.E.F. ou Engenharia.
— Experiência de legislação de trabalho.
— Experiência de recrutamento e gestão de pessoal.
— Conhecimentos da língua inglesa.

OFERECE-SE

— Retribuição e integração a nível dos quadros superiores da empresa.
— Regalias sociais: 13.º mês e subsídio de férias.
— Esquema especial de transporte automóvel.
— Admissão imediata.

Envie «curriculum» para este jornal ao n.º 954 e indique-nos o nível de retribuição pretendido.

FUNDAÇÃO RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA
MUSEU-ESCOLA DE ARTES DECORATIVAS
CURSO SEMESTRAL DE TÉCNICAS DECORATIVAS

Começa dia 7 de Novembro às 18,30 horas.
Inscrições e informações na Rua de S. Tomé, 90 (ao Largo das Portas do Sol).

mesa redonda

EXPLICAÇÃO SOCIOLOGICA PARA A VER-O-MAR NAS Pags. 4 e 5

CONVENÇÃO CONTRA O GENOCÍDIO

O genocídio é a deliberada destruição total ou em parte de um grupo nacional, étnico ou religioso, tal como é definido numa Convenção das Nações Unidas aprovada em 1948 e agora recordada como texto de renovada actualidade. O crime de genocídio é quase tão velho como a humanidade, mas o século XX tem batido todos os recordes. Após os massacres nazis — mas será preciso lembrar que muitos outros crimes de guerra se lhes têm seguido? — o Tribunal de Nuremberga alargou o conceito de criminosos de guerra, que além dos culpados de violação da paz e costumes da guerra, abarca os autores de «crimes contra a humanidade», mesmo que os actos não infrinjam as leis internas do país em que foram cometidas. Passou a ser evidente que tais crimes ultrapassam a esfera de competência interna do país que os cometeu e que por isso deverão ser julgados por uma instância supranacional, única maneira de evitar que os estados soberanos sejam impunes. A partir de 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas passou a incluir o genocídio entre os crimes contra o «direito das gentes» e que os seus autores devem ser punidos, quaisquer que sejam os motivos das acções praticadas.

Cabem dentro do conceito de genocídio e devem ser punidos como tal o massacre físico das pessoas; os actos que atingem a sua integridade física ou mental (incluindo as decisões que sujeitam intencionalmente um grupo a condições de existência que possam lesar por consequência tal integridade; as medidas tendentes a impedir os nascimentos dentro de um grupo racial; a transferência forçada de crianças de um grupo para outro. De acordo com a Convenção devem também ser punidos como genocídio a preparação, o incitamento público e directo, a tentativa e a cumplicidade de genocídio.

Qualquer pessoa acusada destes crimes deverá ser julgada indiferentemente da sua posição hierárquica dentro da sociedade, não se admitindo imunidades. Podem portanto ser julgados os governantes, os funcionários, os chefes de Estado ou quaisquer pessoas investidas em cargos públicos, e os simples particulares.

OS PAÍSES SIGNATÁRIOS

Apesar de ter sido inicialmente marcada a data de 31 de Dezembro de 1949 para termo do prazo de assinatura da Convenção, apenas quarenta estados a tinham ratificado nessa data, o que levou as Nações Unidas a manter abertas as inscrições. Neste momento, a Convenção já foi ratificada por 76 países, incluindo alguns não membros que aceitaram o convite das Nações Unidas nesse sentido.

Nota-se a ausência de alguns países, que se esperava estarem dispostos a aceitar o convite insistente da Assembleia Geral e do Conselho Económico e Social das Nações Unidas. É o caso dos Estados Unidos e de Portugal, que no entanto, como se impunha, assinaram a Carta das Nações Unidas. Desconhece-se a razão da ausência dos Estados Unidos, mas de qualquer modo explica-se que sem o acordo dos Grandes não tenha ainda sido possível criar o Tribunal Criminal Internacional.

TRABALHADORES CABO-VERDIANOS PROCURAM PROMOVER-SE

A presença de trabalhadores cabo-verdianos em Portugal levanta alguns problemas que não podem passar despercebidos a quem tiver um mínimo de consciência. Segundo um inquérito «ad hoc» realizado despretensiosamente por um grupo de estudantes de Almada, a maioria dos trabalhadores emigra para cá na esperança de poder passar depois para a Europa. O seu destino é tentar a emigração; muitos dos que agora se encontram nos arredores de Lisboa a trabalhar nas «obras» já tinham emigrado para S. Tomé e Príncipe, donde acabaram por sair porque os salários lá não eram compensadores.

O inquérito apurou que as principais causas apontadas para a saída de Cabo Verde são a seca (agora no quinto ano consecutivo).

Os problemas que mais angustiam são o abandono e isolamento, a falta de alojamento e as más condições das casas que lhes são destinadas, a falta de preparação profissional, a discriminação nos salários, a que vem juntar-se o desconhecimento dos direitos do trabalho.

Na cidade de Almada, o grupo de estudantes lançou uma iniciativa de promoção dos cabo-verdianos. Inscreveram-se na escola mais de setenta emigrantes, entre os quais 45 analfabetos. O grupo tem feito uma evolução interna bastante interessante, a avaliar pelo testemunho publicado na revista «Migrações e Turismo», da Comissão Episcopal das Migrações. Pretendeu-se muito mais do que ensinar a ler e escrever, considerando-se que era imprescindível informá-los dos seus direitos de trabalhadores, ao mesmo tempo que se pretende criar condições para que se revelem os chefes naturais a quem competirá mais tarde a animação do grupo.

O isolamento a que se encontram sujeitos prejudica o aproveitamento dos tempos livres. Eles têm os problemas de qualquer operário português acrescidos dos que são provocados pelas diferenças culturais. A revista descreve a situação nestes termos: **Vivendo à margem da sociedade, em condições de alojamento indignas, proibidos de entrar nos bares por serem sujos, alguns ocupam o tempo na bebedeira, outros recebendo visitas de patrícios, outros em conversa com amigos.**

Mas o isolamento é cada vez mais sentido, o que levou o grupo a pedir uma missa no local de trabalho, em vez de se dirigirem à igreja.

assim vai o mundo

● EDUCAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS

O Instituto Max Planck de Investigação Pedagógica, de Berlim, na República Federal Alemã, publicou recentemente os resultados de um estudo sobre educação política.

As centenas de alunos, com idades entre os 17 e os 19 anos, foram ministradas 16 a 24 horas de aulas sobre o tema «Nação, pátria, consciência nacional, nacionalismo». Nenhum aluno frequentara, anteriormente, qualquer curso em que fosse tratado este tema.

Para testar os resultados do ensino, foram constituídos três grupos de alunos: o primeiro grupo era constituído pelos alunos a quem fora ministrado o ensino segundo um programa rígido; o segundo grupo (primeiro grupo de controlo) assistiu a aulas em que era deixada uma grande liberdade de iniciativa aos professores; o terceiro grupo (segundo grupo de controlo) não frequentara as aulas sobre aquele tema.

Quanto ao primeiro grupo, verificou-se que as atitudes políticas das raparigas foram mais influenciadas do que as dos rapazes. Pelo que toca ao segundo grupo, as atitudes políticas dos rapazes sofreram maiores alterações, verificando-se, simultaneamente, um agravamento dos ressentimentos nacionalistas das raparigas.

«A experiência mostra, diz-se nas conclusões do estudo, que é possível influenciar as atitudes políticas dos alunos do terceiro ciclo do ensino secundário, mediante cursos relativamente breves. As atitudes políticas adquiridas revelam-se estáveis. E mostra que, apesar da coeducação escolar, os rapazes e as raparigas têm atitudes políticas diversas e que reagem diferentemente à educação política.»

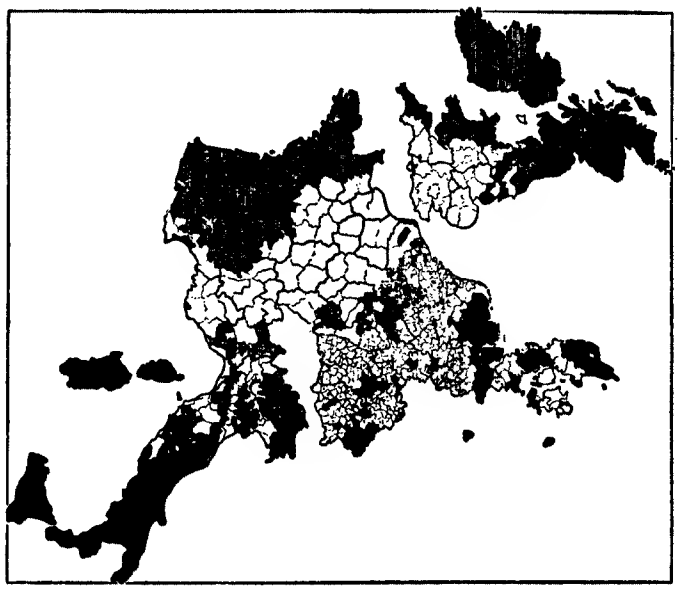
● GREVE HÁ DEZASSETE MESES NUMA FÁBRICA NORTE-AMERICANA

Três mil «chicanos» (norte-americanos de origem mexicana), operários de uma fábrica produtora de calças e «macacos» de trabalho da cidade texana de El Paso, mantém-se em greve há dezassete meses, com o apoio da União dos Trabalhadores Têxteis Americanos (A.C.W.A.). As reivindicações dos trabalhadores são múltiplas, nomeadamente quanto à falta de estabilidade de emprego, ritmos de trabalho considerados insuportáveis e especialmente ausência de reconhecimento de direitos sindicais — tal como sucede, de resto, com os trabalhadores das vinhas da Califórnia.

A luta dos trabalhadores da empresa «Farah» já se desenvolve há seis anos, mas foi em Maio do ano passado que o conflito entre os trabalhadores e a empresa entrou na fase mais aguda, com a passagem à greve dos três mil trabalhadores. Anteriormente, quando os trabalhadores tentaram formar um sindicato próprio com o apoio da A.C.W.A., a empresa reagiu imediata e violentamente no sentido de os despedir. Desta forma, 250 trabalhadores foram despedidos pela «Farah» desde o começo da acção sindical, verificada em 1969.

A circunstância de os «chicanos» se verem forçados a lutar por um direito reconhecido aos trabalhadores norte-americanos — os quais, na própria cidade de El Paso, gozam de salários muito mais elevados por estarem sindicalizados — constitui mais um exemplo claro da discriminação racial, económica e social de que continuam a ser vítimas. Os grevistas contam, todavia, com a solidariedade de várias entidades, nomeadamente do bispo de El Paso, monsenhor Sydney Metzger, que lançou um apelo aos bispos americanos e pediu publicamente aos armazéns de retalho que boicotem os produtos da «Farah». «Sem um esforço de solidariedade nacional2 — escreveu o prelado — «os trabalhadores de El Paso serão esmavados». O boicote parece eficaz, dado que muitos armazéns estão neste momento a procurar adquirir os mesmo artigos de vestuário noutros fabricantes.

Por seu turno, a Confederação Mundial do Trabalho convidou todas as organizações sindicais suas filiadas a participar no boicote aos produtos «Farah» nos seus países e a manifestarem, de todas as formas possíveis, a sua solidariedade aos trabalhadores que há tantos meses se encontram a lutar pela defesa dos seus legítimos interesses e direitos.



● REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS NA EUROPA DESENVOLVIDA

A Comunidade Económica Europeia, o Mercado Comum, discute actualmente a criação de um Fundo de Cooperação Regional, destinado a promover o desenvolvimento das regiões em que o emprego depende fundamentalmente de actividades agrícolas ou de actividades industriais em decadência, assim como das regiões em que há uma forte e persistente percentagem de desempregados ou uma intensa emigração.

Consideram-se, por exemplo, necessitadas de ajuda as regiões em que 20 por cento do emprego é assegurado por indústrias em declinio ou em declinio previsível, como o carvão ou os têxteis, e em que a percentagem de desempregados é superior a 2 por cento ou em que se verifica um saldo migratório negativo durante um longo período.

Em termos de população, serão abrangidos pela ajuda regional 51 por cento dos italianos, 36 por cento dos habitantes da Grã-Bretanha, 33 por cento dos franceses, 12 por cento dos alemães, 15 por cento dos holandeses, 17 por cento dos belgas, 32 por cento dos dinamarqueses e 11 por cento dos luxemburgueses.

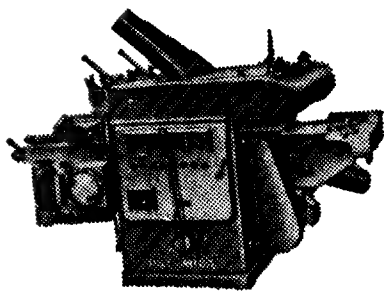
O financiamento do Fundo de Cooperação Regional levanta numerosos problemas. A Alemanha receia vir a funcionar como banqueiro do desenvolvimento das regiões mais atrasadas da Comunidade. A França insiste na prioridade a dar às regiões periféricas. Quanto à Grã-Bretanha, Irlanda e Itália, talvez sejam exageradas as esperanças postas numa política de desenvolvimento regional. Os esforços de desenvolvimento regional levados a cabo pelos governos destes países revelaram-se vãos até agora.

● CONTRIBUIÇÃO JUDAICA PARA A CULTURA ALEMÃ

Sob o tema «De Mendelssohn e Heine ao presente» foi recentemente inaugurada em Buenos Aires uma exposição de 2000 obras, que proporciona uma visão do trabalho intelectual e da contribuição dos judeus alemães para a cultura alemã.

O catálogo da exposição, que será apresentada em vários países americanos, foi prefaciada por Jorge Luis Borges. O conhecido escritor argentino escreve que a exposição é «mais uma prova de que não há razão para considerar antagónicos os conceitos «alemão» e «judaico». Grandes escritores judeus contribuiram para maior glória da tão gloriosa literatura da Alemanha e da Áustria. É este um facto incontestável contra o qual não constituem argumentos nem a Diáspora, nem as perseguições por motivos raciais.»

«MIDA»



UMA FÁBRICA ALTAMENTE ESPECIALIZADA NO FABRICO DE MÁQUINAS PARA AS INDÚSTRIAS DE:

● SERRAÇÃO
● CARPINTARIA
● MARCENARIA

Fábrica: TROFA (Tel. 94923/4/5)

FILIAL EM LISBOA:
AV. DEFENSORES DE CHAVES, 3/A (TELEF. 44147)

assim vamos nós

● A LIÇÃO DE AVEIRO

Durante a sua recente visita ao distrito de Aveiro, o ministro das Corporações e Previdência Social proferiu, em S. João da Madeira, um discurso em que afirmou:

«Ainda nós falamos em promoção social, desenvolvimento social. Temos que pensar que por estas terras, isso está a passar-se com redobrado progresso. Há uma maturação, há um equilíbrio, há uma sensatez, há uma independência verdadeiramente assinaláveis e nesse sentido Aveiro apresenta-se como paradigma daquilo que o estado social pretende. Não populações escravizadas, dominadas, abandonadas, mas populações participantes, livres e independentes, esclarecidas, tomando parte na decisão das suas próprias questões, dos seus próprios problemas, chamando a si a quota parte da carga que recai, não apenas sobre o Governo, mas sobre todos nós. O Governo só tem a lucrar com uma população desperta, activa, inteligente, compreensiva, colaborante e participante, tomando sobre si a quota parte da responsabilidade que lhe deve caber.»

● PESSOAL INVESTIGADOR

Em Portugal, há cerca de 250 cientistas e técnicos de nível universitário por cada milhão de habitantes. Na generalidade, dos países industrializados, a relação entre os cientistas e técnicos e o conjunto da população é três a quatro vezes superior. No nosso caso, a proporção, ou desproporção, é ainda agravada pela pobreza dos recursos consagrados à investigação, tanto pelo Estado como pelas empresas privadas. A quase totalidade das empresas portuguesas limita-se a comprar patentes em outros países ou a copiar modelos e processos de fabrico criados no estrangeiro.

● PREVIDÊNCIA: 44 MILHÕES DE CONTOS

As instituições de previdência dispunham, no final do ano passado, de quarenta e quatro milhões de contos, revela o último volume de Estatísticas da Organização Corporativa e Previdência editado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Os valores nas instituições de Previdência eram constituídos por 3 milhões e 767 mil contos à ordem, 18 milhões e 694 mil contos de títulos, 3 milhões e 989 mil contos de imóveis, 508 mil contos de valores materiais e cerca de 17 milhões de contos de valores não especificados nas estatísticas.

Sublinhe-se a importância dos investimentos em títulos do Estado, aqueles que oferecem menor rendimento, embora garantam maior segurança.

Ainda segundo a mesma fonte, as receitas das instituições de Previdência Social do continente e das ilhas adjacentes subiram, em 1972, a quase 14 milhões de contos, contra cerca de 12 milhões de contos de despesas, seja um saldo positivo de dois milhões de contos num único ano.

Evidenciam estes números que os organismos de previdência beneficiam de uma sólida situação financeira.

Um dos postos móveis da Caixa de Previdência e Abono de Família da Indústria do Distrito de Lisboa.

TRIBUNA LIVRE

O IV PLANO DE FOMENTO E A POLÍTICA DE RENDIMENTOS

Por MARIO BAPTISTA

O projecto de proposta de lei sobre o IV Plano de Fomento enviado à Câmara Corporativa marca o primeiro capítulo da divulgação pública de um instrumento de política económica que se espera venha a assumir, na vida portuguesa, uma importância relevante. E para o ser, terá que revestir-se, na sequência dos princípios, da doutrina, da política e da prática, de uma operacionalidade bastante diversa da que se registou com os seus antecessores.

Sem entrar no pormenor do confronto sistemático com o correspondente articulado relativo ao III Plano de Fomento, registe-se que o relatório preliminar do projecto é agora bastante mais extenso e explícito sobre os objectivos que se pretende atingir, o que não deixa de ter o seu significado como processo de comunicação e de esclarecimento quanto ao âmbito e à importância das tarefas a realizar nos próximos seis anos.

Estas notas pretendem abrir a possível análise ao articulado do Plano constituindo portanto uma breve e sucinta apreciação a algumas linhas de força que se anunciam no projecto de lei governamental.

NÃO SE MATE A GALINHA DOS OVOS DE OIRO

Primeira ideia-base: o plano «o vai vigorar durante um período em que a sociedade e a economia portuguesas terão de evoluir num contexto global profundamente diferente do que tem sido o das duas últimas décadas».

Esta referência traduz, portanto, uma consciência das realidades temporais que se regista com alvoroço e esperança.

E isto porque uma das características mais desencorajantes dos anos que têm passado no contexto político-económico-social em Portugal tem sido exactamente a sensação de que nada de novo acontece, num imobilismo feito drama perante um Mundo que se afasta perigosamente.

Parece pois que se ganhou, para já, na aceitação clara e realista de que não poderemos continuar no indeciso alheamento das correntes e das contradições da vivência político-económica europeia e mundial.

Segunda ideia-base: reconsideração da política de distribuição de rendimentos em especial na indústria, que «não poderá mais contar com situações de relativa vantagem no tocante a níveis salariais».

Questão delicada que, no domínio das concretizações, deverá reflectir a possível equidade a curto prazo mas sem prejuízo da capacidade de se assegurar para os empresários e os trabalhadores, a manutenção e o desenvolvimento das situações adquiridas.

Se, por um lado a política de salários baixos serviu, durante dezenas de anos, para disfarçar a incompetência de muitos empresários portugueses e aguçar o apetite da capacidade de gestão estrangeira, haverá que ponderar, com sensatez, na justeza de algumas reidivicações colectivas.

Se insistirmos em «matar a galinha dos ovos de oiro» exigindo salários que muitas empresas portuguesas não estão em condições de satisfazer, quem nos garante que, depois sobre a «terra queimada», outros empresários poderão corresponder mais satisfatoriamente?

Não temos tido já indícios esclarecedores da capacidade de manipulação de emprego e salários de empresas estrangeiras em Portugal?

NEM SÓ OS SALÁRIOS CONSTITUEM RENDIMENTOS DO TRABALHO

Quando o Governo reconhece que a «real situação económica e social dos trabalhadores portugueses não é, evidentemente, aferida apenas pelos termos da repartição funcional do rendimento» está a equicionar um ponto fundamental da política de emprego.

Efectivamente, quem, ignora que as principais empresas portuguesas suportam encargos sociais facultativos que excedem apreciavelmente os fixados na lei? Gratificações, subsídios, refeições, habitação, assistência na doença e reformas constituem, em muitas empresas, pesados encargos que tendem a agravar-se e de que nem sempre existe, na óptica da gestão a curto prazo, clara consciência das responsabilidades futuras que envolvem.

E por que procedem assim essas empresas? Muito simplesmente porque desejam cativar, incentivar — e manter — o pessoal ao seu serviço. E porque sentem, mais ou menos claramente, que o salário não basta para satisfazer o trabalhador como ser social.

Por isso, quando o Governo se refere ao problema da emigração — aliás de forma demasiado superficial — e põe em evidência «as necessidades sociais básicas em educação, saúde, previdência social e habitação», bem seria que adoptasse, com desassombro e clarividência, os critérios seguidos por essas empresas privadas.

A emigração não tem por únicas causas problemas ligados a emprego e salários. A preocupação por um futuro incerto constitui argumento importante, mesmo quando não conscientemente expresso. Quando se sabe que, no estrangeiro, a assistência na doença e a reforma são bastante diferentes das que existem em Portugal, a diferença sensível em termos de salários monetário imediato passa muitas vezes para plano secundário nas motivações de abandono do solo pátrio.

SEGURANÇA SOCIAL E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS

Há poucos meses, em jornadas de sensibilização de dirigentes de Caixas de Previdência, tive a oportunidade de pôr em relevo a perfeita aplicabilidade das técnicas de «marketing» à segurança social. E apontei, como justificação dessa ideia, as responsabilidades sociais que cabem às instituições de previdência no contributo para a redução das correntes migratórias.

Se tivermos presente, por exemplo, as graves situações de que a Imprensa se tem feito eco quanto às insuficiências e deficiências da assistência médica, poderemos ficar com uma ideia aproximada da margem de manobra para incrementar as motivações de fixação dos portugueses em Portugal.

Mas não ficam, naturalmente, por aqui os instrumentos ao dispor do Governo para, independentemente da política de salários, assegurar uma mais «equitativa repartição dos rendimentos e uma melhoria da satisfação das necessidades sociais básicas em educação, saúde, segurança social e habitação.

Bastaria que atendendo às realidades e às perspectivas do crescimento da base de incidência das contribuições da previdência social se evoluisse mais decididamente do sistema de capitalização para o de repartição. Que significado tem atribuir abono de família monetariamente igual a trabalhadores que ganham 2.000$00 ou 20.000$00 por mês?

Dentro de uma esclarecida estratégia de marketing esse serviço prestado pelas Caixas de Previdência aos seus beneficiários (clientes) não estará desajustado relativamente aos estratos sócio-económicos do mercado?

Não interessará, naturalmente, aprofundar aqui os possíveis reajustamentos na segurança social dentro de uma política de emprego e de redistribuição de rendimentos. Convirá, no entanto, reter que os atritos de natureza reivindicativa que vêm surgindo em Portugal não podem ser encarados apenas no contexto restrito de niveis de salários ou benefício equivalentes. E que, analogamente, o problema da emigração não resul ta apenas da «insuficiência da oferta, pelas actividades económicas nacionais, de ocupações satisfatoriamente remuneradas».

Para além da incidência da desertificação dos meios rurais em termos de criação de instrumentos de desenvolvimento e progresso, desde a Agricultura à Industria, há que considerar outros factores de natureza socio-económica que se têm traduzido, para muitos em insuficientes motivos de atracção pela terra portuguesa.

E se atentarmos na abundância de ofertas de emprego de operários e empregados especializados, talvez tenhamos que reconhecer haver também um desajustamento entre as necessidades profissionais a satisfazer e a preparação escolar que tem sido ministrada no nosso país. O que, naturalmente, constitui ainda um sensível argumento para aumento de salários, sem que possa estar presente o confronto directo ou indirecto com eventuais progressos de produtividade.

EMIGRANTES PORTUGUESES NÃO QUEREM VOLTAR

A Lisnave e a Setenave procuram profissionais especializados, quer ao nível operativo, quer ao nível de chefia. Com o objectivo de detectar as possibilidades de eventual retorno de emigrantes que exercem a sua actividade em estaleiros navais ou em indústrias metalomecânicas em diferentes países europeus, aquelas empresas enviaram ao estrangeiro uma missão constituída pelos srs. Manuel Bidarra, do Serviço de Recrutamento da Lisnave, e José Matos, do Serviço de Recrutamento da Setenave. Tiveram entrevistas com dezenas de emigrantes, contactaram com serviços consulares e organismos ligados à emigração, visitaram serviços do pessoal de várias empresas que empregam trabalhadores portugueses.

«Lisnave», revista mensal de informação interna da Lisnave, publica no seu número referente a Setembro uma entrevista com o sr. Manuel Bidarra, em que este revela que a grande maioria dos emigrantes contactados não mostrou qualquer desejo de retorno a Portugal. Transcrevemos, a seguir, alguns passos desta entrevista.

— Os resultados conseguidos foram os que previas?

— Efectivamente os resultados não se afastaram do previsto, o que significa que, em concreto, as possibilidades de regresso dos portugueses, em grande número, não se porão nos anos mais próximos, salvo se graves crises económicas surgirem na Europa, o que também não é de prever.

Relembremos, entretanto, que, na França, não há muitos portugueses a trabalhar em estaleiros navais, nomeadamente em Nantes, Saint Nazaire e Dunquerque. A força do trabalho português em França é nos domínios da construção civil e em trabalhos não-especializados. Na Holanda, Alemanha e Suécia, pelo contrário, há estaleiros onde trabalham centenas de portugueses, onde, aliás, encontrei alguns que já conhecia da Lisnave.

Uma residência para trabalhadores estrangeiros em Paris.

Na quase totalidade, os portugueses são muito apreciados, profissionalmente. Em dois estaleiros, pelo menos, trabalham cerca de duzentos portugueses, no R.D.M., de Roterdão e no Kockums, de Malmo.

— Em tua opinião, quais os grande obstáculos ao retorno dos portugueses?

— O problema é delicado, como sabes. Cerca de 12 por cento dos portugueses actualmente em França, e que têm idades entre os 18 e 26 anos (calcula-se que 80.000), por motivos facilmente imagináveis estão impossibilitados de regressar. Serão, porventura, futuros cidadãos franceses, a menos que se operem modificações, imprevisíveis, por ora.

Dezenas de milhar de trabalhadores portugueses levaram já as famílias o que significará, à distância, uma fixação definitiva em terras da Europa, ao menos para os filhos.

Convirá dizer aqui que, atendendo a este facto, e não só, o cônsul-geral em Paris, dr. Pedro Pinto, procura, com grande audácia, criar escolas primárias e liceus que garantam a nossa presença linguística e cultural. Algumas opiniões que ouvi sobre este esforço, lamentaram que o apoio de Lisboa fosse tão diminuto para a segunda cidade portuguesa da Europa.

Retomando a tua pergunta, direi ainda que para os portugueses da Holanda e da Suécia os grandes obstáculos ao retorno são a Previdência Social e a Habitação. A primeira é exemplar, e qualquer semelhança com as nossas Caixas de Previdência é pura coincidência; quanto ao problema da habitação... o problema é cá. Enquanto a especulação dos terrenos urbanos existir no nosso país, a parte de «leão) dos nossos salários será absorvida pelas rendas, o que não se verifica em nenhum daqueles países.

Perguntar-me-ás então porque têm regressado ou querem regressar alguns trabalhadores.

De facto, há muitos portugueses que não suportam o isolamento, que não se adaptam aos esquemas de vida, que não querem para os filhos o sistema de educação, que foram exclusivamente para obter, através de sacrifícios vários, o dinheiro suficiente para comprarem casas ou andares. E então, sim, muitas centenas, mesmo milhares, irão regressando.

Outros, disseram-nos que regressarão quando o nível de vida em Portugal se aproximar do desses países.

Estancar o custo de vida, resolver eficazmente o problema da habitação, melhorar os esquemas da Previdência, forçar uma política altista de salários, alargar os esquemas de formação profissional para melhorar os índices de produtividade são, a meu ver, as etapas básicas para evitar a emigração ou iniciar o seu retorno.

Mais adiante, depois de referir as possibilidades de promoção social oferecidas aos emigrantes portugueses, como o direito à participação livre nas associações profissionais, o direito à instrução para os filhos e o direito a horário de trabalho reduzido e férias longas, o sr. Manuel Bidarra referiu-se à participação dos trabalhadores portugueses em associações e sindicatos:

— As associações portuguesas por essa Europa fora são às dezenas. Na generalidade são centros de convivio de -fim-de-tarde ou de fim-de-semana. Alguns possuindo boas bibliotecas, embora os livros que mais se lêem sejam infelizmente os menos expressivos. Nôutros, faz-se teatro e leva-se o trabalhador a reflectir sobre os problemas que a nossa sociedade lhe põe. É um processo activo e consciente de formar criticando. Estive com gente que foi da Lisnave e que actua nesta via.

O trabalhador português mais atento tem consciência da força sindical que lhe assiste. Há mesmo alguns casos de portugueses, principalmente em França, que desempenham importantes tarefas sindicais dentro de empresas.

UTILIZE OS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS DA C. P.

HORÁRIO DA CARREIRA

BARREIRO - ÉVORA

8-30	15-10	P.	Barreiro (est.)	C.	12-10	19-10
8-54	15-34		Moita		11-46	18-46
9-20	16-00		Montijo		11-25	18-25
9-27	16-07		Atalaia		11-13	18-13
10-03	16-43		Pegões Velhos		10-37	17-37
10-10	16-50		Pegões (cruz.)		10-30	17-30
10-32	17-12		Vendas Novas		10-08	17-08
11-08	17-48		Montemor-o-Novo		9-34	16-34
11-55	18-35	C.	Évora	P.	8-45	15-45

TRÊS ACHEGAS PARA A COMPREENSÃO DE A VER-O-MAR

O caso do pároco de A-Ver-o-Mar continua a apaixonar a opinião pública, não só do distrito de Braga como detodo o País. Inserimos hoje três peças que, decerto, ajudarão à compreensão do problema. A primeira é da autoria do nosso correspondente na capital do Minho e tenta um esclarecimento da questão de fundo subiacente na atitude do padre Ângelo Faria da Venda, servindo-se para tanto de citações do Consílio Vaticano II e de legislação posterior.

A segunda peça é uma carta do nosso leitor Jacinto Torres, que procura uma explicação sociológica para o caso. A terceira é uma defesa da Junta de Freguesia de A Ver-o-Mar, feita pelo sr. Jacob de Almeida Pires.

Pela ordem indicada, aqui vão os três documentos, que se nos afiguram importantes para a compreensão do processo.

«VATICANO II: SIM OU NÃO?»

Eis o texto do nosso correspondente em Braga:

«Não virá a despropósito esclarecer a questão de fundo subjacente na atitude do Padre Ângelo Faria da Venda pároco de A Ver-o-Mar. E para tal nada melhor que citar o Vaticano II e legislação posterior.

A Cúria de Braga conhece apenas, e mal, o Código de 1918. Dizemos e mal porque se o espírito que o informa fosse observado, em vez dos chamados «vigários ecónomos» a que se refere o can. 472 espalhados em toda a Diocese e em todo o Portugal, teríamos o que o direito exige: párocos. Com efeito, o citado cánone apresenta a figura do «vigário ecónomo» como algo transitório, isto é, existente apenas enquanto não se provê a paróquia vacante. Em Braga e no País inteiro, pelos vistos, a quase totalidade das paróquias estão vacantes há mais de 50 anos!

Aliás, toda a perspectiva que envolvia a nomeação de párocos era bastante afastada da verdadeira perspectiva pastoral. Atendia sobretudo à colação do benefício paroquial, ficando em segundo plano a cura de almas. Por isso, para o Código, pároco era o sacerdote ou a pessoa moral a quem se conferia em título a paróquia, devendo a cura de almas ser exercida sob a autoridade do ordinário do lugar. Em contraposição, o vigário ecónomo, gozando embora dos mesmos direitos e deveres quanto á cura de almas, não tinha os mesmos quanto ao benefício, podendo o ordinário fixar-lhe apenas uma parte dos rendimentos do benefício eclesiástico.

Temos assim que, uma situação transitória e em certo sentido injusta — qual a dos vigários ecónomos — se tornou a situação normal de todo o Portugal, com a ressalva de os bens serem usufruídos na totalidade. Mas aos bispos convinha uma situação jurídica dos sacerdotes que permitisse as tais transferências a seu bel-prazer e sem incómodos.

E ainda há quem pense que tal é a disciplina vigente, infelizmente, e com grave escândalo dos fiéis e de todos os homens bem formados e com exigências mínimas quanto ao trato das pessoas.

No decreto sobre o múnus pastoral dos bispos, «Christus Dominus» o Vaticano II define os párocos como colaboradores do bispo s seus principais cooperadores, cujo distintivo está em ser-lhes confiada, sob a autoridade do bispo, a cura de almas numa determinada parte da diocese de que eles sacerdotes são os pastores próprios. Ora é isto que acontece hoje em todo o Portugal. O que há são párocos, segundo as directrizes do Vaticano II.

Mais adiante e no mesmo n.º 30, o referido decreto apresenta os colaboradores dos párocos a quem chama vigários paroquiais. E o Vaticano II conhece apenas estas duas classes de serviço paroquial: os párocos e os seus vigários.

O que o Código denominava «vigários ecónomos» desapareceu, pois que terminou a colação de benefícios em favor da função de cura de almas, pois é este o único aspecto que interessa ao bem do povo de Deus. Desapareceram, igualmente, o que chamavam «quase-párocos», e desapareceram, consequentemente, as «quase-paróquias».

E o clero não tem culpa de que os nossos bispos continuem ligados às normas de 1918. Estamos em 1973, a oito anos do termo do Vaticano II.

Acabou o Vaticano II com os párocos inamovíveis, uma vez que o que está em causa não é o disfrute do benefício paroquial e seus bens, mas a cura de almas. Aliás, é o bem das almas o único motivo válido para a transferência de um pároco.

Desta feita, o Vaticano II tornou mais fácil a verdadeira cura de almas exigindo que quando a transferência de um sacerdote se impõe por razões pastorais — e essas só podem dizer respeito ao bem das almas — e ele recusa, basta por em marcha o procedimento que antes se utilizava para os chamados «párocos amovíveis». Mas a realização de um processo administrativo, segundo as normas estabelecidas em direito, é exigido para que a transferência seja decretada validamente. Se o processo não se efectuar, a transferência é inválida e, consequentemente, qualquer nomeação que o bispo faça para a paróquia que outro sacerdote vem servindo com os poderes de pastor próprio é também inválida.

O caso de A Ver-o-Mar insere-se aqui. O Padre Ângelo, sabendo que o motivo da transferência não era o bem das almas — pois a paróquia, na sua esmagadora maioria quero-o, porque o trabalho pastoral lhe agrada e a satisfaz, e o arcebispo não lhe indicou outra paróquia mais difícil para paroquiar e que portanto exigisse as qualidades pastorais do Padre Ângelo — mas se cifrava em questiúnculas em volta da Junta de Freguesia, de carácter político, pediu a instauração do respectivo processo que inclui a enumeração, por parte do arcebispo, da causa ou causas da remoção, a fim de ele poder contestar também por escrito. Só depois de enumerada a causa ou causas de ordem pastoral e referentes ao bem das almas e o sacerdote ter contestado é que o bispo, ouvidos dois examinadores, profere o Decreto definitivo, esse mesmo sujeito a recurso.

E se de permeio houver a aplicação de uma pena — como acontece em A Ver-o-Mar, pois o padre Ângelo teria de ir paroquiar uma região por todos considerada como lugar de expiação nestas circuntâncias — sem saber o delito que cometeu, o recurso é ainda «in suspensivo», isto é, tira todo o efeito ao decreto do prelado.

E foi só isto que aconteceu em A Ver-o-Mar. Não houve processo. Ele é exigido para que a remoção seja válida. Para cúmulo, tal remoção e transferência têm forte carácter penal para o padre Ângelo e este, difamado com a remoção, é obrigado pela lei natural a defender a própria fama, honra e bom nome. Recorreu, pois, a Roma, dentro dos prazos legais. Comunicou isso mesmo ao arcebispo, embora ele tenha recusado a carta; denunciou antes a invalidez do decjeto por falta de processo; levou ao conhecimento das autoridades civis respectivas o teor do próprio recurso para Roma. Não há perigo nenhum de perturbação da ordem, nem de iminente dano no bem espiritual das almas. Ainda que não houvesse razões fortes e de fundo, não se impunha mais prudência por parte da autoridade eclesiástica até porque, não sendo infalível, está sujeita também aos respectivos superiores eclesiásticos? Qual o medo em esperar a decisão de Roma e em garantir ao padre Ângelo todos os meios normais de legítima defesa? Não parece ele demonstrar a falta de convicção na razão da autoridade?

Importa que Roma esclareça de vez a situação e diga a toda a gente se afinal Portugal tem o privilégio de contradizer o espírito e a letra do Vaticano II, alegando que as paróquias estão todas vacantes (?), não se sabe para quem, e que ainda não levaram à prática o Vaticano II e a respectiva legislação que o codifica. Em Portugal os párocos do Vaticano II, em direito, são apenas vigários ecónomos.

É só isto, e não é pouco, que o clero de Portugal espera. Saber se têm ou não os direitos comuns de todo o clero paroquial do mundo; se entrou em vigor a nova concepção da função paroquial e sacerdotal; se, enfim, podem ou não defender-se de atropelos que ferem a própria honra e dignidade.

Em A Ver-o-Mar, já se sabia que o padre Ângelo ia ser exonerado antes que o Prelado tivesse escrito qualquer carta ao referido sacerdote. E a informação partiu de elementos afectos à Junta de Freguesia que antes tinha ido fazer acusações graves contra a dignidade do padre Ângelo e que este pediu ao senhor arcebispo apresentasse por escrito, o que foi negado.

Parece da mais elementar boa actuação esperar que os caminhos do direito sejam percorridos e deixar de lado a força. A razão impõe-se pelos factos e pelos argumentos e não pela força.

Aqui o problema de A Ver-o-Mar».

A RELIGIÃO, CENTRO DE INTERESSE

É esta a carta do nosso leitor sr. Jacinto Torres:

«Há já uns dias que me sinto tentado a escrever a V., mas desde domingo que isto é um imperativo perseguidor em mim. Qual o motivo? O caso de A Ver-o-Mar, Póvoa de Varzim. Sou leitor do vosso jornal e tenho acompanhado o caso. Pela maneira como o tem tratado, sobretudo na reportagem de domingo passado, os meus sinceros parabéns. Agora eu gostaria de vos dar a minha achega, que julgo ser imparcialmente verdadeira e realista, pois conheço, devido a afazeres profissionais, o meio muitíssimo bem.

A Ver-o-Mar é junto à cidade da Póvoa de Varzim, mas é um local onde há autêntico racismo, autêntica escravidão e luta de classes.

A freguesia é duma densidade populacional muito grande. Está dividida geograficamente em duas partes: do lado do mar, a zona do povo inculto, analfabeto, subdesenvolvidíssimo, economicamente débil (pescadores e agricultores); do lado da estrada nacional, para cima da igreja paroquial, os burgueses, mais ou menos conhecedores da instrução primária, com algumas excepções economicamente fortes: são os senhores da Junta de Freguesia, da autoridade, da política local. Centro de interesse fundamental e profundo deste povo: a religião.

Mas que religião? Não a evangélica. Um culto mítico, muito difícil de classificar em verdade. Pontos fortes desta religião: a devoção a Nossa Senhora e às almas dos mortos, bem como a alguns santos. Projecção no comportamento pessoal e social: medo e repressão sexual.

Disse que este povo é racista. Como se prova? Pelo comportamento social em grupo, pela linguagem usada e pela religião. A missa das seis da manhã, aos domingos, era para a gente da beira-mar (a Igreja ficava lotadíssima, sufocava-se); as missas das 9 e das 11, ou das 18 e 30 na época balnear, era para as pessoas da beira da estrada nacional (a igreja ficava com muitos lugares vagos).

Os párocos anteriores ao rev. Ângelo sabiam muito bem disso e usavam-no como um truque forte para se governarem, fazerem prédios na Póvoa, bons carros, boas caçadas no sul do País, etc.. Fui pessoalmente ouvir algumas homilias.

Às seis da manhã, era escuro de breu, sobretudo no Inverno. Aquela gente, meia a dormir, lá ia balbuciando devoções e jaculatórias, até à volta, para que o Anjo da Guarda a protegesse.

Lá na igreja, nem se via. Era mesmo pouca, a luz. Gente analfabeta e amorfa. O padre falava, como se fora um deus. Só conhecia a linguagem do terror, do inferno e do económico. «Preciso de dinheiro para a residência, para construir a nova igreja», etc., etc.. O povo saía da igreja contente e murmurava: o padre tem razão; coitadinho, se não fosse ele quem baptizava os nossos filhos e quem rezava pelos nossos mortos? Tem muita razão: estas cachopas de agora são umas desavergonhadas! Este padre é um santo...

Nas outras missas, o padre falava com voz muito melíflua, muito de pessoa sofredora. Explicava a palavra de Deus em ordem a dar aos assistentes uma segurança religiosa para as zonas das suas injustiças,

Continua na pag cinco

O CALDEIRÃO DO VATICANO II

O caso do padre de A Ver-0-Mar continua na ordem do dia. Não referido directamente, é claro, o certo é ser ele que motiva muita coisa. No «Diário do Minho», por exemplo. Assim, Manuel Gonçalves Diogo, em artigo de fundo intitulado «Tentativas de anarquismo no nosso mundo rural civil e eclesial», opina ser fácil provocar uma explosão, queimar uma floresta: «é suficiente um fósforo». E, a propósito, lembra que *no rural, há muito de infantilidade e daquela mansidão externa dos nossos bovinos, onde, frequentemente, oculta uma ferocidade manente, explorável e enganadora. Nem tudo é alfobre de virtudes, há também vícios e carências.*

Das carências, sabemos nós; dos vícios, saberá o fundista do «Diário do Minho». O certo é que, ao canto da ignorância admirável (e excelente) dos rurais, cujo atraso seria, afinal, o maior motivo da sua felicidade (de acordo com o que, há uns decénios a esta parte, tentam inculcar-nos), a essa lengalenga se sucede agora a revelação da verdade: os rurais também têm vícios! Lá se foi o encanto da vida bucólica!

Não fica por aqui, porém, Manuel Gonçalves Diogo. Acrescenta haver *um apetite sádico de desierarquização, consequência de quem faliu ou traiu e vinga-se destruindo, arrastando, removendo a anarquia».* E isso, a anarquia. E explica: *A revolta é propagada no ambiente civil em pseudo-defesa da Constituição, dos direitos do homem; no eclesial, o grande caldeirão é o Vaticano II.*

E, mais adiante, informa: *Há agitação ou tentativa dela para destruição social.* Para terminar assim: *Respeitem o que há de bom no mundo rural; não o destruam, não o agitem.*

Continuação da pág. quatro

das suas imoralidades, do seu racismo, etc..

Este povo gostava das almas do outro mundo. Se alguém morria, era vê-los ao domingo de manhã a darem 200 a 300 e 400 escudos para o padre mecanizar ali uns «padre-nossos» pelos defuntos. Viviam no medo e na depressão sexual. Notava-se no comportamento social: na desconfiança, na vergonha de falar, no trajar, na subserviência, na aceitação das coisas triviais como dogma, etc. No medo de Deus e nos seus castigos, sobretudo simbolizados no mar. Se o mar estava vivo, como eles diziam, era vê-los a correr para a igreja com centenas e centenas de velas.

E as suas vidas? Gente subdesenvolvida, a da beira-mar. Viviam em casas térreas, miseráveis, sem conforto, sem o mínimo de condições. Junto com eles, mesmo ao lado, ou na própria casa, a corte do cavalo. A mulher trabalha de dia ou parte da noite. A mulher desconhece o que seja arranjo do lar, economia doméstica, educação dos filhos, etc.; quase só sabe entregar-se ao homem e trabalhar a terra... Muitos mais pormenores lhe poderia fornecer, mas não quero maçar. O homem era pescador. So o mar dava, comia-se enquanto havia; se não dava, passava-se fome. Os tempos de lazer (e eram muitos) passavam-nos nas tabernas. Havia umas 28 tabernas.

Foi este o panorama que o padre Ângelo encontrou. O dilema punha-se-lhe. Ou optar por viver bem com os da estrada nacional e fazer-lhes todas as vontades e amofinar os de baixo, da beira-mar, com a religião, como os seus antecessores, ou, frontalmente, começar a humanização de uns e de outros. Segundo me disseram, assim o tentou, mas o orgulho dos senhores rebentou e ele foi a vítima.

Os que o compreendiam, os que sentiam a força da verdade, os que sentiam que a libertação vinha por ali, esses reagiram quando souberam que ele ia ser mudado, com força, com amor e com gratidão. Mas a «força» estava do outro lado.

E foram ao «senhor» do padre Ângelo, ao seu superior. Mas a gente sabe que ele está com a Junta. Nem podia deixar de ser. E o padre Ângelo é exonerado. E uma gente que se sentia a caminho de poder saber coisas como ser mãe, arrumar uma casa, fazer economia doméstica, o valor do trabalho; um povo que talvez viesse a saber o que significa «Amai-vos uns aos outros», «Fazei a paz», «humanizai a terra», etc., viu-se postergado e, em silêncio, foi-lhe dito: acendei velas, fazei filhos às dúzias, vesti como animais, aceitai doenças e doenças com um dom de Deus, dai do que precisais para a residência paroquial e para a igreja nova — e tereis a vida eterna. Era isto que eu tinha que contar».

A DEFESA DA JUNTA

Finalmente a defesa da Junta de Freguesia, feita pelo sr. Jacob de Almeida Pires:

«Referindo-me à notícia publicada no seu jornal de 14 do corrente, sob o título «Inquietação em A Ver-o-Mar», agradeço me seja permitido puder (**sic**) esclarecer o seguinte:

Os jornais poveiros «Alaarriba» (**sic**) e «Comércio da Póvoa» limitaram-se, como muitos outros jornais, a publicar uma nota emanada do Episcopado de Braga e não com o intuito de ilibar de culpa o presidente da Junta da dita freguesia de A Ver-o-Mar.

A notícia publicada nesse jornal em 14 do corrente, não trás (**sic**) nome de autor nem o nome de quem lha forneceu e temos assim de responsabilizar o seu jornal pelas acusações que fás (**sic**) àqueles dois jornais poveiros destituidas de todo e qualquer fundamento, o que é de lamentar dado o passado glorioso desse jornal, pelo menos enquanto foi administrado pelo seu fundador que se chamava Joaquim Manso... Paz à sua Alma...

Sua Ex.ª o Senhor Arcebispo Primás (**sic**) de Braga, antes de ter tomado a decisão que tomou de, destituir das suas funções o Padre Ângelo da Venda, teve o cuidado de promover a várias reuniões presididas por Ele Arcebispo, e às quais assistiram as autoridades administrativas e o dito sacerdote de A Ver-o-Mar. Essas reuniões que se efectuaram com o intuito de se encontrar um entendimento entre o pároco e as autoridades da terra e, no dia das reuniões, o Padre Ângelo pronunciava-se favorável ao entendimento na presença do Senhor Arcebispo e ao outro dia já não era da mesma opinião.

O Padre Ângelo apenas tem a seu favor os colegas que como ele foram destituidos das suas funções e meia dúzia de fanáticos e incultos aconselhando e obrigando as suas mulheres a porem-se ao lado do Padre, enquanto eles fomentavam a desordem e o terror nesta pacata terra.

O mais importante de tudo isto é que alguns causadores de todo este alarido nem são de A Ver-o-Mar e nada tinham nem têm que se meter em assuntos que só ao Povo de A Ver-o-Mar diz (**sic**) respeito.

Estamos num período de eleições (sic) para deputados e, a intervenção da G.N.R. foi acertada a não ser na mente daqueles que gostariam de ver a desordem numa altura de tanta transcendência para o País.

O jovem presidente da Junta, sr. Albino Pedrosa, que é proprietário e homem de negócios necessitou há dias de se deslocar a Beiriz e foi assaltado no caminho por três (sic) desses desordeiros atravessando o carro em que se faziam transportar à frente do automóvel conduzido pelo presidente da Junta obrigando-o a ter de parar e fugir e ter de deixar o seu carro no sítio onde o obrigaram a parar mas não poude (**sic**) evitar mesmo assim de ter sido agredido e de lhe arrancarem os botões do fato.

Claro que, outro qualquer no lugar do presidente da Junta puderia (**sic**) naquela altura ter sido um assassino em legítima defesa mas... não fez aquilo que outros teriam feito. Os díscolos já estão identificados e a queixa já está no tribunal e o castigo merecido ser-lhes-á aplicado

Esta é a verdade dos factos que o seu jornal não deixará de publicar e, quanto à desobediência do padre Ângelo perante o seu superior são assuntos que só às autoridades eclesiásticas dizem respeito».

MAIS UM FUNERAL CIVIL

PORTO — A juntar aos incidentes que se têm registado nos últimos dias, relativamente ao diferendo que opõe o bispo de Braga ao pároco de A Ver-o-Mar, realizou-se nesta freguesia um funeral em que o povo não admitiu a presença de Monsenhor Quesado, ali colocado para substituir o pároco, rev. Ângelo de Faria. Foi a enterrar José Gonçalves Gomes, de 69 anos, tendo as orações que normalmente costumam ser recitadas por um sacerdote sido rezadas por Joaquim Lopes Ferreira. Incorporaram-se no préstito fúnebre mais de 500 pessoas.

Monsenhor Quesado, em virtude de não lhe ter sido permitido presidir ao funeral, mandou colocar nova fechadura na porta da torre, impedindo assim que o sino tocasse, como é tradicional quando alguém morre em A Ver-o-Mar.

EXCURSÕES C. P.

«PONTE» DE NOVEMBRO EM MADRID

- PARTIDAS: EM 31/10 E 1/11, À NOITE, NO «LUSITÂNIA-EXPRESSO»; REGRESSO: COMBOIO «TER» OU «LUSITÂNIA-EXPRESSO» DE 4.11.
- DOIS DIAS EM MADRID ÚTEIS PARA COMPRAS (ESTABELECIMENTOS ABERTOS).
  - — Assistência e transferência de autocarro, à chegada, para os hotéis e vice-versa.
  - — Hotéis situados em plena Gran Via, de 1.ª e 2.ª categorias (todos com casa de banho privativa).
  - — Reservas asseguradas em regime de pensão completa e residencial.

PREÇOS (TUDO INCLUÍDO) DESDE:

LISBOA ..... 1.280$00
PORTO ..... 1.430$00

Suplementos previstos para ocupação de «couchettes» e camas, e espectáculo de flamengo e «music-hall» em famoso «cabaret».

REDUÇÃO PARA GRUPOS DE 10 OU MAIS PESSOAS E PARA CRIANÇAS

INFORMAÇÕES E PROGRAMAS COMPLETOS:

— Estação de Lisboa-Rossio, Santa Apolónia e Terreiro do Paço.
— Rua do Arsenal, 124; e Centrais do Caminho de Ferro de Lisboa.

RESERVAS RÁPIDAS — TELEF. 36 75 29

CONSULTE A SUA AGÊNCIA DE VIAGENS

OS PORTUGUESES E A POLÍTICA - 1973

Os portugueses interessam-se pela vida política: porém, no momento de tornarem efectivo esse interesse, designadamente pela participação em todo o processo eleitoral, desinteressam-se de modo muito claro é uma das conclusões de um inquérito realizado pelo IPOPI e subordinado ao tema «Os Portugueses e a Política-1973».

O universo desta sondagem do Instituto Português de Opinião Pública e de Estudos do Mercado não abarcou toda a população portuguesa. Era constituído apenas pela população com mais de 21 anos, residente em localidades com mais de 10.000 habitantes, e com «acesso habitual» aos meios de informação de massas (jornal diário e não diário ou revista, noticiário radiofónico e telejornal). Incluía, portanto, só a população mais em contacto com a cultura e as instituições dominantes da sociedade portuguesa, com exclusão, praticamente, de toda a população rural. Em relação aos resultados que forneceria um inquérito a toda a população, será legítimo presumir que esta sondagem peca por defeito, fornece uma imagem optimista da realidade.

Uma fracção considerável da população portuguesa não manifesta interesse pelo exercício do futuro de voto.

Esta atitude manifesta-se logo em relação ao recenseamento eleitoral. Excluídos os entrevistados que não responderam, verifica-se que 65,6 por cento da população com um grau mínimo de informação política não estava recenseada, contra apenas 34,4 por cento de inscritos nos cadernos eleitorais. Recenseiram-se mais os homens, assim como os indivíduos das classes mais altas e com nível de instrução mais elevado. Sublinhe-se, no entanto, uma excepção: recenseiram-se menos os indivíduos com o terceiro ciclo ou equivalente do que aqueles que possuem apenas o segundo ciclo ou equivalente.

Dos que se recenseiram, 62,2 por cento fizeram-no por iniciativa pessoal e 35,5 por cento por iniciativa oficial ou de outrem. Embora os recenseados por vontade própria representem apenas cerca de um quinto da população do país, poderá deduzir-se, se não estamos em erro, que não foram inteiramente vãs as campanhas desenvolvidas nos últimos anos no sentido de estimular a inscrição nos cadernos eleitorais.

Nas eleições para a Assembleia Nacional efectuadas em 1969. Excluídos os entrevistados que têm, actualmente, entre 21 e 24 anos, e que não pussuiam portanto o direito de voto em 1969, verifica-se que votaram 21,2 por cento , abstendo-se os restantes: Como seria de esperar, a participação eleitoral foi maior nos homens do que nas mulheres — 26,7 por cento e 12 por cento. A idade e a população do local de residência parecem não ter uma influência directa na participação eleitoral. Ao contrário, existe uma clara correlação entre a classe social e o voto. Teriam votado 33,1 por cento dos indivíduos das classes alta e média alta, 27 por cento da classe média baixa superior, 14,5 por cento da classe média baixa inferior e apenas 9,1 por cento da classe baixa. Isto é, à medida que se desce na hierarquia social diminui a participação eleitoral. Mas, mesmo nas classes alta e média alta, não votaram 62,8 por cento. Verifica-se, por outro lado, a existência de uma correlação significativa entre o nível de instrução e a participação eleitoral, ao menos pelo que diz respeito às eleições de 1969 para a Assembleia Nacional, à medida que aumenta o nível de instrução, aumenta a participação nas eleições.

UMA FALSA IMAGEM DE SI PRÓPRIO

Refira-se, de passagem, que os entrevistados e suas famílias se classificam frequentemente, a si próprios, numa classe social superior àquela a que objectivamente pertencem. Embora não possuindo o poder, o prestígio **social** ou os rendimentos da classe a que dizem pertencer, actuam como se realmente gozassem das prerrogativas daqueles que as possuem. Afirmam pertencer à classe alta as famílias de 1,4 por cento dos entrevistados, à media alta 20,6 por cento, à média baixa 57,6 por cento, à classe baixa 20,4 por cento. Isto é, quatro quintos da população vê-se a si própria como pertencendo às classes médias. Comparem-se estas declarações com os rendimentos: 3,9 por cento das famílias auferiam rendimentos superiores a 15.500$00, 8,9 por cento entre 10.500$00 e 15.500$00, 18,6 por cento entre 6.500$00 e 10.500$00, 39,5 por cento entre 4.500$00 e 6.500$00, e 29,1 por cento menos de 3.500$00 por mês. Esta consciência social alienada, e que traduz provavelmente um forte desejo de promoção social, não deixará de se reflectir no comportamento político.

SOCIEDADE SEM OPINIÃO

Se o interesse pela vida política é grande, a que se deverá a não participação activa na vida política, nomeadamente no processo eleitoral, desde o recenseamento à votação? Talvez a resposta esteja numa observação do I.P.O.P.I.:

« Tudo corre bem enquanto se pergunta ao entrevistado a idade, o lugar onde nasceu, os seus estudos, etc... Porém, no momento em que as perguntas tocam em temas de opinião deixa-se de obter respostas às mesmas. E não é porque os temas das perguntas sejam comprometidas ou comprometedoras. Trata-se de perguntas deste género: por exemplo, se o entrevistado julga que as ruas da própria cidade estão ou não bem cuidadas.

Ficamos, assim, sem conhecer uma série de opiniões; não sabemos se é o entrevistado que não tem realmente opinião ou se não se quer comprometer opiniando.

É sempre muito elevada a percentagem de entrevistados que recusam responder a qualquer pergunta que obrigue à definição de uma posição, à expressão de uma opinião. E não apenas pelo que toca a perguntas que se referem, directa ou implicitamente, a questões políticas. À pergunta «que classes sociais julgam agora existir em Portugal», recusaram-se a responder 51 por cento dos entrevistados. E a maioria dos entrevistados também recusou responder a perguntas sobre os problemas existentes no local de residência, como sejam a existência ou não de bibliotecas, parques de estacionamento ou centros desportivos. Apenas a habitação e os transportes fornecem respostas em grande número.

Outro dado que se deve apontar é a diminuição das **respostas com o aumento da idade do entrevistado:** os jovens respondem mais e melhor às perguntas, embora dentro do contexto geral de não responder ou nada opinar sobre os temas tratados na entrevista. Acrescente-se que a mulher carece de opinião em muito maior grau do que o homem.

Uma das poucas excepções a esta regra é representada pelos resultados obtidos mediante a pergunta «se vivem hoje melhor do que há 5 anos, e se dentro de 5 anos esperam viver ainda melhor do que hoje». Em geral, as pessoas opinam ter havido uma melhoria (54,7 por cento dos entrevistados), em face de 21 por cento que opina que as coisas continuam na mesma, e um número algo maior que pensa terem piorado. A visão do futuro é também, em geral, optimista, mas volta a surgir aqui o problema dos «sem opinião», com quase um terço de respostas.

A ACÇÃO DO GOVERNO

Esta reserva revela-se, também, na ausência da atitude crítica face ao governo. A maior parte dos entrevistados recusou-se a responder a todas as perguntas sobre as diferentes facetas da acção governamental.

Dos que respondem, a posição é mais favorável ao Governo no que se refere às relações Portugal-Espanha e relações internacionais em geral, à reforma do ensino, assistência médica e pensões, política ultramarina, o acordo com o Mercado Comum, investimentos estrangeiros e a actuação em relação à liberdade de reunião e associação.

Ao contrário, predomina a desaprovação da política governamental da habitação, dos preços e custo de vida, da emigração, dos salários e contratos colectivos,da informação (e censura)

Para completo entendimento destas afirmações de aprovação ou desaprovação, convirá ter presente que, como dissemos, correspondem sempre a uma minoria de respostas em relação ao total de entrevistados.

São muito reduzidas as percentagens de vozes discordantes quanto às relações com a Espanha e relações internacionais em geral, acordo com o Mercado Comum e reforma do ensino.

Pouco mais de cinquenta por

ACUSAÇÕES EGÍPCIAS

CAIRO, 26 (R.) — O Egipto acolheu com agrado a decisão do Conselho de Segurança de criar uma força de manutenção de paz da ONU, no Médio Oriente, mas acusou Israel de novos ataques contra a cidade do Suez. O Cairo acusou também os Estados Unidos de violarem o espaço aéreo egípcio.

Outro acontecimento: o dirigente líbio coronel Muammar Gaddafi chegou inesperadamente ao Cairo.

DECLINDA ROSA ESTEVES

FALECEU

Américo da Cruz Dinis Esteves e sua mulher Maria Raquel Barreira Esteves e filhos, Raul da Cruz Dinis Esteves e sua mulher Palmira Serpa Esteves, filhas, genros, neto e demais família participam o falecimento da sua querida mãe, sogra, avó e parente. Amanhã, às 10 horas, na Capela de Santo Amaro de Oeiras, será rezada missa de corpo presente realizando-se o funeral às 11.30 horas para jazigo em cemitério a determinar.

AGÊNCIA BARATA

DECLINDA ROSA ESTEVES

FALECEU

Os empregados da firma Américo e Dinis Esteves, Comércio e Representações S. A. R. L. com o mais profundo pesar participam o falecimento da mãe do presidente do Conselho de Administração e que o funeral se realiza amanhã, às 11.30 horas da Capela de Santo Amaro em Oeiras para jazigo em cemitério a determinar.

cento da amostra foram capazes de citar o nome de um ministro — note-se que os ministros mais conhecidos são o dr. Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros, o que poderá surpreender, e o prof. Veiga Simão, ministro da Educação Nacional. Quanto aos deputados, apenas 14 por cento foi capaz de indicar o nome de um membro da Assembleia Nacional — e os nomes mais frequentemente citados foram o dr. Sá Carneiro e o sr. Casal Ribeiro, representantes de duas tendências bem difinidas.

FALTA DE INFORMAÇÃO

Outra causa da não participação activa na vida política será a falta de informação. Como sublinha o I.P.O.P.F., o grau de informação condiciona totalmente o interesse manifestado pelos assuntos públicos e de governo, mesmo naqueles entrevistados que preferem não responder à pergunta. Os homens saem mais favorecidos quanto ao nível de conhecimento cívico: o facto de a mulher ser um elemento marginado do mundo da política pode ser a causa — necessária, mas não suficiente — explica tal circunstância. Com o aumento do nível de instrução, as mulheres mais jovens tendem a ser mais participante.

À medida que aumenta a idade dos entrevistados, tende a diminuir o grau de conhecimento dos assuntos políticos. De qualquer modo, oberva-se uma modificação, que faz prever que, com o andar do tempo, esse conhecimento passará a ser uma procura de participação cada vez mais efectiva.

Esta hipótese é também confirmada pelo facto de o interesse pelos assuntos públicos ser maior nas grandes aglomerações do que nas pequenas cidades e vilas, ou seja onde é maior a possibilidade de informação e comunicação. E é confirmada, ainda, pela clara correlação entre o interesse pela vida política e o grau de instrução.

Para já, verifica-se que 50,3 por cento dos entrevistados afirma interessar-se diariamente pelos assuntos públicos, em face de 18,3 por cento que diz não o fazer nunca ou quase nunca.

São percentagens que deixam antever uma maior participação futura na vida política activa.

AS INUNDAÇÕES PODEM REPETIR-SE

As cheias de 1967 poderão repetir-se? Eis uma pergunta que não pertence ao reino da fantasia, se acreditarmos nas investigações de alguns meteorologistas acerca das causas das cheias no norte de África em 1969. A bacia mediterrânica foi vítima ainda de grandes inundações recentes em Itália e Espanha, ao passo que na Índia a monção tem-se atrasado como não há memória. O fenómeno parece explicar-se pela deslocação da cintura dos ventos do Oeste, que começaram a mover-se para Sul, operando assim uma alteração climática responsável por estes cataclismos. Não parece portanto de desprezar a hipótese de virem a repetir-se grandes cheias na nossa zona geográfica. Daí que se devam ter em conta as advertências de urbanistas e paisagistas acerca dos possíveis efeitos de uma urbanização caótica e irresponsável, que diminui a superfície de drenagem das chuvas, obstrui as linhas de escoamento das águas e acumula novas povoações em locais sujeitos a inundações. Recorde-se que por ocasião do Congresso Internacional dos Paisagistas, reunido em Lisboa há três anos, estes erros foram apontados como causa indirecta da morte de cerca de setecentas pessoas nos arredores de Lisboa. Por tudo isto, assume alguma actualidade o interessante artigo de John Gribbin, na revista «Spectrum», que a seguir reproduzimos substancialmente.

No hemisfério norte, a chuva tende a diminuir. Tem-se escrito muito, nos últimos tempos, acerca da baixa das colheitas na União Soviética, da falta de monções tropicais em vastas áreas da Ásia, da falta de água em vários países europeus. Não se trata de efeitos a curto prazo de uma flutuação de importância secundária no clima do nosso planeta, mas de um problema de importância mundial, cuja gravidade cresce de ano para ano. De acordo com os meteorologistas, estas mudanças reflectem uma grande modificação do tempo: estão a cair mais chuvas nos oceanos do hemisfério Sul, e menos nas massas de terra densamente povoadas do hemisfério Norte.

Derek Winstanley, um meteorologista de Londres, estudou a evolução do clima nas regiões tropicais e subtropicais durante os últimos cinco anos. As tendências que observou já haviam começado a chamar a atenção dos meteorologistas na década de 30. Por essa altura, foi observada uma pequena tendência para a trasladação das zonas climáticas para Sul, tendência que não se tornou importante até aos anos 60, devido a uma inversão temporária da evolução geral.

Para compreender estas mudanças, é necessário ter uma ideia sobre as causas de existência de diferentes zonas climáticas — cintas em redor da Terra, centradas a diferentes latitudes, muitas das quais têm o mesmo clima. Dois processos básicos condicionam o tempo.

Sendo o Euador mais quente do que os pólos, o ar quente tende a subir no Equador e a descer nos pólos, antes de voltar, sob a forma de ventos, a varrer a superfície da Terra.

A Terra tem um movimento de rotação; há uma tendência para os ventos soprarem de Ocidente para Oriente, devido ao movimento da massa sólida da Terra sob a atmosfera gasosa.

Estes dois efeitos combinam-se para produzir os ventos em espiral, característicos das regiões ciclónicas (áreas de baixa pressão) e das regiões anticiclónicas (áreas de alta pressão). Se a Terra fosse perfeitamente plana e estivesse coberta de água, a previsão do tempo seria fácil. Porém, a mistura de massas de terra, montanhas e florestas torna a tarefa do meteorologista complexa, embora fascinante.

Algumas das zonas de precipitação regular estão a deslocar-se para o mar. O mapa mostra a evolução de 1960: a ponteado, as zonas em que diminuiu a pluviosidade, a tracejado as zonas em que aumentou. Como se vê, Portugal situa-se nas zonas em que aumentou a precipitação.

A MONÇÃO AFASTA-SE

A chuva cai, tipicamente, quando o ar húmido e quente dos oceanos sopra sobre a terra e as montanhas. A monção, por exemplo, ocorre porque de Março a Junho a Índia é aquecida pelo crescente calor do Sol, o que leva o ar quente a subir, produzindo uma enorme área de baixa pressão na qual o ar húmido do mar corre para Sudoeste. É, pelo menos os que tem acontecido desde o início dos tempos históricos. Mas entrámos agora, no quarto ano sucessivo em que a monção falta — facto sem precedentes. As nuvens de chuva formam-se, mas são arrastadas para sul e as zonas que irrigavam tornaram-se em zonas secas.

Estes ventos locais, de baixo nível, que causam a monção, não podem mudar isoladamente. A sua circulação está ligada aos padrões de circulação da atmosfera superior, que mantêm a chave do clima global. Uma parte do sistema pode apenas mover-se para Sul quando todo o padrão salta para Sul. As razões deste salto são completamente desconhecidas, mas os seus efeitos estão a tornar-se cada vez mais aparentes.

Naquilo que parece agora um artigo profético, publicado em Agosto de 1970, no jornal **Weather**, o dr. A. H. Perry, do University College, de Dublin, na Irlanda, escreveu: «A década de 60 pode perfeitamente ser lembrada como a primeira em que os climatologistas ficaram convencidos de que o clima em vastas partes do hemisfério Norte estava a experimentar uma reacção às boas condições de tempo da primeira metade do século.» E prosseguia dizendo que «o muito severo Inverno de 1963 verificado em muitas e vastas zonas da Europa, a excessiva quantidade de gelo nos mares polares em 1968 e o declínio, em frequência, dos ventos de Oeste... têm sido as mais espectaculares manifestações de condições mais inclementes».

Embora a tendência tenha começado 20 ou 30 anos mais cedo, fora quase detida durante os anos 50 e, por isso, só agora está a ser objecto de uma concentrada atenção.

O MOVIMENTO PARA SUL

Uma manifestação das severas condições do tempo foi o desastre das cheias no Norte de África em Setembro de 1969. Tais inundações arrastam consigo não apenas danos e privações imediatas como, também, uma «bomba de relógio» no influxo que as chuvas dão à criação de pragas, como a dos gafanhotos do deserto. Isto levou Winstanley, que nessa altura desempenhava funções no Centro de Investigações Anti-Gafanhoto, a verificar as causas daquilo que, então se acreditava ser chuvas caprichosas que causavam as inundações. Sabemos agora que estas chuvas eram as precursoras de um novo padrão climático, mais do que um acontecimento caprichoso. Mas quais eram exactamente as causas?

A causa imediata das chuvas de Setembro de 1969 foi uma larga depressão, ou perturbação ciclónica, que se movimentou por cima da área, com depressões de baixa pressão associadas. Normalmente, estas depressões e os seus sistemas de tempo associados movem-se com a principal cinta de ventos de Oeste mais para o Norte. Assim, esta tempestade parecia, na altura, uma fantasia, desligada da corrente principal dos ventos de Oeste.

Contudo, considerados outros factores, parece agora que é a própria cinta dos ventos de Oeste que começou a mover-se para o Sul.

Tentar analisar a causa de uma tempestade qualquer é uma tarefa complexa. A tendência geral da pluviosidade é outra coisa. Num recente artigo no jornal **Nature**, Winstanley referiu-se às tendências da chuva na zona subtropical que cobre o Norte de África e o Médio Oriente, onde as medições efectuadas em dez estações meteorológicas muito afastadas umas das outras, mostraram o mesmo padrão.

Desde os meados da década de 50 até ao princípio da de 60 — relata Winstanley — a tendência global era para uma mais baixa precipitação nestas áreas, o que sugere que as depressões penetravam menos em direcção ao Sul, cada Inverno que passava. Porém, antes de 1953 tinha havido uma tendência oposta, no sentido de uma maior precipitação, e desde o início da década de 60 esta tendência parece ter-se restabelecido como efeito dominante da mudança climática nestas regiões subtropicais.

A razão imediata é óbvia: a circulação climática global modificou-se, impelindo as depressões mais fortemente para o Sul na estação chuvosa. Porém, a razão para a modificação climática mundial continua a ser um mistério.

NORTE MAIS SECO

Nos últimos anos da década de 60, a precipitação total sobre vastas áreas do Norte de África e do Médio Oriente foi das maiores jamais registadas e está a tornar-se cada vez maior, de ano para ano. Mais para o Norte, na Europa, a precipitação diminuiu por causa dos sistemas de tempo estarem a arrastar a chuva mais para o Sul. A Grã-Bretanha, por exemplo, experimenta presentemente muito menos ventos de Oeste e, portanto, tem menos precipitação.

Mas, como tem este padrão ligação com as modificações na precipitação na Índia e outras áreas tropicais? Uma vez mais Winstanley examinou os registos das precipitações de uma série de oito estações situadas no extremo Norte da Região, onde a monção costumava aparecer muito regularmente. Desde a Mauritânia até ao Norte da Índia, a precipitação da monção de Verão, diz ele, tem diminuído, sendo agora menos de metade da registada em 1957. Esta diminuição, como o aumento nas regiões subtropicais, tem sido regular há mais de uma década e não dá sinais de inversão.

Toda a cinta de monção tem-se deslocado para Sul e as regiões a Norte da antiga cinta de monção são agora áridas, estando a tornar-se desérticas porque estão completamente dependentes da chuva da monção para poderem ser cultivadas com êxito. A Índia, o Chade, o Niger, o Alto Volta, o Daomei, o Mali, o Senegal e a Mauritânia são zonas todas elas afectadas pela seca, e o deserto do Saará está a alargar-se para Sul.

Portanto, todos estes problemas climáticos estão relacionados e fazem parte de um padrão consistente. Embora em algumas regiões, principalmente no Norte de África e no Médio Oriente, a precipitação esteja a aumentar, ela declina na maior parte do hemisfério Norte.

AS CONSEQUÊNCIAS

Estes problemas têm chamado a atenção da Organização Meteorológica Mundial e as indicações das modificações climáticas em todo o mundo têm sido investigadas pela organização, nomeadamente pelo prof. H. H. Lamb, que é o director do Centro de Investigações Climatológica da Universidade de East Anglia, na Inglaterra, o único centro da sua especialidade em toda a Europa Ocidental. Embora o prof. Lamb concorde que o alargamento das áreas onde se verificam as secas esteja ligado a modificações que representam a maior deslocação do clima mundial, desde 1700, não vai tão longe como alguns daqueles meteorologistas que acreditam estar o mundo a regressar a um novo período glacial.

Mas, as modificações em questão estão ligadas a uma expansão da capa de gelo polar do Norte, com o alargamento para Sul do gelo que põe à prova o deslocamento para Sul dos padrões de vento circulatório e as zonas climáticas.

Em áreas dependentes de efeitos climáticos extremos, como a monção, os efeitos deste têm atingido um nível desastroso, enquanto na bem irrigada Europa o problema não passa ainda de uma simples irritação. Porém, estamos chegados ao momento de estudarmos as maneiras de melhorar o uso da água numa escala global porque, embora a precipitação total em todo o globo deva ser aproximadamente o mesmo de ano para ano, uma parte bem maior cai agora no hemisfério Sul, no qual há poucos continentes.

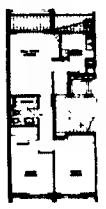
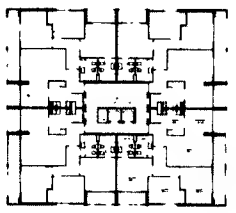
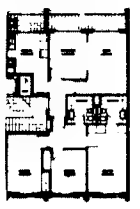
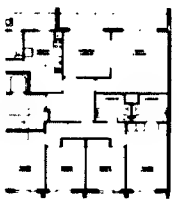
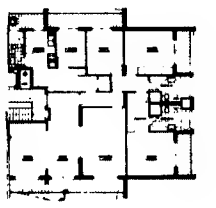
Provavelmente, as actividades da espécie humana ajudaram a produzir os efeitos desta modificação óbvia, devido a destruição de florestas em vastas zonas que deram origem a uma diminuição na precipitação local em muitas partes do mundo. Grandes áreas florestais encorajam normalmente a precipitação local e sem florestas a chuva vai cair algures noutro lado. Porém, modificar o clima do nosso globo construtivamente é uma tarefa que está muito para além das actuais capacidades do homem e temos, pois, que nos adaptar ao nosso clima em transformação mais do que esperar que os técnicos adaptem o sistema de tempo do nosso planeta às nossa próprias conveniências.

GRANDE LANÇAMENTO DA 1ª FASE DO NOSSO

EXCEPCIONAL CONJUNTO RESIDENCIAL

URBACO

sito na **QUINTA DO MARQUÊS (OEIRAS)**
entre o Supermercado Pão de Açúcar e a Estação Agronómica Nacional a 1000 metros das estações C.F. de Oeiras ou Carcavelos

3 assoalhadas	4 assoalhadas	5 assoalhadas	6 assoalhadas	7 assoalhadas
				
desde 500 c.	650c.	800c.	950c.	1.100c.

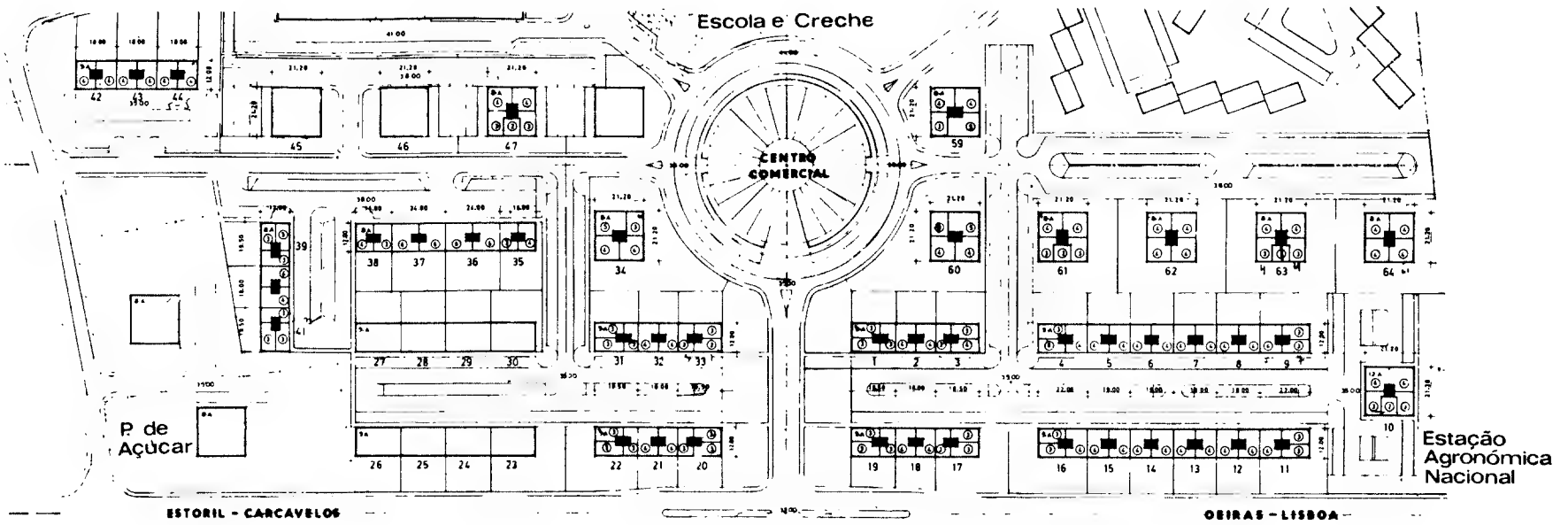
ALVARA Nº 9 de 15 de MAIO de 1972

APROVEITE OS PREÇOS DE LANÇAMENTO DESTA FASE

Facilidades de pagamento URBACO verdadeiramente acessiveis (até 12 anos)

ACABAMENTOS DE ALTA QUALIDADE

Estruturas anti-sísmicas ● Azulejos decorativos ate ao tecto ● Pavimentos de mármore tipo Estremoz ● Parquet ou alcatifado ● Loiças bicolor tipo Valadares ● Lava loiças inox com duas cubas ● Armários de cozinha tipo formica ● Caixilhos de alumínio ● Portas de madeira exótica ● 2 elevadores em cada predio ● Telefones internos ● Antenas colectivas ● Condutas de lixo ● Aquecimento eléctrico por ar quente ● Condutas de gás com contador individual ● Parque de estacionamento ● Casa de porteiro ● ALARME CONTRA ROUBO TIPO RADAR ● ENTRADA DO PRÉDIO CONTROLADA POR TELEVISÃO, EM CADA FOGO



MAIS UMA REALIDADE URBACO

SERIEDADE ● PRESTÍGIO ● SEGURANÇA ● QUALIDADE

Informações e inscrições

URBACO

URBANIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES, LDA.
RUA BRAAMCAMP, Nº 52-4º LISBOA

ESTACIONAMENTO GRATUITO NA GARAGEM CASTIL - Rua Castilho

DEPARTAMENTO DE VENDAS	563140 563141 538736 562675
DEPARTAMENTO TÉCNICO E CONTABILIDADE	530020 530029 530034 530498

NA SEDE:
Dias úteis das 10 às 13h.
e das 15 às 19 horas.
Sábados das 10 às 13h.

NO LOCAL
Todos os dias
inclusive sábados, domingos e feriados das
10 às 19 horas.

URBACO
RUA BRAAMCAMP, 52 - 4º - Telfs 563140/1 - 538736
Estacionamento grátis na Garagem Castil a 20 met

QUEIRAM ENVIAR-ME DOCUMENTAÇÃO SEM COMPROMISSO DL-O
NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____ TEL _____

polémica

O FALAR BRASILEIRO

De Maria Helena de Figueiredo Lima, «delegada Geral do Centro dos Portugueses do Ultramar no Rio de Janeiro», jornalista, recebemos uma carta, com o pedido de publicação, «dentro das normas vulgares como a Lei de Imprensa apreciaria que publique este comentário, com o mesmo destaque daquele artigo que lhe deu origem».

Em primeiro lugar não é necessário citar ao D.L. a Lei de Imprensa pois publicamos o que entendemos e o que observamos sermos obrigados a inserir.

Em segundo lugar, a referida delegada, não foi sequer citada no nosso artigo, pelo que a Lei de Imprensa nada tem a haver com a autora da carta. É mesmo grande ingenuidade citar a Lei. Se fosse lógico seríamos obrigados a publicar, sobre os acontecimentos de Israel e árabes, os comentários dos rabinos, associações de comerciantes, ligas culturais, grupos religiosos, etc., de judeus e árabes. Para o caso em questão somente o Ministério da Educação Nacional, talvez pelo Instituto de Alta Cultura, ou a Embaixada do Brasil, através do Adido Cultural, se poderiam aproximar dos tais direitos da Lei de Imprensa.

Em terceiro lugar há que considerar o facto do meu português não ser somente o de Portugal mas também o do Brasil. Ora, em cada cinco pessoas, que falam português, quatro são brasileiros e cada vez mais a desproporção se acentua. O total anual de nascimentos no Brasil corresponde a um terço da população metropolitana portuguesa que, como se sabe, está a decrescer.

Em quarto lugar está-se a discutir um problema, levantado em tom polémico, para se debater e tive o cuidado de mandar o artigo para o Brasil (todos os tios maternos, uma dúzia, e primos direitos, etc., etc., são brasileiros, alguns jornalistas, professores, etc.) para estabelecer controvérsia. Não tenho que pensar no meu nome como uma tradição pois a tradição está à frente e não atrás, isto é, somente se mantém tradicional o que é vivo, e nesse sentido parece que não tenho que me arrepender. Foram inúmeras as concordâncias de brasileiros e portugueses, embora, evidentemente, alguns fazendo reparos marginais. Sucede até que citaram o caso da publicação, no jornal «A Capital», de um artigo em que um brasileiro (não li a prosa mas vou procurá-la) afirmava que tinha de falar francês e escrever português para se entender connosco.

Em quinto lugar anotem-se algumas declarações da autora: «a língua que existia para aqueles emigrantes analfabetos era pura e uniformizada gramaticalmente; a língua continua na sua origem portuguesa; essa cultura trazida por analfabetos portugueses.

Saliente-se que a autora não topou com algumas gralhas (agradável em vez de Agradave; não faz isso, etc. que o tipógrafo entendeu compor e o revisor deixar passar). Segue-se a carta, que aliás tem elementos graciosos — C. de M.

A propósito do artigo o *falar brasileiro* por Calvet de Magalhães, em vosso jornal de 21 do mês passado, gostaria de fazer umas observações que acho imprescindíveis.

Surpreendem enormemente as afirmações feitas em torno do «idioma brasileiro», e mais ainda a sugestão de passarem os portugueses a falar «brasileiro». Creio haver aqui uma certa confusão de idéias e ideais. Mas dizia eu que surpreende a afirmação feita por um professor como Calvet de Magalhães, numa época em que se pretende cultivar ao máximo tudo o que é pertença nossa, valores humanos e culturais, para não citar das decorrências políticas; vem Calvet falar-nos dos males da língua pontificando que passemos a trocá-la pelo «falar brasileiro» que ele qualifica indevidamente de «Lingua própria». Creio ter o direito de poder, sem facciosismos, contrariar as afirmações que reputo frágeis por não se basearem em verdades, e por ser esta também a opinião de intelectuais brasileiros, catedráticos, estudiosos, filólogos, que não confundem linguagem popular, fácil expressão, modismos, com uma língua viva com base e fundamentos de origem.

Sou favorável a uma mudança de certas formas de linguagem ultrapassadas que teimamos em preservar e difundir publicamente. Mas discordo quanto ao citado por Calvet «de que o idioma brasileiro é proveniente do falar menos culto do português». A influência de negros e ameríndios fez-se sentir em escala assinalável, mas a língua que existia levada por aqueles emigrantes analfabetos era pura e uniformizada gramaticalmente.

A afirmação de que o Brasil é uma Nação soberana com direito de possuir a sua própria lingua é matéria controversa, para filólogos. Qualquer brasileiro consciente sabe que a língua portuguesa é falada pelos seus 100 milhões de habitantes. Que essa Nação soberana tem o direito de modificá-la a seu belo prazer, introduzindo-lhe vocábulos novos, excerto de dialectos africanos, é fenómeno natural que ocorre em todos os Países do mundo. Mas com todas as voltas que se lhe dê, a língua continua na sua origem portuguesa, muito longe das dissemelhanças entre o idioma espanhol e o nosso, com que ingleses e americanos pretendem fazer comparações.

Outra afirmação errónea da parte de Calvet é a que os portugueses «nunca tiveram predominancia sobre as demais correntes imigratórias nem exerceram influência cultural porquanto a sua esmagadora maioria foi sempre constituída de analfabetos, destituídos de educação». Não fosse ofensiva esta teoria ao brio dos emigrantes nada haveria a contestar. Contudo, dá-se justamente o reverso. Essa cultura trazida por analfabetos portugueses de que o Prof. Calvet parece envergonhar-se, impos-se e perdurou em maioria absoluta, sobre as demais correntes emigratórias, germânicas, eslavas, arabizadas, italianas e por fim nipónicas. A cultura portuguesa ligada à indígena e africana produziu em conjunto uma cultura e sociedade mestiças, muito em comum com a caboverdiana, em tudo diferente da angolana, mas em suma, sem quebra de comunhão e sem distanciamentos de uma e outra. Pois foi essa cultura formidável, que é hoje o panorama actual da sociedade brasileira, que vingou sobre as demais «correntes imigratórias» graças à presença do imigrante analfabeto, que por sua vez Calvet pretende «encostar à parede».

Quanto ao ponto fulcral da questão, o português audível, está Calvet de Magalhães com a razão. Há palavras brasileiras cujo sentido é o reverso do português, como há dentro de Portugal idêntico fenómeno entre o Minho e o Algarve. No Brasil, país territorialmente imenso, existem termos só conhecidos dos nortistas e nordestinos. O resto do Brasil ignora-os completamente. Largar um nordestino mesmo culto numa cidade como Rio, S. Paulo, Brasilia ou Belo Horizonte, seria o mesmo que um chinês ou japonês cair numa cidade europeia, ainda que falasse inglês. Ninguém entenderia ninguém e muito menos o inglês falado pelo visitante.

A colocação dos pronomes dentro das regras gramaticais pode estar incorrecta, pois confunde-se a terceira pessoa com a primeira — lhe —. Esta confusão de colocação de pronomes (lh-o) tem dado origem a erros jurídicos quando há que especificar a pessoa que fala e para quem fala. E a prová-lo a necessidade de esclarecer em parentesis, (a ele, fulano, ou a ela).

Do pouco conhecimento da fala usada no Brasil percebe-se do autor da crónica quando diz que «não nos devemos ressentir com o emprego do «eu não *lhe* vi ontem», em vez de «eu não *o* vi ontem».

Está errada a construção brasileira, que aliás é kimbunda (angolana) quando com esse *lhe* se referem à segunda pessoa (com quem se fala) em vez do você, já que o tú só é usado quase no Rio Grande do Sul. Mas ao falar de uma terceira pessoa dizem eu não *lhe* vi «da mesma maneira que diriam para a pessoa com quem falam cara a cara... ou então «eu não *vi ele*». O pronome *o* nunca é empregado. Mas é claro que ninguém se ressente com isso... a não ser a gramática!

Outro erro de interpretação de Calvet de Magalhães.

«Menino não faça isto» em vez do nosso «Menino não faça isso...».

Dá-se justamente o contrário. Os brasileiros diriam: «NÃO FAZ ISSO» e nunca «o nosso — não faça isto —. Os portugueses chamam ao que está próximo com o pronome demonstrativo — isto ou este, e para longe usam «esse ou isso». No Brasil, dir-se-ía para um objecto próximo: «me dá *esse* livro aí...» em português: «dá-me este livro».

Não deve confundir-se modismos com língua. E uma verdade que as Universidades estrangeiras preferem o falar brasileiro pela sua pronúncia aberta e audível. E elas estão com a razão. No entanto, tanto no Brasil como agora em Portugal, nunca se falou tão mal português. O erro dos portugueses é pronunciar com omissão das vogais, o atropelo das consoantes, o carregamento dos «RR» e os termos provincianos. Mas o assalto à gramática que o professor Calvet gostaria de ver abrasileirada ainda se processa em termos comedidos.

Outro erro de Calvet é pugnar pelas revistas brasileiras, que aconselha «a que nos deliciemos pelo inefável deleite que proporcionam com expressões pitorescas». Uma língua não deve primar pelo pitoresco; o seu papel é mais profundo. Deve ser essencialmente educativa e de formação cultural. Pode difundir-se cultura por meio do caricato e do pitoresco e populacho?

Podemos apreciar as revistas brasileiras pela inegável feição artística e técnica avançadas, pela imensa variedade de assuntos, mas devemos lamentar que quase a maioria tenha descido tanto no emprego de uma baixa literatura que só degrada e empobrece a mente das pessoas. E não fosse isso, o nível cultural das pessoas ter-se-ía evidenciado, o que infelizmente não tem sido o caso. Que me desmintam os brasileiros. Aquilo não pode ser «sonhado» como uma língua brasileira. Aqueles «modismos» «gostosos» que nos habituáramos a ouvir e ler, eram produto do povo anónimo que criou um cultura mestiça, diferente e actuante.

A linguagem actual cheia de indecoro, paupérrima de significado, indolente de expressão, não bebeu em fonte alheia, não brotou da alma do homem de rua. Foi fabricada especialmente para confundir.

E quando Calvet de Magalhães nos diz com muita graça: «que é de um homem se fazer brasileiro quando ouve uma bela morena dizer em voz amolentada de pele trigueira e aveludada (o professor esta-se comprometendo...) num amoroso abraço... (eu não digo...) — Meu bem, como lhe amo —, parece-me estar um pouco desactualizado. Hoje as morenas adoptam a tal linguagem que ele preconiza, e em situação idêntica, diriam» — Meu bem (mais por tradição), você é um barato, estou na tua...»

. Penso que em vez de aconselhar «a falar brasileiro», seria o caso, já que está à mão de semear, de sugerir a leitura das deliciosas (bacanas) crónicas de Gladstone Chaves de Melo, o Conselheiro Cultural da Embaixada do Brasil, no «Diário de Notícias». Voz eminentemente brasileira, que fala e escreve um português de primeira lavra (uma nota), sem a preocupação de criar uma nova língua brasileira, mas enaltecendo a essencia da língua portuguesa, Gladstone é o brasileiro mais autêntico a escrever o nosso idioma, o seu».

Por CALVET DE MAGALHAES

BILHETE DE IDENTIDADE

Verifique se o seu bilhete de identidade atingiu ou está próximo de atingir o prazo de validade, ou se está desactualizado. Se assim for, procure renová-lo ou actualizá-lo quanto antes. Pode ser-lhe necessário de um momento para o outro.

O Arquivo de Identificação em Lisboa está aberto das 8 da manhã às 8 da noite sem interrupção de 2.ª a 6.ª-feira, e ao sábado de manhã. Procure evitar as horas de ponta que são as do meio da manhã ou do meio da tarde e o dia de maior afluência que é o sábado.

Para renovar o bilhete de identidade, não precisa de certidão de nascimento se entregar o bilhete anterior, mesmo caducado. Se o não entregar, precisa, além da certidão, de justificar as circunstâncias em que o extraviou.

NOVIDADE

FERNÃO GOMES

UM PINTOR DO TEMPO DE CAMÕES

por DAGOBERTO MARKL

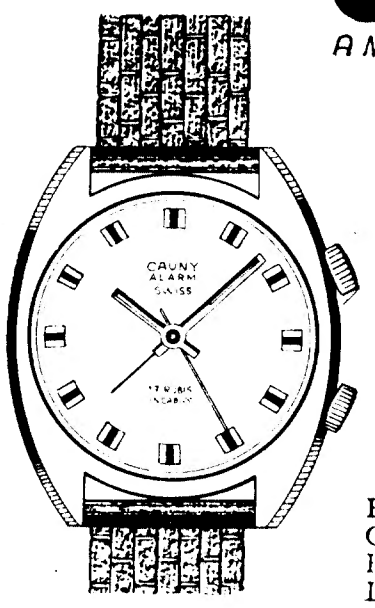
PEDIDOS ÀS LIVRARIAS

Edição da Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «OS LUSÍADAS»

O RELOGIO DESPERTADOR

CAUNY

A MAIS ALTA PRECISÃO SUIÇA



Mudança de data ultra-rapida

EXIJA A MARCA CAUNY GRAVADA NA COROA E NA PARTE EXTERIOR DA CAIXA

FALTAM MÉDICOS NA GUINÉ

A Missão de Combate às Tripanossomíases na Guiné dispõe de um único médico, o qual desempenha simultaneamente os cargos de chefe de Missão, chefe da Secção de Entomologia, chefe da Secção de Investigação, chefe da Secção de Medicina e chefe da Campanha Anti-Tuberculose, segundo revela o relatório da Missão referente ao ano passado.

A missão debate-se com falta de técnicos qualificados, sobretudo de médicos, desde há longos anos: «Já em 1961, escreve-se no relatório, Coutinho da Costa lançava o alarme, chamando a atenção para o facto de os seis sectores territoriais, em que a Província estava dividida, apenas três disporem de médicos, afirmando» que era impossível efectuar um volume de trabalho desejável e necessário e de o realizar em nível conveniente». Contudo, nessa altura encontravam-se ao serviço da Missão sete médicos!»

Durante os primeiros meses do ano passado, o quadro médico da Missão ainda compreendia duas unidades. A partir de 11 de Maio, ficou reduzido a um único médico, por ter entrado no gozo de licença graciosa o chefe da missão, que viria a ser declarado, já este ano, incapaz para todo o serviço.

Quais as causas desta dramática falta de médicos? Responde o actual chefe da Missão, dr. Manuel Gardette Correia:

«Esta situação que se vem arrastando desde 1962, é, quanto a nós, de difícil ou mesmo impossível solução, enquanto se não melhorarem substancialmente as actuais condições para os médicos que vêm desempenhar as suas funções para o Ultramar, sobretudo para a Guiné. Na verdade, actualmente, o médico necessita de ser muito devoto ou possuir um verdadeiro espírito de apóstolo, para que, em condições materiais inferiores às que pode auferir na Metrópole, se separe da sua família, dos seus amigos, da sua terra, do seu bem-estar, para iniciar uma vida nova numa terra estranha, com um habitat totalmente diferente daquele em que foi criado e ainda por cima agravado pelos boatos, mentiras e calúnias que correm a toda a hora e se propalam com grande frequência na Mãe-Pátria, sobre esta sacrificada Terra da Guiné.

Mas nem só de médicos carece a Missão de Combate às Tripanossomíases. O quadro técnico auxiliar de terapêutica e diagnóstico de entomologia e veterinária é constituído por sete unidades. Inclui dois cargos de preparadores de laboratório, mas um deles está vago. Compreende um único técnico de entomologia, também vago.

A ACÇÃO DA MISSÃO

A Missão de Combate às Tripanossomíases na Guiné, ocupa-se, além do combate à doença do sono, do combate contra a lepra, o paludismo, a filaríase linfática, a oncocercose, a tuberculose. Apesar da pobreza dos meios de que dispõe, tem levado a cabo trabalho útil, «graças ao brio e ao esforço dos nossos enfermeiros e microscopistas» como se diz no relatório. O ano passado, foram observados 270 mil indivíduos, tendo sido diagnosticados 24 doentes do sono e 193 de lepra. Prosseguiu a campanha antipalúdica na cidade de Bissau, onde foram pulverizadas com DDT mais de dez mil casas de blocos e distribuídos à população 358 mil comprimidos de cloroquina. No combate à filaríase linfática, que atinge principalmente a população de Teixeira Pinto, foram pulverizadas milhares de habitações e distribuídos centenas de milhar de comprimidos. No domínio da oncocercose, foi estudado o foco de Tumaná de Baixo, tendo sido iniciado o tratamento de 1832 indivíduos.

AS DIFICULDADES DA GUERRA

Há sete anos, a Direcção-Geral de Saúde e Assistência do Ultramar, tentou, através da Organização Mundial de Saúde, obter a colaboração da República da Guiné (Conakry) no combate aos focos da oncocercose, mas ainda não recebeu qualquer resposta. O chefe da Missão de Combate às Tripanossomíases na Guiné escreve a propósito:

«Contudo, uma coisa é certa: Somos nós, que todos os anos recebemos queixas, quer das populações, quer das autoridades administrativas, quer ainda das autoridades militares, da existência da doença e da invasão dos Simúlios a certas povoações, cujas picadas obrigam a população a abandonar algumas tabancas. Aceitamos tais acusações, com mágoa. Todavia, confessamo-nos impotentes para a resolução de tal problema, enquanto, na verdade, a República da Guiné não aceitar as nossas propostas.»

Como não poderia deixar de ser, o relatório contém numerosas referências à guerra. No capítulo consagrado à doença do sono afirma-se: «Não fora a situação criada à província com todas as dificuldades inerentes à própria guerra e poderíamos, sem receio, assegurar que a Guiné Portuguesa seria, em toda a África, a primeira parcela onde a doença do sono seria dominada».

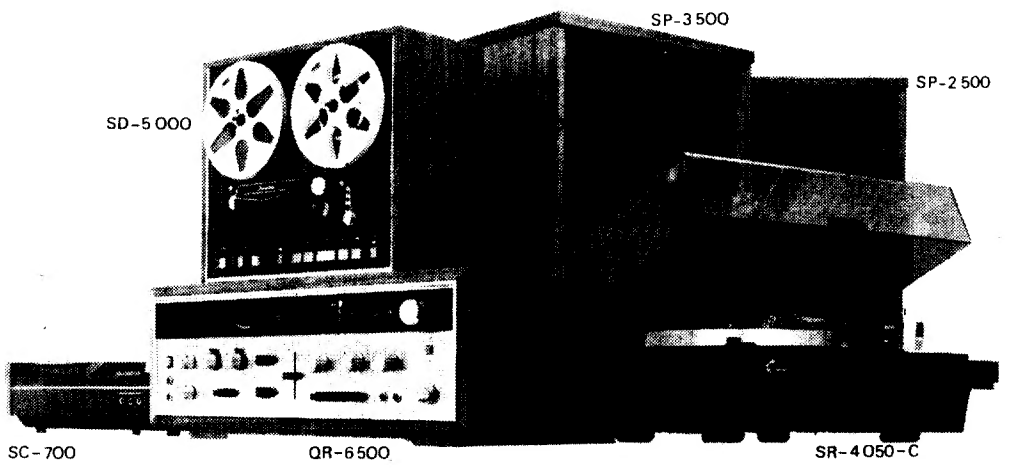
Ao referir a actividade da Secção de Recenseamento e Tratamento de Doentes, escreve-se: «Dada a impossibilidade de percorrer todas as povoações ou tabancas, o nosso pessoal deslocou-se aos principais centros, onde, com a colaboração das autoridades administrativas e militares, se programavam os itinerários a seguir. Deste modo, procurou-se diagnosticar e tratar o maior número possível de indivíduos doentes, objectivo atingido, em grande parte, não só devido à eficiente colaboração das autoridades atrás citadas como também à firme vontade revelada pelos funcionários e ao grande interesse manifestado pela população, que, conhecedores da «Missão do Sono», acorrem, em grande número, logo que sejam avisados da nossa presença».

Depois de demonstrar a insuficiência das verbas consignadas às dietas, combustíveis e utensílios de cozinha, o chefe da Missão conclui: «Na actual situação em que a província se encontra (com impossibilidade de os nossos enfermeiros se deslocarem a determinadas zonas, os doentes são transportados para as tabancas enfermarias) o número de doentes internados tende a aumentar e, consequentemente, as despesas com alimentação serão cada vez maiores. Deste modo, é nosso dever alertar desde já as autoridades competentes para tal anomalia, que, a persistir, virá criar sérios embaraços aos serviços».

A Missão de Combate às Tripanossomíases não se limita a observar e tratar os doentes portadores de doença do sono, lepra, paludismo, filaríase linfática e oncocercose. Procura socorrer toda a população que recorre aos seus préstimos, através da distribuição de um lote variado de medicamentos. É um aspecto da acção política dos serviços de saúde: «Esta medida, que já se vem adoptando desde a criação da Missão, tem dado bons resultados, não só porque permite acudir à população afastada dos grandes centros e que por motivos vários não se podem deslocar, mas também porque constituem elo de ligação entre a população e os nossos funcionários, tornando-os mais receptivos à missão que lhes é confiada».

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Francisco Marques — GOLEGÃ

Já conhece
o sistema quadrifónico
QS da Sansui?



O nosso sistema de codificação QS está a tornar-se rapidamente favorito entre as maiores companhias de gravação e apreciadores de música.

Um grande número de companhias de gravação estão produzindo discos codificados segundo o nosso sistema QS. Entre outras, citamos as seguintes etiquetas: A&M, Ovation, Project-3, Pye, Barclay, ABC/Dunhill, Audio Treasury, Command.

Para aqueles que desejam possuir um equipamento quadrifónico, que se inclua em excelentes padrões de excelência técnica e económica, estamos produzindo uma gama de aparelhagem muito interessante, e a vários níveis de preços.

Já ouviu um equipamento quadrifónico QS da SANSUI? Achamos que deveria fazê-lo.

Sansui QS REGULAR MATRIX 4-CHANNEL STEREO

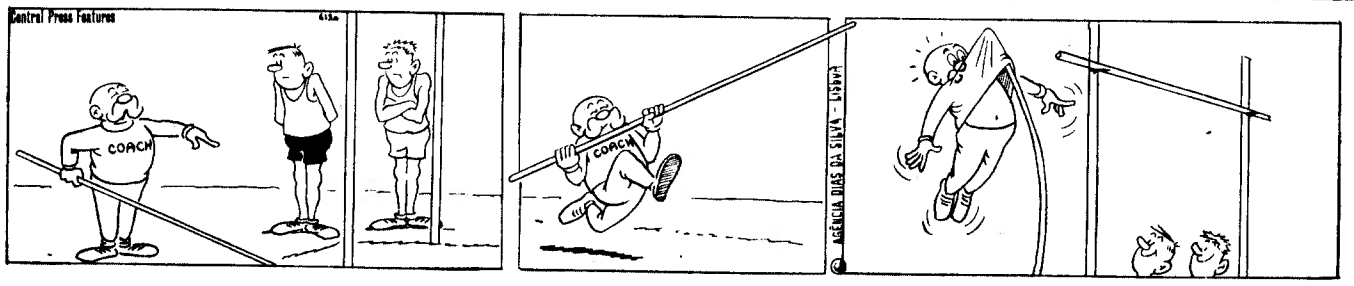
Para uma demonstração,
ou para obtenção de material informativo, contacte-nos.

CENTELEC

SECÇÃO COMERCIAL: AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 47-4.°-Dt. · TELS. 561211 · 561647 · LISBOA-1
SECÇÃO TÉCNICA: RUA MANUEL FERREIRA DE ANDRADE, 6 S/L · LISBOA 4

PRESENTE NA I EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO NA HABITAÇÃO E INDÚSTRIA NO PALÁCIO DE CRISTAL NO PORTO (Stands 17 a 21. 1.ª Galeria, Sector C — VII)

Na XVIII Semana Internacional do Teatro de Estudantes, em Erlangen, na Alemanha Ocidental, participaram quinze grupos experimentais de sete países europeus. Muitas das peças haviam sido escritas colectivamente, todas tinham por temas acontecimentos políticos da actualidade ou problemas sociais de determinadas camadas da população.
Na gravura: o Teatro Ditirâmbico de Madrid um dos grupos que participou naquela semana de teatro.



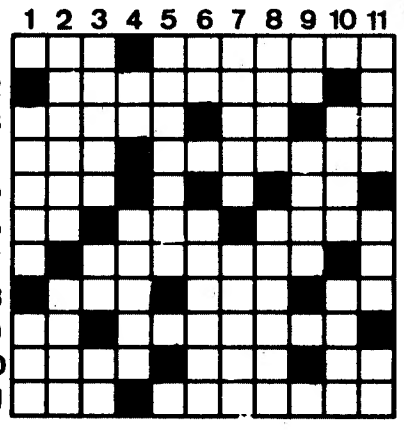
PASSATEMPOS

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 10589

HORIZONTAIS:

1 Quadrúpede ruminante. Brilhante.
2 Serra de Portugal.
3 Cremes. Preposição latina que designa movimento. Cálcio (s.q.)
4 Princípio criado por Ormuzd, origem do mundo material, na religião persa. Casca de lenha (pl.).
5 Em as. Certo vinho francês espumoso do Marna, muito apreciado.
6 Césio (s.q.). Sistema montanhoso de Marrocos. Cume.
7 Repreensão (pl.).
8 Ruins. Senhores. Autores.
9 Pronome pessoal. Dinheiro (pop.).
10 Armadura para a cabeça. Czar da Rússia cognimonado «O Terrível». Samário (s.q.).
11 Conjunção. Filtrariam.



VERTICAIS:

1 Jamais. Possui.
2 Escavaras. Bebedeira (Bras.).
3 Pequenos barcos de recreio. Aqui. Manuscrito.
4 Batráquio. Aliso.
5 Rachais.
6 Artigo indefinido. Tédio.
7 Soldado de um corpo de infantaria francesa criado na Argélia em 1831. Segura.
8 Nome de mulher. Descascar.
9 Compaixão. Tombas.
10 Irmão de Abel. Queima.
11 Rezas. Ovário dos peixes. Milímetro.

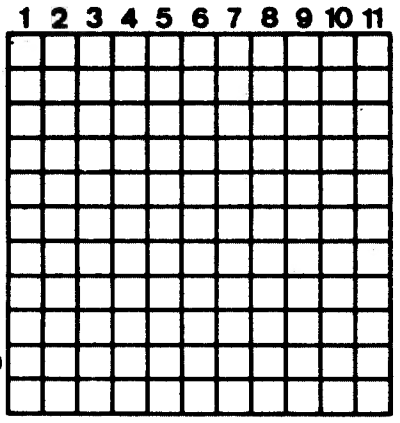
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 6746

HORIZONTAIS:

1 Mãe de Ismael. Bonacheirão.
2 Colegas.
3 Verbal. Cabeleira.
4 Utensílio para puxar a cinza fora do forno. Rezasse.
5 Basta. Preposição latina que designa movimento. Amónio (s.q.).
6 Virgulas dobradas.
8 Dariamos marradas.
9 Oferece. Níquel (s.q.). Cento e um em romano.
10 Cousa fabulosa e rara. Vestir com farda.
11 Saudáveis. Torna loiro.



VERTICAIS:

1 Ave de rapina. Possui. Manuscrito.
2 Gaiata. Transfere para outro dia.
3 Querida. Vila e concelho do distrito de Portalegre.
4 Rolador. Maior. Ósmio (s.q.).
5 Civilizar.
6 A corte. Rio da Suíça. Nota musical.
7 Venera. Rasto.
8 Classe. Freguesia do concelho de Barcelos.
9 Membros de aves. Armaria. Quinhentos e um em romano.
10 Ilha do arquipélago de Cabo Verde. Escavar.
11 Paramentem. Agarrara.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10588

HORIZONTAIS:

1 MELHOR. É. Va.
2 Rea. Atibar.
3 Ari. Cua. Azo.
4 Natal. Rali.
5 Oto. Ardidos.
6 Aramai.
7 Usa. Olococo.
8 Sura. Asa.
9 Im. Gó. Qs. Só.
10 Coras. Usmar.
11 Arara. Eirós.

VERTICAIS:

1 ANO. Única.
2 Erratas. Mor.
3 Leitoras. Rã.
4 Ha. Ugar.
5 Clamorosa.
6 Rau. Rala.
7 TARDIO. QUE.
8 Ié. Cassi.
9 Baldios. Mr.
10 VAZIO. Casão.
11 Aro. Sio. Ors.

Provérbio: MELHOR É ANO TARDIO, QUE VAZIO.

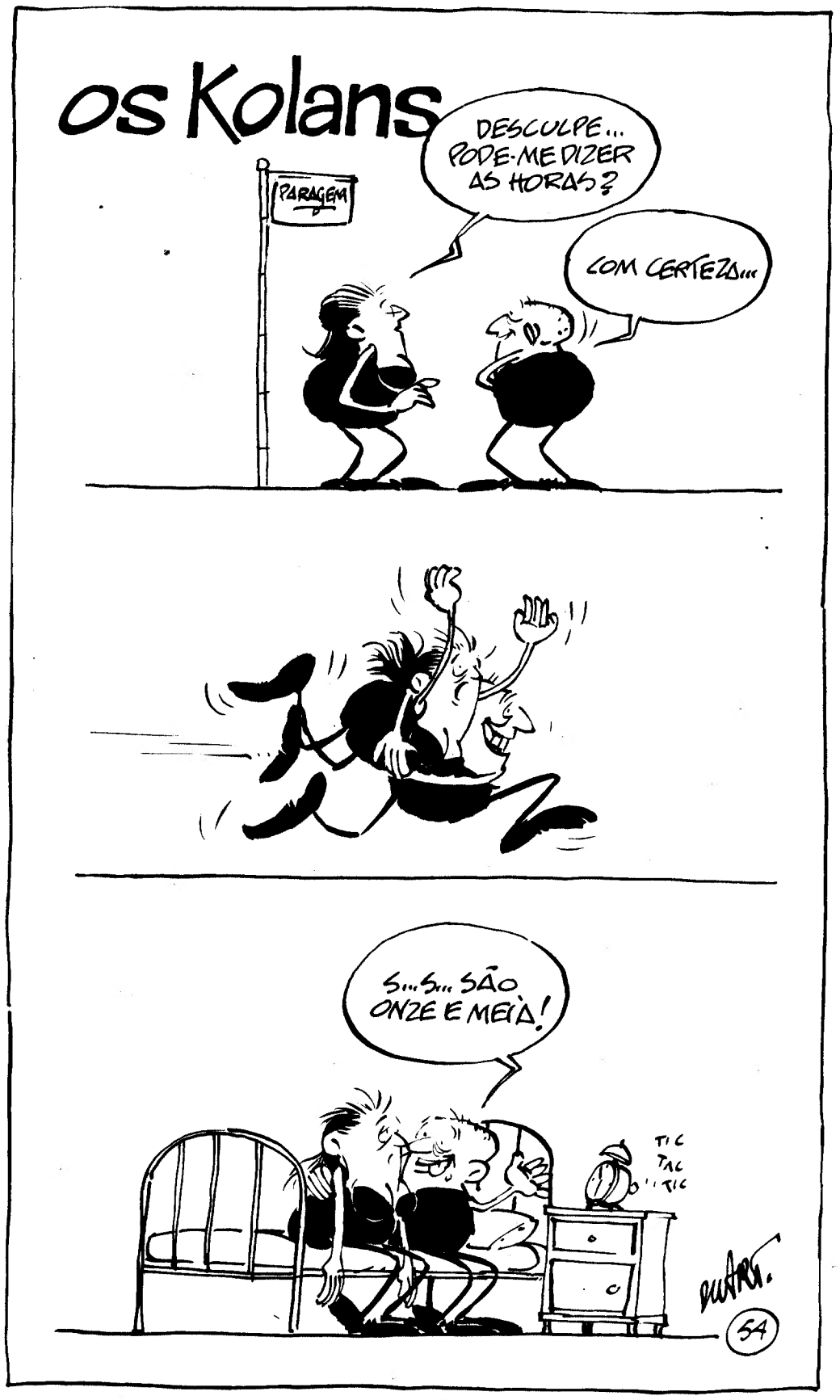
SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6745

HORIZONTAIS:

1 Jurar. Cabaz.
2 Anãs. Aruá.
3 Ris. Pia. Aer.
4 Prestam.
5 Amais. Imita.
6 Arca. Nora.
7 Araós. Alais.
8 Fé. Se.
9 Nós.
10 Narra. Isola.
11 Orais. Moras.

VERTICAIS:

1 Jarra. Afino
2 Uni. Maré. Ar.
3 Raspara. Grã.
4 Às. Ricos. Ri.
5 Pesas. Nas.
6 Ais. Bo.
7 Atina. Sim.
8 Aa. Amola. Só.
9 Bramira. For.
10 Auê. Tais. La.
11 Zarca. Secas.



A AGRICULTURA CHUMBADA-6

OS DIREITOS DO CONSUMIDOR

A carne importada do estrangeiro é comprada a preço superior ao preço pago ao produtor português.

Por JOSÉ HIPÓLITO RAPOSO

Segunda-feira, quando esperávamos o almoço, vimos por acaso um programa da televisão que, contra o costume, nos interessou vivamente.

Tratava-se de uma entrevista de Maria Helena Mensurado a diversas pessoas apanhadas ao acaso, acerca da consciência dos direitos do consumidor, que nos pareceu bem conduzida e realizada, dado a dificuldade do assunto e das pessoas falarem de improviso diante do microfone.

Sem querermos de modo algum competir com o exigente crítico da televisão deste jornal, houve um aspecto dessas entrevistas que chamou imediatamente a nossa atenção crítica: o facto das pessoas interrogadas tenderem a incluir-se numa classe àparte — a dos **consumidores** — da qual estariam ausentes outras classes de pessoas que seriam os produtores e os distribuidores.

Houve até uma pessoa interrogada que a certa altura declarou estar o consumidor a ganhar consciência dos seus direitos, mas o produtor **poderá** continuar a produzir... Essas dificuldades em falar em público desculpam de certo modo, nestas entrevistas, os pleonasmos, as redundâncias e a abundância de advérbios, (absolutamente, exactamente, perfeitamente...), e no caso que mencionamos uma palavra a mais, (deveria dizer-se «mas o produtor continuará a produzir...»). Todavia, a inclusão do **poderá** talvez possa simbolizar a ideia, que permanecerá no sub-consciente de todos aqueles interrogados, de que constituem a classe poderosa daqueles consumidores ainda pouco conscientes dos seus direitos que um dia **poderá** até dar licença ao produtor para continuar a produzir...

Ora todos são consumidores. Apetecia perguntar a cada um deles — lembrou uma pessoa que connosco assistia — se produziam também alguma coisa e têm ideia dos direitos das pessoas que consomem os seus produtos ou os seus serviços.

É certo que costuma considerar-se **consumidor** uma classe de pessoas que vive de um ordenado pouco elástico perante a subida do custo de vida. E essa situação costuma exemplificar-se com as donas de casa das classes mais pobres e com os produtos alimentares, cujo custo é ainda substancial percentagem dos modestos ordenados do seu agregado familiar.

Em rigor, essas donas de casas são de facto os verdadeiros **consumidores** que não produzem ou distribuem em termos de mercado. Todavia, sempre produzem bem-estar aos seus familiares e produzem (passe a expressão) filhos que serão amanhã produtores ou distribuidores.

Da forma como os educarão dependerão, no futuro, as boas relações entre os portugueses e no aspecto particular entre **produtores e consumidores que todos nós somos.**

Queremos dizer, em suma, que as associações de consumidores existentes em outros países e agora em começo entre nós, as publicações de defesa dos direitos do consumidor (lembramos o «Conteste» de que a entrevistadora é distinta dirigente) são verdadeiras associações cívicas: reclamação de direitos sem esquecer deveres. A máxima liberdade com o máximo de responsabilidade.

Afinal os direitos do cidadão de que em Portugal estamos tão esquecidos e carecidos.

É claro que essa defesa dos direitos cívicos dos cidadãos nos países capitalistas tem-se socorrido da força dos **consumidores** tomados isoladamente e em relação a determinado produto, e, em certos casos, para enfrentar a falta de civismo de poderosas empresas fabricantes desse produto, ou suas também poderosas distribuidoras ou fornecedores de serviços como é a publicidade. E com êxito. Oxalá que por cá as iniciativas como daquela revista se expandam.

Vêm estas considerações a propósito do nosso último artigo em que se advogava o aumento do preço do pão como consequência de um possível aumento do preço do trigo nacional e de um real e grande aumento do preço mundial.

Por mais que nos custe defender o aumento no consumo dos produtos alimentares, tendo em vista essa grande percentagem que referimos do custo da alimentação nos salários médios portugueses, e numa página de um diário onde vêm os índices alarmantes da subida dos outros produtos como vestuário, calçado e rendas da casa nos últimos anos, achamos todavia que o **direito à verdade** supera todos os outros direitos dos consumidores portugueses.

E estes têm sido enganados com diversas formas de mentira e meia verdade, indirectas, expressas ou acidentais.

OS PREÇOS PORTUGUESES E OS PREÇOS INTERNACIONAIS

Durante os últimos vinte anos os produtos alimentares foram relativamente estáveis à custa dos produtores.

De há cinco ou dez anos para cá, consentiu-se no seu aumento no produtor, mas procurando que parte desse aumento não recaísse sobre o consumidor subsidiando os preços. Era um verdadeiro subsídio ao consumidor, mas vemos que até nas classes responsáveis tem sido considerado erradamente um favor, como é o caso da opinião não contestada de alguns participantes da já célebre (Mesa-Redonda» do «Expresso» de 8 de Setembro passado que temos vindo a comentar neste jornal.

Os fundos para esses subsídios obtinham-se em alguns casos da diferença entre o preço dos excedentes mundiais e os nossos, constituindo as receitas do chamado Fundo de Abastecimento.

Há meses que o saldo funciona ao contrário. Não há géneros em excesso no mundo e os preços devido à escassez mundial têm subido para preços muito altos, obrigando ao contrário do que se fazia anteriormente, a subsidiar fortemente os produtos importados para os colocar aos preços do nosso mercado interno.

Foi pena que a actualização dos preços agrícolas ao produtor não se tenha feito nas últimas décadas, anualmente, com montantes pequenos quase imperceptíveis no consumo, muito melhor para quem compra do que uma actualização brusca, que acabará por se ter de fazer, não impedindo a quebra na produção nacional que de outra forma não se teria dado.

Assim a carne de bovino importada, que em 1971 necessitava já de um subsídio para se colocar ao preço da nossa de cerca de 6$00 por kg de carcaça, hoje terá de ser subsidiada em cerca de 12$00 por kg de carcaça, se não nos enganamos nas contas ao calcularmos sobre os preços das bolsas mundiais, o frete, seguro e descarga em Lisboa.

O leite espanhol que igualmente se teve o ano passado de importar de Espanha, ficou-nos a cerca de 4$93 por litro (e não era de especial qualidade), enquanto o nosso preço médio andava pelos 2$70. Encargo também para esse Fundo de Abastecimento que já subsidiava o leite nacional em 20 centavos por litro e que passava também a subsidiar os produtores espanhóis em cerca de 2$40 por litro de leite.

Ainda conseguimos este ano importar azeite de Espanha por preço aproximado do nosso. Mas a subida dos preços mundiais acentuava-se de mês para mês, e a Espanha, único produtor que dispõe de «stocks», recentemente suspendeu as suas exportações.

O arroz está a oferecer-se neste momento no mercado mundial a cerca de 15$00 a 20$00 cada quilograma (a média do preço nacional ao produtor anda por 2$70 kg), o que, diga-se a verdade, parou todas as transacções deste cereal à espera de preços mais realistas. (Rice Report-Reuteur Setembro 1973).

O panorama mundial da falta de alimentos no mundo, é, por conseguinte alarmante. Só a subida de preços consequente poderá repor as produções ao nível de consumo, mas com a lentidão que naturalmente caracteriza a produção agrícola.

Aliás é uma situação que a FAO previu, não faltando as suas advertências aos governos que se preocupavam demasiado com alguns excedentes de produtos agrícolas.

SALÁRIOS E PREÇOS

Podemos pensar como seria a nossa situação se uma política agrária mais acertada não tivesse deixado cair os preços. E a propósito do arroz (e também de outros géneros) não podemos esquecer o **escândalo** que causaram algumas exportações que tivemos de fazer há anos com subsídios, para pôr os preços ao nível do mercado mundial. Esses excedentes são uma reserva nacional, constituem pequena percentagem da produção total e, por conseguinte, o dispendio em subsídios à exportação não significa nada comparado com a vantagem de constituição dessa reserva, da entrada de divisas e o que é mais importante ainda, da prosperidade do agricultor por receber preços justos.

Quando não os recebe, as produções diminuem e só ficam as empresas de melhor dimensão e menores custos ou aqueles de auto consumo. Porque o **produtor agrícola também é consumidor.** E não foram apenas os salários que fizeram subir os preços de custo na agricultura. No caso do trigo, nem esse factor é dominante na composição do custo. O agricultor compra rações concentradas, adubos, máquinas, produtos químicos e serviços cujos preços sobem constantemente.

Todavia, pode perguntar-se se o aumento de produções depende apenas do aumento dos preços. É evidente que não. Há produções que podem aumentar sem que os custos se agravem.

Todavia, no nosso caso, os preços agrícolas sofrem de uma desactualização grande que se reflecte mesmo nas melhores explorações. Mas isso ficará para próxima ocasião. Por agora, queríamos apenas lembrar que se grande parte das subidas dos salários e ordenados que se verificam entre nós actualmente são em parte absorvidas pelo aumento do custo de vida, é necessário todavia que o «saldo» seja cada vez maior em favor dos assalariados.

Para isso, é necessário também que as subidas de salários se relacionem com o aumento da produtividade. O assalariado não é apenas um consumidor. Como dissemos, produz bens ou serviços. Se assim não for, entraremos fatalmente em grave crise económica.

mesa redonda